

Os Novos Paços do Concelho

Os edifícios – sede das Câmaras Municipais portuguesas após o 25 de Abril

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
Apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC em Fevereiro de 2014
Sob orientação do Professor Doutor Rui Lobo
João Carlos Dias Abegão



Os Novos Paços do Concelho

Os edifícios – sede das Câmaras Municipais portuguesas após o 25 de Abril

Agradecimentos

Ao meu orientador, o Professor Doutor Rui Lobo, pelo interesse e disponibilidade que sempre demonstrou pelo trabalho, nas suas referências na orientação, na partilha e contribuição para o trabalho ao longo deste tempo.

Ao meus pais e irmão, pelo apoio constante e incentivo nos diversos momentos neste desafio.

Aos meus colegas e amigos que partilharam comigo esta experiência académica.

À Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, em especial à D. Emília Sampaio da Nóvoa Faria;

À Câmara Municipal de Águeda, em especial à D. Marina Alves;

À Câmara Municipal de Matosinhos;

À Câmara Municipal de São João da Madeira e ao arquitecto António da Rocha Gonçalves Dias;

À Câmara Municipal de Guarda, em especial à D. Maria Odete Santos, ao atelier de JOÃO PACIÊNCIA ARQUITECTO, e também ao arquitecto Hugo Alves pela disponibilidade;

À Câmara Municipal de Seixal;

À Câmara Municipal Lagos e ao atelier PROGITAPE;

À Câmara Municipal de Celorico de Basto e ao atelier Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro, Arquitectos, Lda;

À Câmara Municipal de Portalegre, ao atelier ARQUIESPAÇO, e ao arquitecto Gonçalo Alegre pela disponibilidade;

À Câmara de Albufeira, Cadaval, Caldas de Rainha, Ourém, Oliveira do Bairro, Ílhavo, Paços de Ferreira, Proença-a-Nova, Vagos.

Esta dissertação não foi escrita ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico.

Resumo

O presente trabalho tem como objectivo o estudo dos Paços do Concelho depois do 25 de Abril de 1974 até aos dias de hoje, um período feito de mudanças dos modelos arquitectónicos e do poder local, um período de novas tendências e de modernidade.

Este estudo resulta da análise da arquitectura destes equipamentos públicos administrativos, focando nos casos de estudo que são a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (único caso escolhido anterior à democracia e que servirá de contraponto), Águeda, Matosinhos, São João da Madeira, Guarda, Lagos, Seixal, Celorico de Basto e Portalegre. Para cada caso é feita uma análise de documentos escritos, gráficos e do edifício em si. A importância da escolha é relativa à sua imagem arquitectónica, em que cada exemplo comporta uma análise do edifício, uma descrição da abordagem do arquitecto, da função destinada e respectiva distribuição do programa.

Cada edifício, para além das acções que desempenha, valoriza-se pelo significado inerente ao objecto, pelo seu carácter simbólico de poder, relevante e característico. Estudaremos as relações entre os vários edifícios, seguindo métodos, influências, semelhanças e diferenças. Pretende-se elaborar uma reflexão acerca da intervenção nos Paços do Concelho em Portugal, numa abordagem ao tema com base nos vários casos de estudo.

O trabalho é de divulgação e de síntese, estruturada numa visão global centrada numa temática que abrange todo o território de Portugal, na compreensão de evolução de uma realidade dos municípios, que são hoje em dia um dos pilares da democracia. Foi importante procurar o seu desenvolvimento e perceber os processos históricos que levam ao aparecimento dos novos Paços do Concelho em Portugal, tratando a sua evolução ao longo dos tempos e centrando nos construídos a partir de 25 de Abril de 1974, altura em que ocorre uma revolução quer a nível político quer arquitectónico, até aos dias de hoje.

Palavras-chave: Paços do Concelho, Câmaras Municipais, Poder Local

Abstract

The present work aims to study the City Halls after 25th of April, 1974 until the present day, a time marked by significant changes on the architectural models and local authorities, a time of new trends and modernism.

This study results on the analysis of this public buildings architecture, focusing on some study cases which are the City Hall of Vila Nova de Famalicão (the only selected case previous to democracy and which will serve as counterpose), Águeda, Matosinhos, São João da Madeira, Guarda, Lagos, Seixal, Celorico de Basto and Portalegre. For each case there is an analysis of written documents, graphics and of the building itself. The importance of choice is relative to its architectural image, where each example contains an analysis of the building, a description of the approach of the architect's intended function and corresponding distribution of the program.

Each building, beside its functions, is valued by the inherent meaning to the object, by its symbolic character of power, relevance and characteristic. The link between the various buildings will be studied according to methods, influences, similarities and differences. It is intended to develop a reflection about the intervention made in the portuguese City Halls, on an approach to the subject based on the several case studies.

This work is outreached and synthesized, a structured overview centered on a theme that covers the entire territory of Portugal, in understanding to the evolution of a reality in the municipalities, which are nowadays one of the pillars of the democracy. It was important to look for their development and understand the historical processes that lead to the emergence of the new City Halls in Portugal, dealing with their evolution through time and focusing on those who where built from 25th of April, 1974, when a revolution occurs both in political and architectural levels, to nowadays.

Keywords: City Hall, Town hall, Local Government

Sumário

13	Introdução
19	I. Enquadramento histórico e urbano
25	Arquitectura do século XX
39	Arquitectura e Poder - O Poder Local
47	II. Paços do Concelho
41	Equipamento institucional de poder local
53	O local - Equipamento na cidade
55	Monumentalidade do equipamento
57	A reabilitação/reconversão de antigos edifícios para Paços do Concelho
61	III. Programa
75	A sustentabilidade
77	IV. Casos de Estudo
81	Câmaras Municipais projectadas como novo centro cívico
85	Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
93	Câmara Municipal de Águeda
103	Câmara Municipal de Matosinhos
113	Câmara Municipal de São João da Madeira
123	Câmara Municipal de Guarda
133	Câmara Municipal de Lagos
143	Câmara Municipal de Seixal
153	Edifícios reabilitados transformados em Câmaras Municipais
157	Câmara Municipal de Celorico de Basto
167	Câmara Municipal de Portalegre
177	O edifício e a obra - outros paços do concelho recentes
189	Considerações Finais
203	Bibliografia
215	Fontes das imagens
231	Anexos

Introdução

“Fazer arquitectura é uma prática social: é inevitavelmente uma actividade epistemológica. Muito do que conhecemos sobre as instituições – a distribuição do poder, as relações sociais, os valores culturais e a vida quotidiana – é mediatizado pelo ambiente construído. Fazer, portanto arquitectura é construir conhecimento, construir visão. Fazer arquitectura é cartografar o mundo de algum modo, intervir, significar: é um acto político. A arquitectura então, como discurso, como disciplina e forma, opera na intersecção do poder, nas relações de produção, cultura e na representação e é instrumental na construção das nossas identidades e das nossas diferenças, na forma como conhecemos o mundo.”¹

Este trabalho integra um levantamento de alguns Paços do Concelho de Portugal construídos depois do 25 de Abril de 1974, com maior interesse para a arquitectura e urbanismo, pela sua constituição em termos de programa e funcionalidade, e analisando a sua evolução a partir das obras construídas. No âmbito específico do estudo dos edifícios, foi demonstrar o seu aparecimento e às diversas tipologias, passando pelo seu programa e evolução. Um edifício público com um programa particularmente interessante para a arquitectura e urbanismo.

Como símbolo de poder e justiça os paços abrigavam várias funções, sendo construído para assembleias e que, com o passar dos anos passou a ter um novo programa de interesse social. Com o passar do tempo algumas das funções que a “*Casa da Câmara*” abrigava passam a existir em edifícios distintos, deixando este apenas com funções administrativas, fenómeno que se estabiliza com o fim do Antigo Regime, no século XVIII.

¹ FERNANDES, Fátima, ed. lit.; CANNATÀ, Michele, ed. lit. - Arquitectura portuguesa contemporânea, 2001, p. 59.

“Desde os finais da Idade Média que todo o espaço continental da monarquia portuguesa se encontrava coberto por concelhos, designados por cidades, vilas, concelhos, coutos, honras ou simplesmente terras.”²

Todos os concelhos eram constituídos por câmaras municipais. Esta municipalização do espaço político local é uma das heranças medievais mais relevantes, onde ao longo da primeira dinastia existiam no território da coroa portuguesa as terras senhoriais, os concelhos urbanos, os concelhos rurais e os julgados.

A partir dos vários Paços do Concelho fez-se um estudo e considerou-se um apuramento dos vários modelos. Inicialmente o estudo pretende focar três grupos distintos de vários períodos, desde o Estado Novo, a década de 80 e do século XXI. Ao investigar optou-se por restringir alguns casos e focar nos que despertaram alguma pertinência, desde o edifício monumental, o edifício de ampliação, o grande armazém multifunções, o elemento vertical e a reabilitação.

No decorrer da investigação foi essencial a observação de vários casos em Portugal. Do objecto de estudo, os paços do concelho, escolhi este período do pós-1974 por ser mais recente e mostrar a nova arquitectura que é feita para a requalificação dos espaços e de um equipamento público de grande poder simbólico, e pela sua complexidade de programa e o processo de construção de novos modelos.

A metodologia centrou-se numa investigação sobre o novo Paço do Concelho, em que a ajuda das Câmaras Municipais foi essencial no fornecimento de documentação histórica, gráfica e fotográfica. A organização do trabalho foi definida a partir da seguinte estrutura: enquadramento histórico e urbano, o equipamento Paço do Concelho, a análise do programa e os casos de estudo.

O programa precisa comunicar com duas relações de uso diferentes desde os que governam e prestam serviço neste espaço aos que utilizam esses mesmos serviços, e então perceber como este espaço é habitado na sua arquitectura. É a casa pública do concelho, de necessidade comum nos dias de hoje, e que comunica com a população. Um edifício com manifesto de publicidade do concelho, e a importância deste tipo de equipamento para o exercício de cidadania, das mais variadas tarefas de trabalho diário.

² MONTEIRO, Nuno Gonçalo, ed. lit. - História dos Municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia. 1996, p. 30.

Do mesmo modo, entender como o arquitecto projecta o edifício de modo a que o público se aproprie dele e seja reconhecido e, com isto, perceber a que meios o arquitecto recorre para dar resposta a este programa.

A tese estrutura-se em dois capítulos principais. Em primeiro, a introdução e compreensão do equipamento, a sua contextualização, o seu enquadramento, a partir de estudos já feitos do período de aparecimento deste programa, e depois demonstrar a sua evolução arquitectónica dos dias de hoje, dada a necessidade de unificar os serviços do concelho, que resulta o novo Paço do Concelho com novo valor simbólico e nova imagem. A escolha remete aos mais pertinentes segundo uma cronologia. São descritos e ilustrados através de analogias possíveis da arquitectura comunicativa, construindo um novo património para o concelho, segundo as ideias e influências de cada arquitecto-autor.

O objectivo deste trabalho será a sistematização dos dados recolhidos e o estudo comparativo dos vários edifícios com recurso ao desenho como ferramenta de análise, e entender como a arquitectura é responsável pelo desenho e organização dos espaços no desenvolvimento do programa da câmara municipal e das suas várias funções. O edifício de Câmara Municipal é sempre um edifício com grande importância cívica para a localidade, que estabelece várias relações potenciando a relação urbana da zona.

Faremos um cruzamento de projectos de forma expositiva, segundo uma cronologia num contexto socio-cultural e político, a sua implantação no território, e complementado com a forma criativa dos arquitectos ao desenhar este programa, mostrando os percursos interiores e técnicas de representação dos próprios arquitectos. Analisaremos a intervenção no fragmento da cidade que altera o desenho do espaço na conformação de um espaço colectivo de interesse da população.



Fig.1 - Paços do Concelho de Barcelos, séc. XV



Fig. 2 - Antigos Pacos do Concelho de Viana do Castelo. séc. XVI



Fig. 3 - Antigos Paços do Concelho de Guimarães, séc. XV



Fig. 4 - Paços do Concelho de Setúbal, séc. XVI

I. Enquadramento histórico e urbano

“No processo de municipalização do território, a intervenção da coroa e a codificação das fontes do direito desempenharam, indiscutivelmente, um papel relevante. Marcos assinaláveis nesse território terão sido, certamente a legislação de Trezentos sobre os juizes de fora e os corregedores e a ordenação dos pelouros de 1391.”³

Fazendo uma referência às “Casas de Câmara”, e edifícios concelhios do século XIV ao XVIII, através de vários estudos já realizados, entende-se que as assembleias eram em espaços abertos na rua, ou numa zona mais fechada, como os claustros dos mosteiros.⁴ Mas com o crescimento dos núcleos urbanos, a administração das cidades tornou-se mais complexa. Com o passar do tempo, da necessidade de resposta surgem estratégias de controlo e centralização de parte do poder régio, para um controlo mais fácil e número limitado, passando estas reuniões realizadas a céu aberto, agora seriam mais restritas num espaço próprio.

Esta centralização do poder, e uma vez que os registos escritos pedidos pelos monarcas eram guardados nos paços do concelho, foram factores que justificaram estes edifícios destinados à vereação em meados do século XIV.⁵ Localizados inicialmente em torres da muralha, ou por outro lado no tabuleiro superior dos fortes medievais. Nos finais do século XV procuram a proximidade das igrejas ou catedrais, procurando uma maior visibilidade e protagonismo no espaço urbano e uma “nova centralidade”, vão para os rossios fora da muralha que permitia a concentração de vários serviços, como Misericórdias ou edifícios das cadeias.⁶

A reforma manuelina dos forais (1497-1520) veio completar, de forma inquestionável, essa obra de uniformização. As câmaras no seu conjunto detinham

³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, ed. lit. - História dos Municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia. 1996, p. 31.

⁴ TRINDADE, Luísa - Urbanismo na composição de Portugal. 2009, p. 746.

⁵ CABRAL, Caroline Almeida Aragão - Casos de Câmara : quatro paços na consolidação de um modelo. Coimbra. 2012, p. 6.

⁶ *Ibidem*, p. 7.



Fig. 5 - Antiga Casa da Câmara das Caldas da Rainha, séc. XVIII



Fig. 6 - Paços do Concelho de Lisboa (1865-1880)

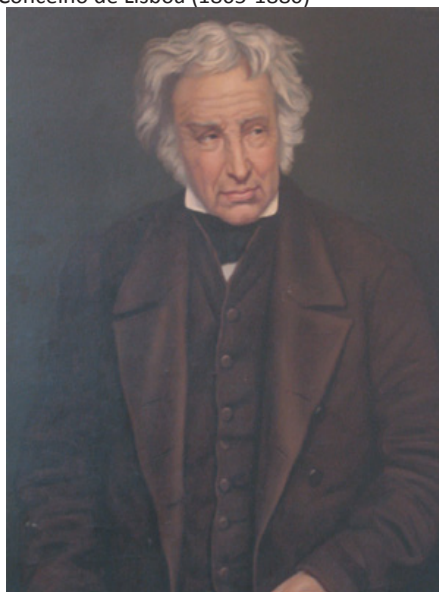


Fig. 7 - Mouzinho da Silveira

competências numa multiplicidade de terrenos relativos à administração e à regulação da vida económica local.

No final do Antigo Regime, a entidade política era dotada de homogeneidade linguística, apresentando características para ser uma *“sociedade nacional”*, apesar de ainda não ser coesa institucionalmente e juridicamente. Mas já com uma realidade de *“localismo municipal”*, com afirmação do poder no espaço de cada unidade concelhia, capaz de interagir, extrair e principalmente coordenar as populações que lhe estão subordinadas.⁷

Apesar de não haver coesão com o Estado (as cidades desenvolveram-se como universos autónomos) a função da Cidade enquanto administradora dos campos que a cercam fornece um modelo administrativo dos Estados-Nação em formação. Com liberdade e ausência de constrangimentos privilegiando uma gestão autónoma, nasce assim a capacidade que a urbe tem de diálogo com o poder central, e onde prevalece a voz da urbe. *“A urbe nomeia os seus governantes: embora com algumas limitações a montante, junto do Desembargo do Paço...”*⁸.

Este poder exercido através das Câmaras, nos principais núcleos urbanos era já composto por ingredientes de estruturação do Poder, como o controlo eficaz da esfera económica, financeira, jurídica, política, militar e controlo de esfera assistencial e simbólica.

Situado este edifício em pólos urbanos, configurou-se como espaço de maior afirmação da autoridade do centro municipal, é assim dotado de centralidade e um modelo de espaço de poder, como de afirmação desse mesmo poder.

Foi com a introdução da monarquia Constitucional e as reformas administrativas de Mouzinho da Silveira, em 1832, que fez com que houvesse uma fusão da administração local do país. As alterações consistiram essencialmente na redução do número de comarcas e na simplificação do mapa do território, conferindo maior continuidade espacial a cada uma das unidades territoriais⁹, passando as câmaras

⁷COELHO, Virgínia Aníbal - O espaço, o poder e o espaço do poder. No rasto do municipalismo: Portugal nos finais do antigo regime. 1998, p. 273.

⁸ *Ibidem*, p. 274.

⁹ ALVES, Daniel. LIMA, Nuno. URBANO, Pedro - Estado e Sociedade em Conflito: o Código de Martens Ferrão de 1867. Uma reforma administrativa efémera. 2011, p. 3.



Fig. 8 - Câmara Municipal do Porto, 1920

municipais a ter uma organização única a nível nacional, e a serem constituídas por um presidente e por vários vereadores.

O decreto de 26 de Junho de 1867, que tinha por base uma medida de carácter descentralizador, que era tornar a paróquia a unidade base de todo o aparelho administrativo, e uma maior representatividade popular nos corpos electivos (Juntas de Paróquia, Câmaras Municipais e Juntas de Distrito) reforçava, em contrapartida, a acção do poder central, e voltava a reduzir o número de concelhos, como fizera a legislação anterior.¹⁰

Houve uma transformação nas câmaras com o Código Administrativo de 1936, pois as câmaras municipais passam a ser órgãos apenas executivos, e onde os órgãos deliberativos passaram a ser o concelho municipal. Por fim, com a Constitucionalização da república portuguesa de 1976, as câmaras municipais ficam na mesma a ser o órgão executivo dos municípios, mas o órgão deliberativo passa a ser a assembleia municipal.

Em suma, ressalta a enorme diversidade das dimensões dos territórios concelhios, coexistindo gigantescos com minúsculos municípios. Também o volume da população e as características das sedes concelhias contrastam fortemente. Existem câmaras com características mais urbanas, e municípios predominantemente rurais de grandes e médias dimensões e, por fim, os pequenos concelhos.

“Câmara é o compartimento mais íntimo e de acesso mais restrito de um Paço. Era na câmara que os vereadores decidiam os assuntos mais importantes, recolhidos e em segredo. Porque aí se tomavam as decisões mais importantes, a sua importância e significado foi transferida progressivamente para o edifício camarário como um todo: o termo câmara - inicialmente mera designação de um compartimento - passa a designar um edifício/instituição, a Casa da Câmara.”¹¹

¹⁰ *Ibidem*, p. 6.

¹¹ CABRAL, Caroline Almeida Aragão - Casos de Câmara : quatro paços na consolidação de um modelo. Coimbra. 2012, p. 8.



Fig. 9 - Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1961

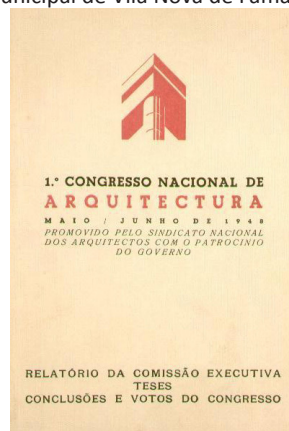


Fig. 10 - Capa do Relatório da Comissão Executiva do 1º Congresso Nacional de Arquitectura

Arquitectura do século XX

Num olhar retrospectivo ao século XX através da sua produção arquitectónica, evidenciamos as principais transformações ideológicas, de uma grande diversidade cultural.¹² Uma arquitectura com várias polaridades culturais, que gerou tensão entre os arquitectos e a sociedade em transformação, num País que passou por grandes impactos políticos que definiram a história contemporânea, desde os movimentos republicanos em 1910, os movimentos fascistas em 1926, aos socialistas em 1974, que mudaram o pensamento e a prática da arquitectura. Factores históricos com reflexos numa arquitectura como instrumento de poder.¹³

Foi numa fase opressiva do Estado Novo a partir de 1933, que criou-se uma poderosa máquina de propaganda político-cultural, e que teve uma ambivalência nas várias obras dos arquitectos portugueses até 1948 (altura do Congresso Nacional da Arquitectura, um momento marcante para afirmação da arquitectura nacional) entre eles o arquitecto Januário Godinho, arquitecto que projectou o edifício da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.¹⁴

“Clarificando o equívoco recíproco em que Estado e arquitectos caíram, desconhecendo ou subestimando estes os fundamentos civis ou sociais do Movimento Moderno, o poder vai pedir-lhes «...que abandonem vanguardismos e coloquem na restauração cultural que o Estado do Novo que empreender num país onde... as virtudes da raça tinham de ser recordadas...».”¹⁵

O estilo da arquitectura em Portugal estava condicionado pelo gosto do regime, este invocando a monumentalidade na relação da arquitectura com o espaço público.¹⁶ Esta questão ideológica decidiu a arquitectura do Estado Novo, e o seu reconhecimento

¹² ROSETA, Helena ; AFONSO, João, ed. lit. - IAPXX : inquérito à arquitectura do século XX em Portugal. 2006, p. 61.

¹³ *Ibidem*, p. 61.

¹⁴ *Ibidem*, p. 62.

¹⁵ FERNANDEZ, Sergio - Percurso : arquitectura portuguesa : 1930-1974. 1988, p. 25.

¹⁶ FERNANDES, Fátima, ed. lit. ; CANNATÀ, Michele, ed. lit. - Arquitectura portuguesa contemporânea: 1991-2001. 2001, p. 75.



Fig. 11 - Câmara Municipal de Saynatsalo



Fig. 12 - Câmara Municipal de Amares



Fig. 13 - Câmara Municipal de Santo Tirso

histórico importante no urbanismo, na composição e na construção como experiências para projectos contemporâneos.¹⁷

“Com efeito diverso, porque fazendo uso de técnicas construtivas locais e reencontrando a escala e movimento dos espaços naturais do seu país, Alvar Alto projecta, em 50, na sequência das suas experiências mais próximas, o edifício para a câmara de Sainatsalo. Aqui a cultura nacional encontra expressão própria. A «autenticidade e enraizamento» como fundamento para uma arquitectura moderna, tal como eram defendidos por Keil ou, mais recentemente por Távora, e a abertura a uma nova poética virão a ter reflexos importantes na evolução da arquitectura portuguesa”¹⁸

A Câmara Municipal de Saynatsalo, de Alvar Aalto, constitui uma obra que aposta no grande sentido do urbano com uma linguagem evocativa de uma arquitectura associada como referência para a comunidade, de modo a criar ambientes muito marcantes e um expressionismo que propõe modelar formas e superfícies usando as texturas e os símbolos reconhecíveis. Uma obra sensível e muito delicada de integração na natureza, de um arquitecto de renome mundial.

As décadas de sessenta e setenta, foram marcadas pelo período do movimento moderno e da polaridade de estilos. Ao que o Estado desconfiava deste pressuposto da cultura moderna, onde predomina a edificação experimentalista e racionalista. Das lições vindas do exterior interessa a recusa de concepções utópicas e plásticas mas sim arquitectura realizada e vivida¹⁹, valorizando o objecto construído e a sua carga expressiva dos espaços. Com a industrialização da edificação valoriza-se as qualidades formais do objecto arquitectónico como elemento de marketing, qualificando e imagem urbana com recursos formais e linguagens simples.

“Na segunda metade da década de sessenta, um período marcado pelo conservadorismo autoritário do poder político e pela ausência de estratégias de

¹⁷ *Ibidem*, p. 75.

¹⁸ FERNANDEZ, Sergio - Percurso : arquitectura portuguesa : 1930-1974. 1988, p. 90.

¹⁹ PORTAS, Nuno, ed. lit. ; MENDES, Manuel, ed. lit. - Arquitectura portuguesa contemporânea : anos sessenta-anos oitenta. 1991, p. 13.



Fig. 14 - Câmara Municipal de Matosinhos (1987) e ao lado o Palacete,

modernização do poder económico, acentuam-se os desequilíbrios territoriais e a aleatoriedade do crescimento urbano.”²⁰

É com o 25 de Abril de 1974 que se dá o culminar da luta à cultura do Estado Novo, consistindo num ciclo onde a liberdade de expressão se junta em inúmeros discursos político-culturais contraditórios.²¹ Com a mudança de 1974 a arquitectura isolada da produção exterior altera-se pois vai relacionar-se com as várias experiências e acontecimento que se fizeram em Espanha, Itália, Inglaterra e dos países nórdicos, pelas experiências formais e linguísticas e reformulando as funções e técnicas, num período de crítica e pensamento.²² A esta reforma político-social segue-se uma clarificação de projectos políticos e ideológicos das estruturas do Estado, alargando expectativas de desejo de mudança.

“a primeira fase que se seguiu ao 25 de Abril de 1974, é caracterizada por um forte solavanco e por um saudável dialogo profissional, que deu lugar a uma rápida reformulação dos temas da arquitectura e a uma rica experimentação linguística. Podemos afirmar tranquilamente que naquela época de crise para a actividade profissional construiu-se um património de experiências de formação, relações interpessoais e estruturas profissionais que se transformaram num recurso normativo para os anos seguintes, os anos de desenvolvimento económico”²³

Neste clima de mudança, a cultura arquitectónica abre novos horizontes disciplinares, como a gestão urbanística, a investigação histórica, a valorização do património arquitectónico e a intervenção da cidade existente, tal como a composição e a forma do objecto.

²⁰ *Ibidem*, p. 17.

²¹ ROSETA, Helena ; AFONSO, João, ed. lit. - IAPXX : inquérito à arquitectura do século XX em Portugal. 2006, p. 63.

²² PORTAS, Nuno, ed. lit. ; MENDES, Manuel, ed. lit. - Arquitectura portuguesa contemporânea : anos sessenta-anos oitenta. 1991, p. 24.

²³ FERNANDES, Fátima, ed. lit. ; CANNATÀ, Michele, ed. lit. - Arquitectura portuguesa contemporânea: 1991-2001. 2001, p. 32.



Fig. 15 - Câmara Municipal de Ílhavo, 1988



Fig. 16 - Interior do quarteirão da Câmara Municipal de Ílhavo, 1988

Das alterações institucionais do poder autárquico ocorre a descentralização do mercado, emergindo novas gerações libertas da ideologia do anti-facismo.²⁴ Esta liberdade e experiência no desenvolvimento da prática de projecto reflecte a diferença das escolhas projectais e vontade estética pessoal, com consensos e rupturas entre a opinião pública, produção e prática artística, com abundância de referências.

“A regionalização e a institucionalização do poder local contribui, também, para a diversificação da estrutura profissional, pelo que parte dos novos arquitectos encontram emprego nos gabinetes dos Municípios ou Associação de Municípios quer nos projectos de obras novas, quer para a recuperação de centros históricos ou áreas degradadas”²⁵.

O edifício da câmara segue um princípio de construção de renovar as áreas degradadas, num espaço de centro administrativo e em núcleos de habitação, rejeita-se o projecto “bloco” isolado e dá preferência à escala de edificação envolvente, agrupando-se em três ou quatro pisos, e com contacto muito directo com as ruas e os espaços exteriores, alguns com pequenos pátios privados, e agora misturando construção nova com a recuperação de edifícios degradados ou aproveitando outras tipologias. Quanto à linguagem arquitectónica, na sua visibilidade, sofre algumas alterações que se atribuem à ruptura política e consequentes mudanças de processo e dimensão dos projectos.

A chegada dos grandes e médios projectos de iniciativa municipal são a promoção pública municipal de interesse e inovação, um empreendimento local que valoriza a cidade.²⁶

Em relação à encomenda política sabe-se que em 1975, os Municípios não estavam dotados tecnicamente para multiplicar a elaboração de projectos e dependia da capacidade dos seus próprios recursos, e com maior autonomia em relação aos Ministérios.²⁷ Este reforço do papel do poder local, criou várias exigências e dificuldades

²⁴ PORTAS, Nuno, ed. lit. ; MENDES, Manuel, ed. lit. - Arquitectura portuguesa contemporânea : anos sessenta-anos oitenta. 1991, p. 43.

²⁵ *Ibidem*, p. 72.

²⁶ *Ibidem*, p. 51.

²⁷ *Ibidem*, p. 57.

de organização do território municipal, isto fez com que o Estado produzisse equipas de projecto situadas à margem dos grandes pólos de desenvolvimento. Foram estes GAT²⁸ (Gabinetes de Apoio Técnico) que construíram uma rede nacional de prestação de serviços de arquitectura e engenharia nas regiões periféricas, com uma arquitectura experimentalista e de oportunidade. Foi com a institucionalização em 1979, que alargou as suas acções ao ordenamento do espaço municipal, desde o património, a programas de habitação, escolas, equipamentos, espaços públicos.²⁹ Com tudo isto, acabam por ser estruturas muito dependentes da conduta política dos agentes do poder autárquico, com obras de autor que privilegiam a linguagem e o gosto. Uma experiência que marcou o território mas sem grande clareza na melhoria do património edificado.³⁰

É já nos últimos anos da década de setenta que se consolidaram as competências do poder local democrático. Uma evolução política com planos de expansão controlada, requalificação e equilíbrio de equipamentos nos municípios.

Este período da segunda metade dos anos setenta é dominado pela reconquista da autonomia pelos municípios, desde a melhoria infraestrutural à negociação com o Estado para obtenção de equipamentos e habitação. Depois de 1979, com a lei que regulava a separação de poderes centrais e locais, verificou-se um desinvestimento público dos municípios, até à chegada dos fundos comunitários, que possibilitou mais investimento em equipamentos.³¹ Esta integração na CEE, no ano de 1986, é marcada pelo início de um novo ciclo convergiu na modernização das infra-estruturas e das instituições públicas, com o desejo de um lugar na globalização das “redes” políticas.³²

“No final dos anos 80, a abertura à Europa...permitiu a institucionalização da arquitectura e uma maior difusão no território, mas também lançou as bases para a expansão de fenómenos preocupantes de degradação que deveriam, no

²⁸ GAT foi uma importante estrutura técnica pública para o apoio prestado a municípios de reduzida dimensão.

²⁹ PORTAS, Nuno, ed. lit. ; MENDES, Manuel, ed. lit. - Arquitectura portuguesa contemporânea : anos sessenta-anos oitenta. 1991, p. 57.

³⁰ *Ibidem*, p. 59.

³¹ *Ibidem*, p. 66.

³² ROSETA, Helena ; AFONSO, João, ed. lit. - IAPXX : inquérito à arquitectura do século XX em Portugal. 2006, p. 63.



Fig. 17 - Câmara Municipal de Proença-a-Nova



Fig. 18 - Câmara Municipal do Seixal, 2010



Fig. 19 - Volume do auditório da Câmara Municipal do Seixal, 2010

mínimo, ter iniciado o debate sobre a formação profissional e o papel das administrações públicas.”³³

Depois de um período de euforia desenvolvimentista, o poder local tende a ponderar um processo de operação de reabilitação dos centros históricos ou da reutilização de edifícios tornando-se um campo normal de actuação urbanística e arquitectónica.³⁴

Na década de 80 lentamente houve a recuperação geral da sociedade, a confiança dos grandes grupos económicos e aparecimento de lógicas de gestão neoliberal expressas por arquitectura de *“estilo empresarial”*. Mas apenas alguns arquitectos são chamados a obra consideradas de maior peso institucional e com impacto nas cidades.³⁵ *“Num clima de optimismo geral, chegam os grandes equipamentos urbanos que marcam a transformação das grandes cidades...”³⁶*

A década de 90 é caracterizada por uma série de factores que alteraram a arquitectura portuguesa, como por exemplo as mudanças que existiram nas novas tecnologias da informação global, na comunicação electrónica e da imagem virtual. Factores com relevo na década final do século XX, com conceitos carregados de significados, possibilitando outra visão da realidade na resolução de programas arquitectónicos procurando o contentor mínimo primitivo, as formas primitivas com distanciamento do lugar. A tecnologia muda sentidos e sensações físicas em relação ao espaço, onde a construção é a principal forma de expressão, com paredes lisas, transparentes e artificiais.

Em Portugal assiste-se a um desenvolvimento económico que provocou uma crescente concentração de funções e a ampliação da escala das cidades, e com isto, ampliando a degradação do espaço público. Daí a necessidade de confronto da actuação de uma arquitectura crítica e pequena escala no âmbito dos grandes processos de transformação do território.

³³ FERNANDES, Fátima, ed. lit. ; CANNATÀ, Michele, ed. lit. - Arquitectura portuguesa contemporânea: 1991-2001. 2001, p. 32.

³⁴ *Ibidem*, p. 72.

³⁵ TOSTÕES, Ana - Arquitectura portuguesa contemporânea. 2008, p. 53.

³⁶ *Ibidem*, p. 58.

O aparecimento de dezenas de arquitectos da jovem geração e das diversas tendências, com experimentação arquitectónica e na relação do confronto com outras arquitecturas dentro e fora do país, possibilitando o conhecimento das diferentes realidades que podem enriquecer e complementar a arte de construir.

Um carácter e uma linguagem para além da divisão geracional, que exprime atitudes diversas em função das diferentes tendências que atravessam a cultura arquitectónica contemporânea.

“A produção dos anos noventa é a afirmação e consolidação de tendências ou escolas, com uma arquitectura que parece ter dificuldade na construção quotidiana ambiental e urbanas, com fragmentos inovativos que deixam antever o difícil equilíbrio entre sociedade e cultura.”³⁷

Neste panorama português confrontam-se distintas gerações de arquitectos portugueses na viragem do século. No cruzar da visão de diferentes autores responsáveis pela divulgação da arquitectura portuguesa nas últimas décadas, que emergiram no período pós-25 de Abril. Portugal aproxima-se de uma consolidação do projecto de modernidade cultural e institucional que marcou a segunda metade do século XX europeu, com isto aproximar-se da capacidade de sistematizar, produzir, publicar, divulgar e debater, com meios e espaços qualificados.

Nota-se a construção de obras públicas de autor, como veículo de reconhecimento público, havendo uma diversificação nos campos da criatividade na geração de arquitectos que se formou entre as décadas de 50 e 70.³⁸ Dominando nos casos em geral as premissas neo-modernas e minimalistas, pela influência das figuras consagradas da arquitectura portuguesa.

Esta diversidade manifesta-se em trabalhos particulares que cruzam a arquitectura com meios de design industrial, artes plásticas ou cenografia, ou optam por uma estratégia de aproximação às lógicas do mercado corrente da construção.

³⁷ FERNANDES, Fátima, ed. lit. ; CANNATÀ, Michele, ed. lit. - Arquitectura portuguesa contemporânea: 1991-2001. 2001, p. 19.

³⁸ *Ibidem*, p. 22.



Fig. 20 e 21 - Câmara Municipal do Cartaxo



Fig. 22 - Câmara Municipal de Albufeira, 1987



Fig. 23 - Câmara Municipal de Albufeira, 1987

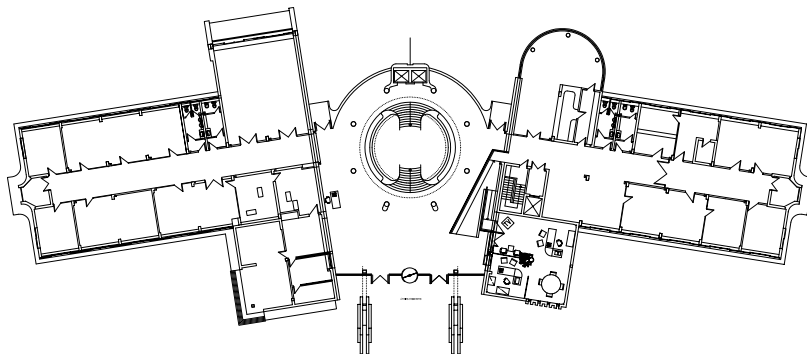


Fig. 24 - Planta do piso 0 da Câmara Municipal de Albufeira

A tradição e modernidade da arquitectura portuguesa contemporânea adquiriram outros valores, pela alteração de modelos de referência, onde uns optam por uma postura mais poética e menos tectónica.

A solidez, mais do que o moderno mito da flexibilidade, tem provado ser o factor determinante na resistência à obsolescência da forma e da função. Para isso é necessário abdicar do arbítrio da elegância como valor primordial do projecto. É preciso, entre outros mitos do Moderno, reavaliar a categoria da “leveza” em função da sua capacidade congénita de resistir ao tempo.³⁹

“A arquitectura do velho Estado Novo faz parte, definitivamente, da História passada e, felizmente, ultrapassada. Em contrapartida, os nossos Paços do Concelho são já considerados uma obra-prima da actual arquitectura portuguesa”⁴⁰

Ao longo destes últimos anos na arquitectura portuguesa observa-se imagens, formas, gestos, modas, vontades, ideias e conceitos críticos emergentes, que contaminam na evolução das linguagens arquitectónicas. Estas ideologias que deram origem a várias arquitecturas da cultura portuguesa, onde esta produção arquitectónica é feita de sucessivas fases recorrendo da nossa história.⁴¹

Arquitectura e Poder – O poder local

Confrontando arquitecturas mais académica, historicistas, eclécticas e reaccionárias com outras de maior e indiscutível modernidade do seu projecto, com expressões dentro dos parâmetros de modernidade propondo um esquema de referências a arquitecturas do passado, se foi formalizando uma arquitectura concreta de possibilidades e necessidades de afirmação autónoma da arquitectura portuguesa em articulação com a história.

³⁹ *Ibidem*, p. 78.

⁴⁰ MATOSINHOS. CÂMARA MUNICIPAL. ; ALMEIDA, Bernardo Pinto de ; GOMES, Paulo Varela - Matosinhos : Paços do Concelho. 1992, p. 5.

⁴¹ ROSETA, Helena ; AFONSO, João, ed. lit. - IAPXX : inquérito à arquitectura do século XX em Portugal. 2006, p. 64.



Fig. 25 - Câmara Municipal de Vizela



Fig. 26 - Câmara Municipal de Vizela



Fig. 27 - Câmara Municipal de Vizela



Fig. 28 e 29 - Câmara Municipal da Maia (amp. 1999)

As alterações ocorridas nos vários governos, vem desenhar uma alteração não só nos elementos constituintes do Poder, mas na sua articulação recíproca, e na articulação com os profissionais arquitectos.⁴² Nestas características encontram-se razões de estrutura funcional que contenha elementos justificativos do carácter cívico de cada um. As obras do poder não se apresentam coerentes, nem estruturadas ideologicamente, limitando-se a uma concepção de intenção cívica com tendências diversas.

É do poder local que resultam as novas e diferentes arquitecturas dos edifícios das Câmaras Municipais como de outros equipamentos públicos. Este poder resulta da descentralização democrática, com algum relevo na Constituição republicana de 1911, e, sobretudo, na Constituição de 1976, ao abrir-se à organização das autarquias locais.⁴³

O Estado, ao não extinguir o poder local das comunidades, considera a possibilidade de cada comunidade-concelho administrar os seus interesses regidos por órgãos representantes da vontade desses mesmos membros e de maior proximidade da população e assim permitir uma maior eficácia na resolução de problemas. O poder local próximo das pessoas possibilita um maior conhecimento dos seus problemas e das necessidades dos seus munícipes.

“Os tempos actuais exigem que a imagem obsoleta dos organismos públicos seja renovada, dinamizada e disponível para maior proximidade dos munícipes”⁴⁴

Em Portugal, o poder local é formado pelos municípios e pelas freguesias, em que os municípios são a forma mais característica e antiga de administração local em Portugal. Em cada território são constituídos por órgãos representativos, com entidades próprias e com uma certa autonomia administrativa.⁴⁵

Da relação do poder local com o Estado destaca-se a cooperação na resolução dos problemas das populações, bem como na realização de determinadas obras para concretização dos interesses das populações, em que o poder local é uma forma de construção de uma identidade e dinamização da cidade.

⁴² ALMEIDA, Pedro Vieira de [et. al.] - Arquitectura do século XX : Portugal. 1997, p. 94.

⁴³ Poder Local. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$poder-local;jsessionid=RKs6i0DJw5z1NaMaqZ-oZQ__](http://www.infopedia.pt/$poder-local;jsessionid=RKs6i0DJw5z1NaMaqZ-oZQ__)

⁴⁴ CORREIA, Helena Afonso Rodrigues - Modernização e Valorização do Património Cultural Municipal: Confronto de estratégias na gestão dos Paços do Concelho de Portalegre e Sousel. 2013, p. 117.

⁴⁵ Constituição da República Portuguesa. p. 4678. Disponível em: <http://dre.pt/util/pdfs/files/crp.pdf>

Das várias abordagens do poder local resultam formas diferenciadas na construção das identidades. Numa sociedade complexa e exigente surge uma arquitectura que dá muita importância à imagem, e que utiliza novos materiais na construção do conforto do espaço. O caso do equipamento da Câmara Municipal acaba por ser uma obra de arquitectura com expressão simbólica do poder local e da dimensão social, e apesar de não ser um equipamento de enormes dimensões, contribui para legitimar a estrutura do poder autárquico, como instrumento de propaganda de uma nova imagem com atenção ao processo de reurbanização. Pretende-se com estas novas construções dar uma imagem atractiva, numa tentativa de conceder uma nova imagem da cidade mais moderna.

É com arquitecturas de “espectáculo”⁴⁶ que se reurbanizam as áreas da cidade, com a intenção de lhes dar uma nova vida. Procura-se um ícone arquitectónico com função de maximizar a sua visibilidade na paisagem urbana de Portugal, com a qualidade de um marco que expressa os valores culturais e cívicos. A Câmara Municipal é um elemento central na construção de espaço urbano, que potencia a sua arquitectura e o papel que desempenha no reforçar da presença do poder político na vida quotidiana.

Ao longo das épocas os governadores usam a paisagem urbana como instrumento de política de Estado e como meio de seduzir os seus seguidores. Estes governos locais valem-se do poder da arquitectura como fonte de simbolismo capital que ajudará as suas cidades, onde muitas vezes convidam arquitectos famosos que conferem uma marca na paisagem urbana e favorece a cidade de símbolos visuais impressionantes.

O edifício da Câmara Municipal ao adoptar uma arquitectura de vanguarda que actualiza e remodela a envolvente, irá melhorar o desempenho da cidade e atracção de novos investimentos, restaurando a imagem do equipamento de poder numa resposta de estratégia urbana. Constrói-se assim uma arquitectura emblemática com um novo objecto audacioso, ousado e moderno, de tal forma que, ao fornecer o centro do poder municipal com projectos “espectaculares”, com formas ousadas e inovadoras, vão romper com a história no compromisso orientado para a modernidade.

⁴⁶ Uma arquitectura feita do poder local e que serve como instrumento de propaganda local.

A representação do poder local reflecte-se na arquitectura dos Paços do Concelho, através desta relação de novas arquitecturas modernas ou de reconversão de edifícios simbólicos, com valor patrimonial para o concelho. Independentemente das limitações dos vários contextos políticos de cada concelho, procuram-se propostas com potencialidade para este espaço representativo do poder, através da forma e da organização dos edifícios.

II. Paços do Concelho

Com o 25 de Abril este tipo de equipamento passa a ter outra reformulação da sua construção, sendo que marca um novo entendimento das estruturas autárquicas com uma contemporânea e inovadora dignidade institucional. Actualmente este edifício é feito pela necessidade de centralização dos vários serviços municipais espalhados pela cidade, e porque o antigo edifício municipal não ter espaço e condições para os serviços actualmente necessários para servir a população.

O enquadramento urbano destes edifícios provem de intervenções temporalmente muito distantes, e pelos novos eixos urbanos de formação compósita. Através do prolongamento da cidade, vai agarrar algumas intervenções, acabando por acentuar alguma ambiguidade presente no traço daquele plano. Numa lógica de procurar um remate condizente com a importância do contexto urbano em que se insere.

Estas soluções contam com o existente na definição de um novo espaço, um novo edifício forçosamente ligado ao contexto da malha urbana. O novo edifício assume-se como gerador de espaço urbano diferenciado na sua tipologia e bem definido nos seus limites.

Pelo seu carácter de distribuição pelo país, um equipamento público situado em cada um dos 308 municípios de Portugal, tem como programa o conjunto de departamentos e serviços da administração municipal. Inseridos em espaços completamente distintos e particulares desde o território, à parte social ou à geografia.

Um equipamento que demonstra a prática do município para melhorar as condições e contribuir para um melhor serviço e qualidade no atendimento dos cidadãos. Defende uma ideia de transparência na gestão do poder local, como factor de aproximação e aumento de confiança entre as autarquias e as populações.

Equipamento institucional de poder local

Como equipamento social e institucional, dada a mudança política dos anos setenta, a sua prioridade na cidade passa por ter uma influência atractiva dos centros e



Fig. 30 - Vista da parte superior do parque de estacionamento para Câmara Municipal de Portalegre, 2005

afirmando uma modernidade, que se traduz no esforço e democratização do poder local.

A sua localização pretende combater locais degradados da cidade, criar coesão do tecido e das actividades urbanas. Este equipamento cívico cria um pólo de actividades administrativas e culturais num espaço central do concelho. Passa por um processo de concurso público e por um processo de experimentação e inovação nesta oportunidade de projectar uma Câmara Municipal, esta dialoga com o património existente, transformando-o e adaptando-o, e assim consolidar as suas funções administrativas. Como resultado de concursos públicos, são aplicados diversos conhecimentos e experiências na sua concepção, pretende-se uma conclusão otimizada do programa para o cliente que é a população, desenhado com rigor e controlo na sua concepção arquitectónica.

Como equipamento público é um espaço que se destina a receber diversos tipos de actividades cívicas, caracterizado pela participação de uma sociedade democrática. Um projecto para os cidadãos. Uma intervenção com elevado grau de responsabilidade profissional e interesse público da arquitectura.

Um grande projecto de equipamento público que se torna prioritário na estratégia de renovação urbana, com capacidade, nas suas características e dimensão, de um equipamento autónomo e singular, com prioridade essencial na ligação estratégica ao meio social e cultural envolvente, e com a capacidade de diversificar e renovar o espaço urbano. Uma intervenção com visão estratégica e integradora, quer nos centros das cidades quer nas suas áreas de expansão, num caminho de futuro para as cidades portuguesas.

O edifício dos Paços do Concelho tem uma expressão física e arquitectónica que se traduz como que a casa de todos os munícipes, ou a sala de recepção de uma comunidade. Resultando em projectos que pretendem dar resposta as exigências do município em transformação e desenvolvimento, através de uma remodelação ou ampliação, ou até o novo centro cívico, onde a proposta visa criar um edifício de fácil leitura e de uso hierarquizado.

Este tipo de edifício tem funções diversas passando por áreas culturais a outras exclusivamente políticas, no geral, equipado com áreas de uso público, com zonas de exposição, conferências ou eventos culturais no piso térreo, e nos pisos superiores



Fig. 31 e 32 - Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1997

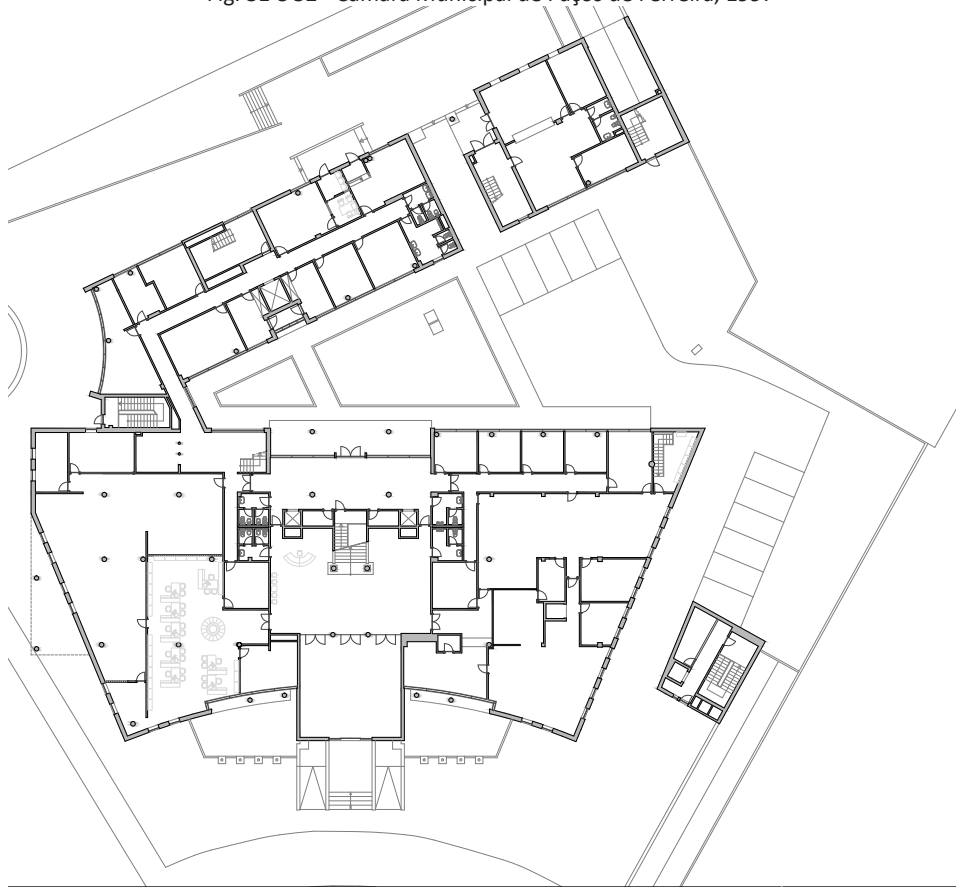


Fig. 33 - Planta do Piso 0 da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1997



Fig. 34 - Câmara Municipal de Mafra

distribuem-se os gabinetes dos executivos camarários, a assembleia municipal, o Salão Nobre, e ainda as necessárias salas de apoio e serviços.

Com volumes ligados por grande áreas de circulação e servido na vertical por elevadores e grandes escadarias. Procura-se uma imagem que reflecte a época e um modelo de uma arquitectura actual, com novas formas e vocabulários expressivos. Usando materiais como a pedra em contraste com o vidro, organizando elementos numa nova imagem e racionalidade no jogo de composição dos materiais. Reflectindo na envolvente, directamente, uma nova imagem do novo ou da ampliação, com elementos estéticos que assumem especial importância no conjunto criando uma nova componente na composição.

Do papel que as câmaras desempenham, este tipo de equipamento varia muito de escala consoante a dimensão a que se propõe prestar serviço à população, da adaptação de exigências funcionais e espaciais da interpretação feita pelo concelho da presidência para adequar o serviço prestado, e de uma digna imagem, juntamente com a interpretação da linguagem que é feita pelo arquitecto. A nova linguagem, num mundo efémero, da moda e das imagens exprime condições num contexto em que a obra se realiza de modo a evidenciar as qualidades intrínsecas da obra em relação à produção individual do arquitecto.

Ao longo dos tempos a utilização do edifício do paço era, simbolicamente, a transparência de qualquer espaço do poder. Tem uma carga simbólica de poder e importante ligação ao paço nobre, pelas suas características arquitectónicas e por se encontrar perto de igrejas e em grandes praças.

Uma produção arquitectónica de uma cultura da sociedade, que está em constante transformação no seu modo de consumo, com uma variedade de tecnológicas e materiais que permitem possibilidades infinitas na sua expressão.

Através de um balanço da produção arquitectónica portuguesa dos últimos anos, pode verificar-se o grau de originalidade e das linguagens num confronto amplo entre as obras de várias gerações de arquitectos. Compreender as tendências, os lugares, e as formações profissionais, a relação entre território e arquitectura, a relação com os utilizadores da arquitectura, a continuidade e ruptura com a história e a tradição são alguns dos temas que cruzam as intervenções, construindo o quadro da produção do Paço do Concelho recente.



Fig. 35 - Câmara Municipal da Lourinhã



Fig. 36 - Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, 1993



Fig. 37 - Vista aérea da Câmara Municipal de Caldas da Rainha

Destas décadas passadas, pode-se avaliar o resultado de uma nova cultura arquitectónica através das obras destes edifícios camarários. O exemplo da Câmara como o lugar onde se rege, se decide, se organiza, se trabalha, se tem ilusões, caracterizado com alguma intimidade, privacidade e conforto de habitar, dando por esta razão, uma importância muito acentuada ao seu entorno urbano, à sua localização criteriosa, ao seu desenho interior. Entendendo o equipamento com o contributo de ser útil para a cidade.

Projectar e construir um edifício envolve uma intervenção mais ou menos profunda na imagem e no funcionamento da área urbana envolvente. Um equipamento gerador de cidade e espaço urbano, uma construção nova que cria espaço urbano onde não existia. *“a produção arquitectónica mais mediatizada centra-se hoje em tipologias isoladas de edifícios públicos”*⁴⁷

O local- Equipamento na cidade

De uma época, e associados a um movimento específico que datam os casos aqui analisados, situados nas novas praças, em situação de destaque, da respectiva localidade. A forma arquitectónica destes novos Paços do Concelho é origem da sua funcionalidade, integrando-se no existente sem o descaracterizar. Esta intervenção no espaço urbano é feita com firmeza e com sentido de inovação, dando de certa forma uma referência. Uma área que ganha uma responsabilidade acrescida, ao modelar, ao modificar e ao melhorar a cidade.

Um factor importante neste tipo de equipamentos é a sua localização, pois tratando-se de um equipamento essencial deve estar implantado num local central da cidade e de boa acessibilidade à população. A localização, por norma, é escolhida para ser um centro urbano, sempre tendo em conta a vivência pretendida para a cidade e a sua relação com todo o concelho. Inseridos em cidades com uma configuração urbana dispersa, pretende-se encontrar e reformular um pólo dinamizador que a caracterize, e com isto conseguir uma perfeita relação entre o comércio, serviços, habitação e zonas de estacionamento, havendo um equilíbrio para os futuros desenvolvimentos urbanos

⁴⁷ Arquitectura Ibérica: equipamentos. Nº 11, p. 21.



Fig. 38 - Câmara Municipal de Carregal do Sal



Fig. 39 - Câmara Municipal de São João da Madeira, 1993

e controlo das funções, integrando-se e estabelecendo o diálogo com a história e a cidade.

Monumentalidade do equipamento

“o objecto, ousado excepcional, firma-se ele na retribuição, pela extravagância declarada e independência extrema; à plena imagem da cidade que nele se espalha: íntegra no desprendimento mútuo e espelhado”⁴⁸

A sua exposição na cidade fornece tópicos de organização espacial facilmente legível, evidenciando-se os valores de monumentalidade, o seu carácter histórico, acompanhado de elementos arquitectónicos usados para exaltação da linguagem do equipamento institucional, com um certo conceito de linguagem de servir o concelho, ao nível do poder, onde a sua qualidade formal e o rigor da sua concepção serão altamente sugestivos.

As propostas, em certo sentido, estabelecem uma inovação da cidade pela concepção em altura e pela relação que estabelece com o espaço público, ao nível da rua. Sendo a organização dos seus volumes hierárquica, é estabelecida uma composição de assimetrias, e com expressão na escala onde se integra.

Estas obras apresentam uma importante articulação dos espaços, por vezes rica, além do peso de uma ornamentação e de uma monumentalidade que os dignifica. A qualidade da concepção global destas propostas, a maneira como se articulam os seus espaços e a correcta apropriação dos materiais afirma o grau da intervenção, expressando conceitos semelhantes.

Situados a meio da área disponível, mantém um razoável afastamento em relação às construções vizinhas. Dá-se importância à fluidez dos espaços internos que envolvem as salas de reuniões e trabalho, e a ligação aos grandes átrios que ligam os vários percursos.

⁴⁸ PORTAS, Nuno, ed. lit. ; MENDES, Manuel, ed. lit. - Arquitectura portuguesa contemporânea : anos sessenta-anos oitenta. 1991, p. 88.



Fig. 40 - Câmara Municipal de Vila Real de Santo António



Fig. 41 - Câmara Municipal de Vagos, 2004



Fig. 42 - Câmara Municipal de Armamar, 2002



Fig. 43 - Câmara Municipal de Ourém, 2009

A reabilitação/reconversão de antigos edifícios para Paços do Concelho

“ao longo da década de setenta e sobretudo após 1974 a temática da recuperação foi-se alargando dos edifícios à área urbana, do restauro à reutilização/modernização...”⁴⁹

A reabilitação, em contrapartida à construção de nova obra, tem sido alternativa, sob o ponto de vista de outros valores importantes, desde a preservação de valores culturais, protecção ambiental ou até vantagens económicas.

A reconversão recai sobre a intervenção no património. Esta actuação irá dar uma nova importância ao edifício antigo, edifício esse que passa por diferentes épocas e que contém história, através de espaços que são adaptados ao novo uso, com adição de novos programas, materiais, métodos construtivos e volumetrias que resultam numa nova imagem do edifício, moderno e cómodo.

Uma intervenção que requer novos percursos entre público e privado, para o seu bom funcionamento, alterando e modificando o pré-existente e tirar partido deste, utilizando-o para integrar a nova construção e seu programa em harmonia com a paisagem envolvente, sensível na compreensão histórica e do lugar. Estas propostas vão contextualizar e integrar, sendo sensíveis à morfologia do terreno, à paisagem, ao próprio edifício e ao conjunto urbano. A reutilização do património insere o edifício no contexto urbano devolvendo-o à vida, aliando a componente histórica e integrando um projecto inovador que contribua para o seu bom funcionamento. De tal forma que, conservando e enfatizando os espaços mais significativos com uma nova construção (que resulta da nova função) assume uma expressão contemporânea. Numa simbiose entre o antigo e o novo, através da articulação das suas plasticidades, espaços, luz e matérias.

A reconversão acaba por ser uma operação difícil e complexa pela particularidade de respeitar o património e deste resistir no tempo, mantendo a memória do lugar e do edifício como aspecto importante, apesar do objecto final ter uma nova função.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 53.



Fig. 44 - Câmara Municipal de Odivelas, 1999

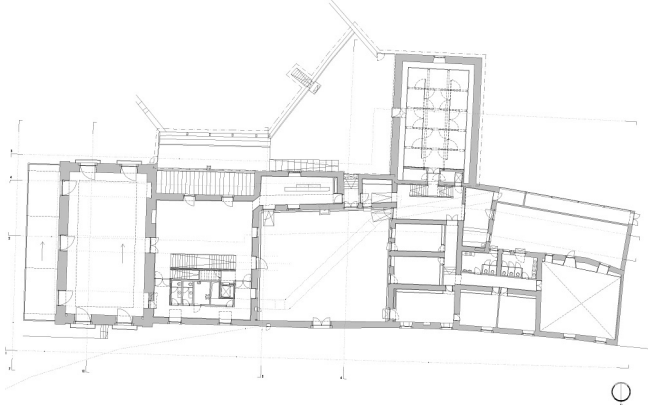


Fig. 45 - Planta piso térreo da Câmara Municipal de Odivelas

Existem sobretudo vantagens nestas intervenções no património. Ao estar degradado e esquecido a alteração do seu uso, leva à recuperação da imagem histórica do edifício de modo a permanecer vivo.

O pensamento para o desenho de um novo programa, é condicionado pela estrutura existente, pela fachada, pelos compartimentos. Algumas vezes o programa requer mais espaço, o que faz com que o edifício se expanda com novas volumetrias. Isto tudo passa por um conjunto de conceitos e ideias: O repensar, como processo, para que tipo de espaços são adequadas determinadas funções; o aproveitamento do “contentor” e a recuperação das fachadas e da estrutura principal do edifício para o seu novo conteúdo sem perder a essência do edifício antigo; o reequipar, o preenchimento do “contentor” com as exigências programáticas do novo uso do edifício; o remodelar e organizar os diferentes usos para cada piso do edifício e a sua conexão entre os diferentes espaços públicos e privados; e o reinventar e reinterpretar os vários elementos e gerar espaços atractivos para o edifício.

III. Programa

As características das câmaras municipais variam de acordo com a natureza dos serviços prestados. Em termos de espaço, existem diferenças importantes entre os requisitos, que invocam uma complexa relação espacial e funcional, que deve ser clara para o utilizador que ocorre ao edifício, num processo de concepção do traçado.

O programa inicia-se sempre a partir das exigências e características da população atendida e da estrutura dos outros centros de assistência. Na gestão do novo centro administrativo é preciso elaborar um programa funcional que procura repartir as responsabilidades entre o maior número possível de profissionais das diferentes áreas.

A sua natureza pública e privada estão em estreita relação funcional, com características espaciais tão diversas, atendendo os aspectos formais e funcionais complexos que devem mostrar clareza na resolução de inter-relações de usos.

Este tipo de edifícios resultante de concursos públicos, tem o propósito de funcionar de forma adequada às necessidades do município. Aparece-nos com várias formas e geralmente com o programa compactado num só volume e, na sua grande maioria, com uma planta de desenho ortogonal. Tem uma funcionalidade muito simples, muitas das vezes perceptível do exterior, onde se eleva por 3 pisos ou mais, e com ampliações que servem de apoio e complementam o conjunto.

É o programa que confina o que se quer com a construção do edifício. As Câmaras Municipais prestam serviço e como tal o edifício projecta-se para responder a essas questões. As formas e os espaços são atribuídos determinadas funções. Para isso é preciso saber que tipo de funções se pretende que este equipamento tenha e como organizá-las.

Os espaços devem ser adaptáveis para as necessidades futuras, funcionando aqui a interpretação do arquitecto ao uso dos espaços que condicionam a forma do edifício, nas relações entre espaços dos diferentes departamentos, com características distintas, e uma organização clara conciliando com uma boa circulação do público.

O programa das Câmaras Municipais é delimitado por uma organização funcional, conciliando a circulação do público e dos funcionários entre os diferentes núcleos de trabalho. Estas circulações são, na maioria dos casos, separadas, com a

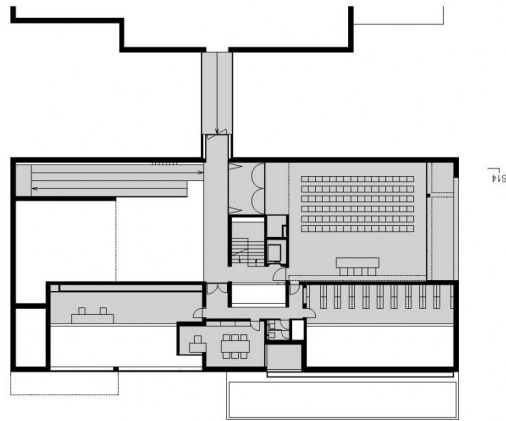


Fig. 46 - Planta do piso 2 da Câmara Municipal de Boticas

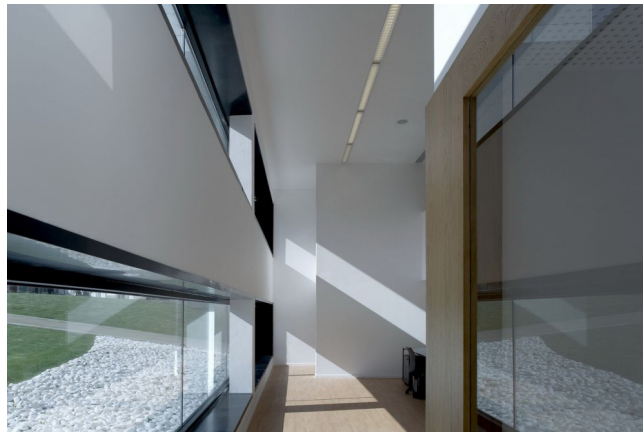


Fig. 47 - Interior da Câmara Municipal de Boticas



Fig. 48 - Átrio e escadaria dos serviços da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro

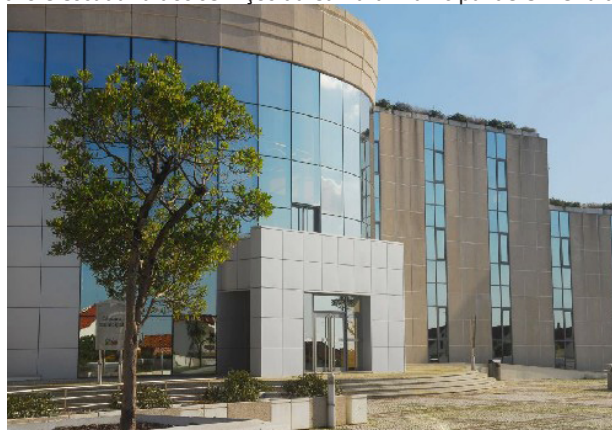


Fig. 49 - Entrada da Câmara Municipal de Mafra

existência de percurso principais e de percursos secundários. A circulação é fulcral para o bom desenvolvimento do programa.

A Câmara Municipal é um equipamento com várias dimensões. Uma das características fundamentais para o bom funcionamento é procurar-se espaços flexíveis, dada a transformação da Câmara ao longo dos anos, adaptando e mudando os espaços; concentrar as circulações dos funcionários e dos munícipes, no interior da Câmara; a acessibilidade que passa pela localização do equipamento, a organização e distribuição dos espaços de atendimento e trabalho; a variedade e oferta dos serviços disponíveis; a organização estrutural do edifício e as circulações entre as diferentes áreas e a reacção entre os espaços; espaços confortáveis aos utilizadores bem iluminados, climatizados e insonorizados; a sinalização clara permite uma fácil identificação dos espaços para informação dos utentes, em átrios de distribuição e zonas de passagem; a sustentabilidade do edifício; e a segurança e controlo dos documentos. Seguindo uma directriz de usufruir de uma liberdade na definição dos espaços e na organização do programa.

As questões programáticas relativas às Câmaras Municipais, têm sido influenciadas pelas várias modificações que têm ocorrido ao longo dos anos, no que se refere à crescente competência para as autarquias. Este equipamento não tem um programa fixo, por variar da necessidade e dimensão de cada concelho, havendo no entanto um programa presente na maioria, o que caracteriza o edifício da Câmara. Compõe-se de gabinetes do presidente e dos vereadores, do Salão Nobre, do espaço de atendimento ao munícipes e dos núcleos dos vários departamentos, sempre com a possibilidade de adaptar, adequar, ajustar o edifício com programas diferentes ou a programas novos.

No piso térreo, a entrada é de certo modo bem marcada, na diferença da volumetria nesta zona. Neste piso funciona, geralmente, os serviços de atendimento geral ao público, o espaço de maior relação com os munícipes. Através do atendimento geral faz-se o acesso à informação, sendo este um espaço importante para o bom funcionamento inicial da câmara, ficando num local privilegiado e de fácil acesso, em que depois deste serviço de atendimento geral se passa para o serviço individual de cada departamento.



Fig. 50 - Hall de entrada da Câmara Municipal de Lagos



Fig. 51 - Sala da Assembleia Municipal de Matosinhos

Na sua organização, o átrio interior funciona como zona de distribuição (observando diferentes tratamentos optados nos vários projectos), e assegurando o bom funcionamento e o equilíbrio dos espaços de transição e percursos. Um espaço de relação rápida do utente, e cabe ao arquitecto criar espaços confortáveis não só para os utentes mas também para os funcionários.

Os pisos superiores são zonas de gabinetes dos diferentes departamentos, áreas mais reservadas aos funcionários. É nos gabinetes técnicos e administrativos que os funcionários executam as suas funções para o bom funcionamento da Câmara. A Câmara Municipal tem vários departamentos e divisões que vão desde: a Administração Geral, Finanças e Património, Recursos Humanos, Assuntos Jurídicos, Contabilidade e Fiscalização, os departamentos de Ambiente, Planeamento do território e Gestão Urbanística, Obras Municipais e Particulares, a ainda os Departamentos de Educação, Acção Social, Desporto Juventude, Cultura e Turismo.

É muitas vezes nestes pisos que se encontram o Salão Nobre e os gabinetes dos vereadores e do presidente. A área da presidência fica afastada/separada das áreas de atendimento público e dos departamentos, e no caso dos edifícios em altura, localizam-se nos últimos andares, um andar mais nobre, onde fica o poder administrativo com os vários gabinetes e salas de reuniões, sendo esta área mais restrita.

A necessidade de reuniões periódicas pela Câmara, inclui neste edifício uma Sala de Assembleia ou Salão Nobre, por vezes com um carácter de auditório, onde se realizam várias assembleias, possibilitando também a utilização deste espaço à população, sem ser para uso interno dos serviços da câmara. O Salão Nobre, o espaço de encontro, tem um desenho que permite alguma versatilidade e situa-se num ponto estratégico e de fácil acesso, um espaço íntimo necessário para estabelecer uma relação entre o presidente, os vereadores e os munícipes. Um espaço onde se criam e discutem ideias.

Um dos espaços de maior dimensão neste equipamento será a zona de arquivos, onde se guarda um vasto número de documentos relativos ao município, ao longo dos anos. Um grande espaço livre com vários armários de arrumação. Este serve para albergar todos os documentos num espaço com boas condições e organizado, para uma fácil consulta dos mesmos. São espaços protegidos da luz, da temperatura e com controlo climático, sendo um espaço reservado e não acessível ao público.



Fig. 52 - Loja do cidadão de São João da Madeira



Fig. 53 - Posto de turismo e ao fundo a Câmara Municipal de Celorico de Basto



Fig. 54 - Câmara Municipal de Penalva do Castelo

Através da disposição dos distintos espaços do programa, que se articula por intermédio de grandes espaços contínuos de circulação, ou de actividades de transição de espera ou atendimento, possibilitando uma configuração do espaço com actividades de modo a permitir uma fácil orientação dentro do edifício.

Um equipamento que está associado um conjunto de serviços administrativos do município, um conjunto de serviços que estavam espalhados pela cidade e que com este novo edifício se agrupam, ficando todos os serviços num edifício central. Por vezes, no piso térreo do edifício é possível encontrar também salas de exposições, posto de turismo, a Loja do Cidadão e Juntas de Freguesias, que funcionam de uma forma autónoma.

O edifício da Câmara estava muito associado a um edifício do tribunal “Até ao final do século XIX, era frequente a câmara municipal partilhar o mesmo local com o tribunal, o registo civil, a repartição de finanças e a cadeia. Em localidades mais pequenas em que estas estruturas estavam inseridas em casas de pouca relevância arquitetónica era, ainda, utilizada a designação de “Casa da Câmara”.⁵⁰, mas nos dias de hoje esse equipamento já não se encontram agrupados, em alguns dos casos fica nos arredores, com outra volumetria, com outro período de construção.

Para permitir uma certa privacidade, os edifícios voltam-se para o interior, criando pátios e espaços mais acolhedores, como por exemplo os Paços do Concelho de Ílhavo, Oliveira do Bairro, Matosinhos.

Um edifício com grande escala na sua intervenção urbana não só por ser um edifício com um vasto programa mas a partir daí ganhar alguma monumentalidade pelo seu simbolismo de poder municipal, e edifício de referência à população. Simbólico pelas decisões que são tomadas no seu interior e que contribuem para a gestão do funcionamento do concelho, e que se iram reflectir na história. Estes novos equipamentos com a falta de espaço da nova implantação do centro urbano, tem os seus estacionamento em pisos subterrâneos. O estacionamento subterrâneo é essencial para complementar as funções e necessidades da Câmara, ao ficar por baixo do edifício permite criar áreas técnicas e libertar a envolvente, uma vez que existe pouco

⁵⁰ CORREIA, Helena Afonso Rodrigues - Modernização e Valorização do Património Cultural Municipal: Confronto de estratégias na gestão dos Paços do Concelho de Portalegre e Sousel. 2013, p. 94.



Fig. 55 e 56 - Pórtico na entrada da Câmara Municipal de Matosinhos



Fig. 57 e 58 - Câmara Municipal de Rio Maior



Fig. 59 - Câmara Municipal da Batalha

espaço em redor. Acaba por ser o mais utilizado quando o espaço livre em redor é reduzido ou condicionado.

Uma das características da envolvente deste edifício é implantarem-se com algum destaque, numa zona onde as fachadas são quase todas visíveis, ganhando algum protagonismo, ou tendo uma grande praça que faz a chegada a este volume, ficando num cenários urbano importante e privilegiado. *“há praças que só ganham o direito a assim ser chamadas quando um edifício ou jardim ou uma fonte se proporcionam na sua devida escala e as justificam no que são, para uso das gentes”*⁵¹

As novas construções têm uma concepção comum de um volume paralelepípedo a que é acrescentado um conjunto de elementos e volumetrias. Nas fachadas a utilização do revestimento em placagem de pedra, um material que não é apenas de revestimento, conformando um sentido tectónico que é dominante e que parece dominar a ideia de definir um lugar, com coerência e fascínio. Na década de 80, as fachadas distinguem-se por uma cultura arquitectónica clássica, com as galerias de colunas ou os pilares que eram elementos formais presentes num edifício clássico. Onde eram utilizados nos templos, e tornando-se habituais nos edifícios públicos desde a segunda metade do séc. XVIII. Nos períodos do séc. XX com a arquitectura modernista as colonatas e pilares eram sistemáticos em Tribunais, Ministérios, Casas de Espectáculo e também em Câmaras Municipais.

Por outro lado uma abordagem com estes novos temas da arquitectura contemporânea, que é o caso da reabilitação de edifícios que tinham outras funções e que posteriormente são adaptados ao programa de câmara municipal, renovando a imagem do edifício no espaço urbano e dar-lhe uma nova vida. Situações em que o município valoriza, ou não, o património edificado, optando por novas construções ou pela reabilitação de edifícios que despertam a memória do antigo e do moderno.

Este é o tipo de equipamento que não sendo só por necessidade de juntar vários serviços num único, mas também de o próprio presidente ter um espaço próprio de poder local, dando uma certa dignidade ao concelho com este projecto. Considerando uma obra existencial de honra e nobreza da cidade, como o projecto pessoal do

⁵¹ MATOSINHOS. CÂMARA MUNICIPAL. ; ALMEIDA, Bernardo Pinto de ; GOMES, Paulo Varela - Matosinhos : Paços do Concelho. 1992, p. 11.



Fig. 60 - Câmara Municipal de Caldas da Rainha, 1992

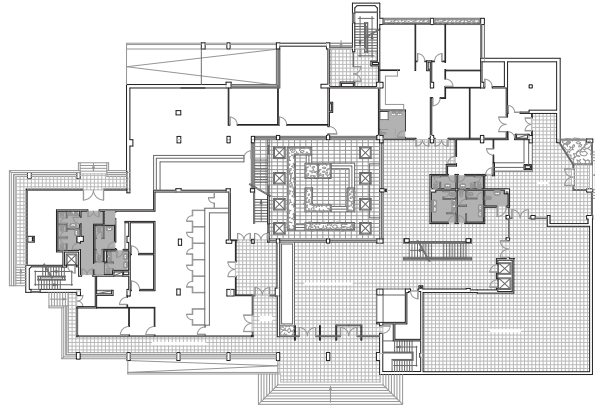


Fig. 61 - Planta piso 0 da Câmara Municipal de Caldas da Rainha

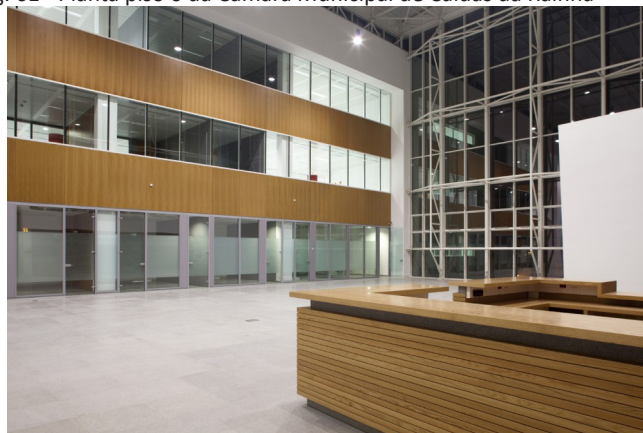


Fig. 62 - Átrio da Câmara Municipal do Seixal



Fig. 63 - Átrio da Câmara Municipal de Matosinhos

presidente. Num espaço que precisa de alguma dignidade urbana, e de reorganização do espaço, com uma nova arquitectura moderna, com uma nova linguagem.

Um edifício com uma geometria variada mas onde a distribuição do programa acaba por ser normalizada, pois relativamente à funcionalidade dos edifícios, normalmente distribuem-se hierarquizados relativamente à sua maior ou menor acessibilidade, com um esquema funcional hierarquizado relativamente ao exterior garantindo privacidade do programa.

“uma arquitectura pode trazer às vezes todo o principio da beleza do lugar. Há castelos e igrejas em ermos lugares que, só eles, nos permitem apercebermo-nos da beleza da paisagem e que a transfiguram de sítio anonimo em lugar de esplendor ou romaria.”⁵²

O programa dos paços do concelho valoriza a apresentação da Câmara, da sua concepção, da sua construção e da máquina de servir o povo, neste tratamento de distribuição do programa. Nas intervenções apresentadas foram sobretudo de formulação, distribuição e articulação do novo programa, como obra funcional e estrutural.

Na Câmara Municipal é o atendimento que gera o programa e que o organiza. É a partir do atendimento que se desenvolve um bom projecto com um bom ambiente de trabalho. Em que os percursos de circulação, a delimitação das zonas por área e as várias actividades espaciais estão orientadas para os serviços do munícipe. As zonas de espera, abertas e luminosas, para quem aguarda ser atendido se sentir confortável, e os espaços de trabalho destinados à assistência sempre com uma privacidade necessária. Marcado por zonas de trabalho com princípios funcionais e técnicos, com luminosidade, aliados ao conforto e versatilidade, facilitando a sua eficiência e a própria privacidade dos espaços. Uma diversidade de espaços com salas adequadas com o objectivo de acompanhamento da informação do munícipe, resolver as várias questões e problemas, e na consulta de documentos.

⁵² *Ibidem*, p. 10.

Os Novos Paços do Concelho



Fig. 64 - Salão Nobre da Câmara Municipal de Armamar



Fig. 65 - Interior da Câmara Municipal do Seixal



Fig. 66 - Câmara Municipal de Porto Santo, Madeira



Fig. 67 - Praça junto ao edifício da Câmara Municipal de Águeda



Fig. 68 - Salão Nobre da Câmara Municipal de Águeda

As zonas de espera, são espaços de acolhimento confortáveis, entendendo estes espaços como a sensação que permita o descanso visual interior e promova uma certa proximidade em relação com o exterior, onde a luz natural é de certa forma imprescindível. São espaços onde a luz penetra de um modo ténue e que não perturbe o espaço de trabalho individual. Um espaço enriquecido com o tratamento da luz, em que na maioria dos casos a relação com o exterior é tratada como algo público/privado.

Os serviços, de uso interno, a administração, a gestão, os arquivos, os gabinetes, devem ocupar zona de utilização exclusiva, de modo a serem eficazes na inter-relação e na sua independência, e permitir uma leitura rápida das zonas de serviço, sectores de utilização, devem aparecer claros. Os espaços de circulação e o traçado destes projectos mostram-se com evidência clara e algumas vezes despojada de retórica, tendo em conta o fácil acesso a todos os pisos com escadas e caixa de elevadores, possibilitando usufruir de todos os serviços, mesmo que com mobilidade reduzida.

As soluções construtivas relativamente aos materiais utilizados varia com a introdução de diferentes texturas, materiais e cores, que permite clarificar visualmente as diferentes áreas, recorrendo a relações cromáticas. A criação de espaços com diferentes ambientes, consoante a característica inicial do seu uso, em que o arquitecto desenha estes espaços adequados para que cumpram o seu objectivo e sempre com o cuidado de desenhar o espaço futuro.

A Câmara Municipal é constituída de um carácter público de edifício com valor decisivo nos aspectos formais exteriores, reconhecendo como referência, e pela funcionalidade e qualidade construtiva, assim como a sua vigência formal.

Uma vontade política de processo de renovação da mentalidade administrativa, que transformem os programas de construção dos edifícios camarários, em geral, pelo processo de valorização arquitectónica, faz com que os espaços arquitectónicos promovam actividade e interferir nos utentes, ao ponto destes se sentirem confortáveis no interior, com um carácter multicultural e de uma boa relação com o público.

Esta arquitectura do edifício da câmara faz com que seja um exercício de reflexão projectual, conseguindo uma nova infra-estrutura resultante de maior funcionalidade e eficácia, respondendo às necessidades e exigências da qualidade arquitectónica conforme a sociedade actual. Em que o espaço interior se adequa à sua função, e no exterior o diálogo com a cidade, com as praças, as ruas, ou as habitações. Adaptando-se

o tema urbano na hipótese de qualificar a arquitectura e qualificar a cidade para uma melhor vivência deste objecto.

Como edifício público precisa de estar conectado directamente com a rua ou praça que apoiara a sua exposição gerando espaço público, para ser usado permanentemente de forma fluida em comunicação do edifício com a cidade. *“Procura serena e persistente, pautada por um sentido crítico, uma vontade de comunicação, uma adequação aos sítios e aos meios, um rigor construtivo...”*⁵³

A sustentabilidade

O conceito de sustentabilidade remete para a análise de custos e benefícios referentes as construções ou reabilitações dos edifícios. Neste sentido, incorporar estes valores permite considerar a protecção ambiental, os consumos energéticos ou a valorização do património.

O tema da sustentabilidade encara-se como uma atitude presente nos projectos. Pois a energia solar, a ventilação natural, o isolamento envolvente, as protecções solares são ferramentas presentes nestes novos projectos. Concebendo um edifício com um bom sistema energético e ambiental, capitalizando em seu benefício factores ambientais disponíveis irá maximizar a eficiência e bom comportamento ambiental, neste novos edifícios, e dar novas vantagens para uma melhor condição de vida. Seguindo um plano de projecto onde este factor constitui um elemento de grande importância, e a aplicação destes princípios torna-se parte integrante da metodologia do projecto, relacionando estas escolhas arquitectónicas de modo a evitar grandes intervenções de manutenção.

⁵³ PORTAS, Nuno, ed. lit. ; MENDES, Manuel, ed. lit. - Arquitectura portuguesa contemporânea : anos sessenta-anos oitenta. 1991, p. 13

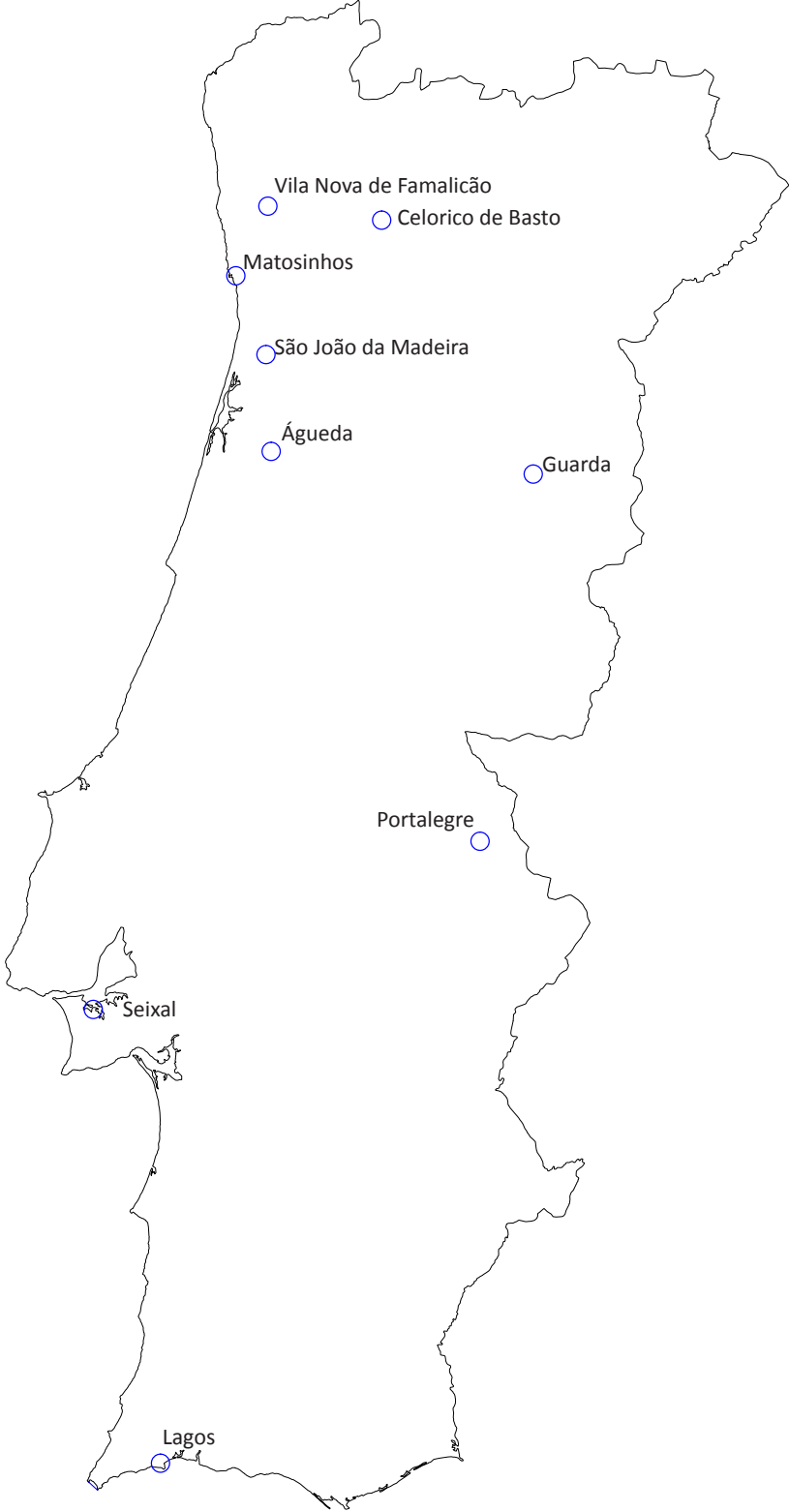


Fig. 69 - Mapa de Portugal com a localização dos casos de estudo

IV. Casos de Estudo

Neste capítulo pretende-se a fazer uma análise dos 9 casos de estudo, recaindo sobre a arquitectura dos Paços do Concelho contemporâneos: desde a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Águeda, Matosinhos, São João da Madeira, Guarda, Seixal, Lagos, Celorico de Basto e Portalegre.

Dividindo em três partes: a primeira, uma obra construída no período do **Estado Novo**, que é o caso de **Vila Nova de Famalicão**, de maior significado deste período e que faz a comparação e referência a um período de confronto ideológico, como obra introdutória e comparativa ao que tinha sido feito no período do Estado Novo; numa segunda parte, obras da **década de 80**, por ser um período próximo de transição cultural e política e que se reflecte na arquitectura produzida, bastante diferenciadas na sua linguagem arquitectónica e que precedem um período revolucionário e de mudança, onde a Câmara de **Águeda** que apesar da menor dimensão tem um carácter monumental e escultórico, a de **Matosinhos** é uma obra de referência na arquitectura contemporânea, a de **São João da Madeira**, um edifício que distribui o programa em altura, um exemplo de destaque numa área de expansão urbana, e a de **Guarda** que tem muito confronto dos elementos antigos com arquitecturas novas e inserida perto do centro histórico da cidade. Por outro lado, numa terceira parte, obras mais recentes do **século XXI**, com uma nova linguagem contemporânea com interesse nos novos temas da arquitectura, desde a reabilitação, a sustentabilidade, ou a utilização de novos materiais, começando pela Câmara de **Lagos** pela sua materialidade e volumetria simples, a Câmara Municipal de **Seixal**, marcante pelo seu grande átrio; e por fim dois casos de reabilitação de edifícios antigos que são os casos da Câmara de **Celorico de Basto** que acrescenta uma ampliação com uma nova volumetria e da Câmara Municipal de **Portalegre** com uma reconversão de um espaço de uma igreja e colégio, preservando a sua imagem.

Este estudo foi feito a partir da recolha de elementos gráficos, fotográficos e documentais. A consulta de arquivos das Câmaras Municipais foi essencial, para a obtenção dos projectos, bem como o contacto com os ateliers que projectaram o

Concelho	População (hab.)	Densidade populacional (hab./km ²)	Área (km ²)	Freguesias	Fundação do município	Distrito
Vila Nova de Famalicão	133832	663,03	201,85	49	1835	Braga
Matosinhos	175478	2816,66	62,3	10	1867	Porto
Águeda	47729	142,36	335,27	11	1834	Aveiro
Guarda	42541	59,74	712,11	55	1199	Guarda
São João da madeira	21713	2677,31	8,11	1	1926	Aveiro
Seixal	158269	1691,27	93,58	6	1836	Setúbal
Lagos	31048	145,87	212,84	6	1255	Faro
Celorico de basto	20098	110,98	181,1	22	1520	Braga
Portalegre	24930	55,87	446,24	10	1259	Portalegre

Fig. 70 - Tabela com as características de cada caso de estudo

edifício. A visita às obras foi também importante do ponto de vista de conhecer melhor o projecto.

Cada projecto é descrito com um mapa de vista aérea com a marcação da localização do edifício, para enquadrar a área de intervenção, tem ainda uma descrição do edifício, com uma indicação de elementos relevantes, na apresentação do projecto, como plantas, cortes, alçados e fotografias que serviram de apoio para a análise da obra.

Câmaras Municipais projectadas como novo centro cívico

As novas câmaras são projectadas como novos centros cívicos, pensadas para um novo local. Esta escolha do local é importante para a morfologia urbana e centralidade dos serviços municipais, e assim responder com um melhor serviço ao público. Como equipamento administrativo é responsável por prestar informação e reger o concelho, estabelecendo a tal centralidade e proximidade com a população, inserindo-se num lugar estratégico, respondendo aos objectivos propostos e oferecendo boas condições. Procura-se um edifício, ou um conjunto de edifícios que definam com clareza morfológica um núcleo urbano central e de referência, privilegiando a centralidade.

O arquitecto ao deparar-se com este contexto urbano, rodeado de edifícios e assumindo um papel central, de certa forma monumental, terá de agrupar diversos serviços num único equipamento, e ainda permitir o fácil acesso tanto pedonal como de transporte. Havendo o diálogo entre o novo edifício e a cidade, aproximando os munícipes a este espaço, criado para servir.

Este novo edifício terá de absorver diversos programas e serviços, decorrentes da necessidade estabelecida pela Câmara, e é aí que o arquitecto, pelo estudo do local e programa, projecta este equipamento com diversas formas e volumetrias, capaz de dialogar com a envolvente na concepção do espaço. Cuidando a forma e interpretando o lugar, de maneira a promover a obra.

Abrangendo uma época de várias tendências e passando por um período de arquitectura contemporânea, pretende passar um projecto de destaque, onde alguns arquitectos optam por uma peça mais escultórica e orgânica, ou uma obra mais ligada à envolvente, não se mostrando muito, tentando incluir-se de forma amena no meio inserida. São as diferentes formas de dialogar com o envolvente, que o arquitecto responsável por esta abordagem tem de resolver e fomentar.

A escolha destas novas Câmaras Municipais remete para dois períodos de edifícios contemporâneos, em concelhos de média população, tomando como ponto de partida um edifício do Estado Novo, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, do arquitecto Januário Godinho.

Um conjunto de obras da década de 80, com a Câmara Municipal de Águeda, a Câmara Municipal de Matosinhos, a Câmara Municipal de São João da Madeira e a Câmara Municipal da Guarda. Estudando assim, estas obras dos arquitectos Pedro Ramalho, Alcino Soutinho, Adalberto Dias (pai), e João Paciência, analisando o seu enquadramento no território, a forma e a distribuição do programa. Depois um conjunto de obras do século XXI, com a Câmara Municipal de Lagos e a Câmara Municipal do Seixal, do atelier PROGITAPE e do arquitecto Nuno Leónidas, respectivamente. Um conjunto de edifícios representativos do que se tem feito em Portugal ao longo deste últimos anos, em que se nota a transformação da arquitectura mas numa continuidade da história no diálogo com o moderno, e com novas exigência sócio-culturais e ideologias.

Numa abordagem de interpretação que se fez do local, da forma do edifício, o programa distribuído no espaço interior e a sua funcionalidade, comparando os diferentes casos analisados. Definem-se linhas limitadoras do espaço urbano e de quarteirão, respondendo às necessidades que a Câmara tinha pela dispersão dos vários serviços.

A escolha destes casos de estudo deve, ao edifício como instituição de trabalho, a sua existência que faz cidade, e a sua repetição ao percorrer o País. Uma repetição com diversas arquitecturas, que marca a sua presença, como ponto de partida para introdução deste trabalho.



Fig. 71 - Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

(Januário Godinho, 1961)

“o projecto para o edifício da Câmara Municipal da Famalicão, de 52, propõe uma articulação espacial rica e uma volumetria equilibrada onde transparece uma procura simbólica. O decorativismo presente, traindo toda a concepção arquitectónica, denuncia uma atitude que entra em manifesta contradição com a sua obra anterior, pautada por uma grande simplicidade de linguagem.”⁵⁴

Este novo edifício, projectado pelo arquitecto Januário Godinho, simboliza grandeza e dignidade da história e da população de Vila Nova de Famalicão. Estes Paços do Concelho de Vila Nova de Famalicão são o “ex-libris” da arquitectura moderna local.⁵⁵ Um projecto de 1952, adjudicado em 1956 e concluído em 1961.

Este edifício ocupa o espaço da antiga Câmara e o jardim envolvente, que tinha sido completamente destruído por um incêndio. A concepção do novo edifício é determinada pela situação do terreno, a sua forma e a envolvente. De tal forma que o edifício devia deixar livre todo o espaço onde estava a velha Câmara e jardim, e com o melhor aproveitamento do espaço disponível. Com efeito a composição apresentada procura dar a entender uma impressão de grandeza e continuidade do terreno.

A planta do edifício é definida por dois grandes volumes em volta de um pátio de honra, por onde se faz o acesso à Câmara e ao Tribunal. Os serviços da justiça tomam um lugar de relevo sem alterar a unidade do conjunto da concepção dos Paços do Concelho, e onde o pátio de honra estabelece a unidade e a independência. Em cada programa os vários serviços são agrupados e interligados num sistema geral de comunicações, onde a secção de finanças e tesouraria se encontram num só corpo no rés-do-chão. Com acessos directos e fáceis pelo grande pátio de honra, ficam no 1º andar os serviços administrativos e técnicos da Câmara.

⁵⁴ FERNANDEZ, Sergio - Percurso : arquitectura portuguesa : 1930-1974. 1988, p. 120.

⁵⁵ Paços do Concelho de Vila Nova de Famalicão: Percursos 1835-1961. p. 3. Disponível em: <http://www.vilanovadefamaliao.org/op/document/?co=1926&h=706b1>



Fig. 72 - Implantação da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

A praça é desenhada num enquadramento estético de espaço verde relvado, com alguma distribuição arbórea em volta de percursos pavimentados de acesso ao edifício, criando um ambiente de carácter especial que se procurou dar aos Paços do Concelho, existe ainda uma grande fonte decorativa à chegada do edifício junto à torre. Na rua no limite sul fica um pátio de serviço, onde estão as garagens privadas.

Os diversos corpos do edifício têm uma implantação que permite circular livremente em volta deste, deixando o edifício ficar o mais livre possível, garantindo assim iluminação natural eficiente. Os espaços livres que circulam a construção interligam-se através do pátio de honra, numa passagem coberta. Obtém-se uma perspectiva de amplitude e grandeza, que sem este jogo de volumes não seria fácil conseguir.

O pavimento uniforme de basalto e granito desde as ruas ao pátio de honra, dá ao conjunto a escala e nobreza pela concepção adoptada. Procurou-se um estilo arquitectónico, impresso no edifício dos Paços do Concelho e Tribunal com uma construção sóbria com predomínio de granitos em larga escala e azulejos, com uma estrutura leve, e simplicidade.⁵⁶

Os serviços da Câmara distribuem-se por quatro pisos. A cave com o arquivo, ao nível do rés-do-chão o pátio de serviço, o primeiro andar que é o andar nobre, e finalmente o último piso, no vão dos telhados onde ficam os arquivos gerais e alguns gabinetes. Já os serviços do Tribunal, no volume mais a Norte, ocupam também quatro pisos; no piso enterrado fica o arquivo, no rés-do-chão o atendimento, no 1º andar as salas de audiência, e no piso dos telhados os arquivos gerais do tribunal.

O corpo principal da Câmara é ligado por um grande átrio de recepção com forma circular, com uma escadaria em caracol que estabelece a comunicação entre o atendimento dos munícipes e a zona nobre da Câmara, do gabinete do presidente e do Salão Nobre. Este volume circular insere-se num pátio em estrela que dá iluminação ao piso enterrado onde fica a grande área do arquivo histórico.

A entrada da Câmara faz-se ao nível do rés-do-chão, marcado por uma arcada, e onde tem um volume envidraçado onde funciona o atendimento aos cidadãos, e o acesso à presidência. As entradas principais dos vários volumes fazem-se debaixo deste

⁵⁶ *Ibidem*, p. 116.

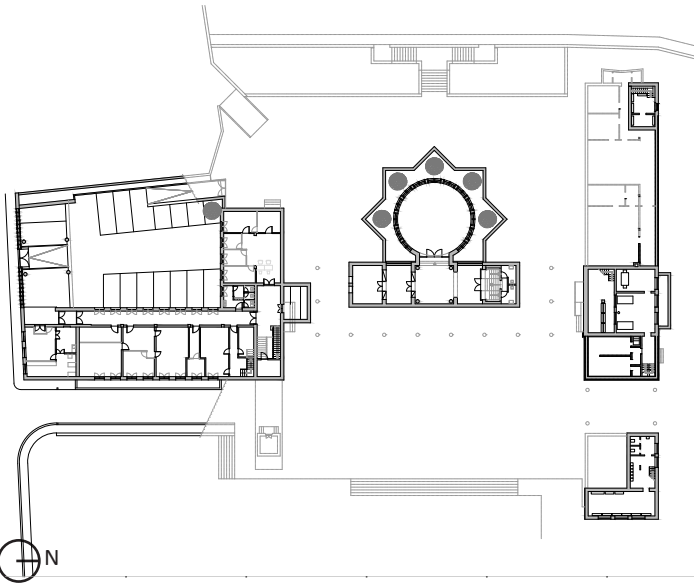


Fig. 73 - Planta piso -1

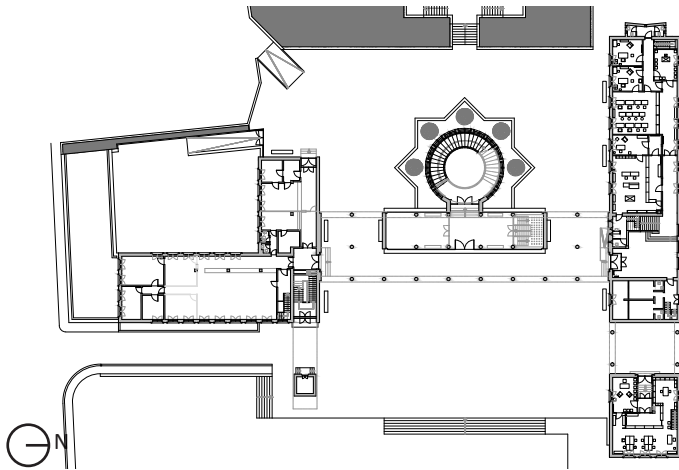


Fig. 74 - Planta piso 0

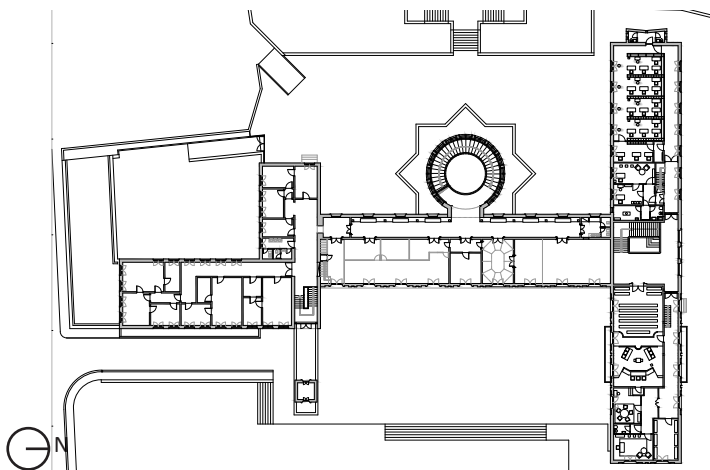


Fig. 75 - Planta piso 1



Fig. 76 - Maquete do conjunto



Fig. 77 - Pátio de honra e fonte



Fig. 78 - Pátio de honra



Fig. 79 - Fonte decorativa



Fig. 80 - Torre e jardim

volume criando um espaço abrigado, e acolhedor. O corpo central sobre a arcada, no 1º andar, destina-se à zona mais nobre, pois é neste andar que fica a presidência e respectiva recepção, com a secretaria-geral, o Salão Nobre e várias salas de reuniões. Tudo num corredor contínuo, com as salas viradas para o jardim. No 2º andar, numa zona de sótão, fica um núcleo de gabinetes e o arquivo do tribunal.

No corpo a Sul, com uma forma em “L”, fica a secção de finanças, com entrada a Norte. Tem um pequeno hall que direcciona para os vários departamentos, e respectivas áreas de atendimento. Em frente fica um grande open-space com o atendimento dos serviços de recursos humanos e à direita os serviços de tesouraria e contabilidade, virados para o estacionamento a Sul. No piso superior ficam os gabinetes dos vereadores e de serviços técnicos da Câmara, com um pequeno bar e ligação à área do piso nobre da presidência. No piso semi-enterrado, com acesso ao estacionamento privado, ficam vários serviços e respectivos gabinetes, zonas de atendimento e vereadores, ligando todo o volume pela escada de serviço alinhada com a torre. Este volume alinha com a torre e faz a passerelle de acesso à torre do relógio, marcando o alinhamento da rua-esplanada, que resulta da continuação da Rua Augusto Correia que liga, por uma rua de carácter mais reservado de esplanada, com a Rua Conde de S. Cosme do Vale, criando um enfiamento nesta artéria Norte-Sul.⁵⁷ Pela marcação no pavimento e por o edifício se levantar do solo abrindo um pórtico, permite um contacto visual e esta ideia de continuidade, de carácter urbano, e que se destinada ao trânsito de veículos leves de serviço da Câmara e Tribunal.

O corpo a Norte ficam todos os serviços dependentes do Tribunal, com o registo civil, o notarial. Nesta localização estabelece o remate da composição, e com um pórtico passando sobre a rua-esplanada, que atravessa o pátio de recepção, marcando desta maneira a entrada do tribunal.

A distribuição deste edifício faz-se da seguinte forma, no andar enterrado fica uma pequena zona de arquivo. No rés-do-chão com entrada a Sul por baixo da arcada, chegamos a um átrio que separa para a direita a zona das celas e para a esquerda um corredor comprido com as divisões do registo predial, salas dos notário, ficando as salas viradas para o espaço interior do terreno. No volume separado, com entrada pela

⁵⁷ *Ibidem*, p. 115.

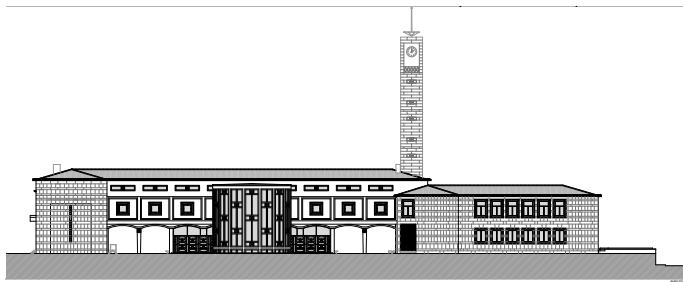


Fig. 81 - Alçado Poente

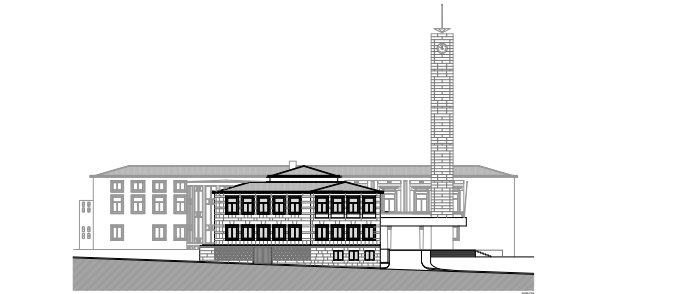


Fig. 82 - Alçado Sul



Fig. 83 - Alçado Norte

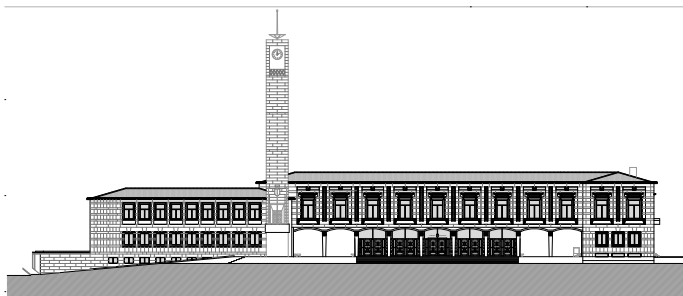


Fig. 84 - Alçado Nascente



Fig. 85 - Corte Norte-Sul



Fig. 86 - Vista Este



Fig. 87 - Entrada da Câmara Municipal



Fig. 88 - Galeria

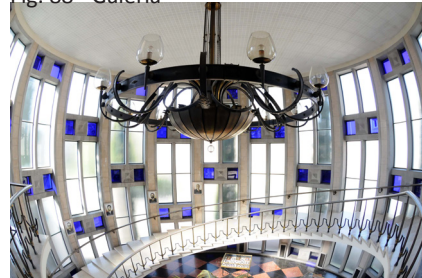


Fig. 89 - Vitrais e escadaria



Fig. 90 - Torre

passagem coberta, fica a secretaria do registo civil a sala do conservador e espaço de arquivo, funcionando de forma mais autónoma.

No 1º andar, ao subir as escadas temos grande átrio de recepção para a sala de audiências, este piso divide-se em duas áreas, para a direita mais ligado com à sala de audiências existe a sala da biblioteca, o gabinete do juiz e sala das testemunhas. Do lado esquerdo ficam várias divisórias todas viradas para Sul, com salas do delegado, e a secretaria judicial ao fundo, com o volume das casas de banho que sai e marca a fachada. No último andar, a este, ficam os arquivos gerais do tribunal, e a oeste ficam os gabinetes do PDM, planeamento, cartografia, e salas de reuniões.

O conjunto é caracterizado por uma distribuição fácil e funcional, onde todos os serviços, consoante a sua função, são servidos por um sistema de distribuição claro, conduzindo o público para os seus destinos, sem grande confusão, e onde os acessos dos funcionários é servido por escadas secundárias, para serviço interno, permitindo descongestionar o movimento do hall principal.

No conjunto são dois programas distribuídos por três volumetrias, de quatro pisos, duas rectangulares longitudinais, do tribunal e da câmara, e um em “L”, o corpo de secção de finanças.

Actualmente os serviços do tribunal foram transferidos para um novo edifício, e os espaços do antigo tribunal judicial foram adaptados para instalações do uso da Câmara, com aproveitamento daquele espaço, como por exemplo a antiga sala de audiências agora se ter transformado em sala de exposições. Uma recuperação desta parte do edifício, preservando a história do antigo tribunal.

Numa vontade de conferir maior nobreza ao edifício, introduziram-se elementos como a torre, a arcada, como elementos expressivos da sua temporalidade, que dão forma ao espaço físico que envolve toda a arquitectura desta obra de Januário Godinho, de um espaço de decisão local.



Fig.91 - Câmara Municipal de Águeda

Câmara Municipal de Águeda

(Pedro Ramalho, 1985)

O edifício da Câmara localiza-se no centro da praça que faz o remate das novas avenidas, e prolongando os elementos construídos nestes terrenos. Implanta-se numa área ampla de renovação da zona central de Águeda, faz frente para a Rua Doutor Adolfo Portela e para a Rua dos Bombeiros Voluntários, esta de carácter mais acolhedor e onde se faz a entrada principal do edifício. É limitado a Poente por construções existentes e a Norte por uma pequena capela, construções que são importantes para o património cultural da vila.⁵⁸

O projecto do arquitecto Pedro Ramalho, consiste num conjunto de edificações em que se previa a Câmara Municipal, uma biblioteca (a Sul) e um edifício de comércio e escritórios (a Norte) que definiam os contornos de uma praça aberta a nascente, mas onde só chegou a ser construída a Câmara, um projecto de 1981-82 cuja construção decorreu entre 1982 e 1985.

Fazendo parte de um projecto urbano, o edifício da Câmara projecta-se em torno de dois eixos. Por um lado o eixo Este-Oeste, marcado por uma área pedonal, e que remata no volume central da Câmara, que tem uma forma de quadrado fechado, e por outro lado, um segundo eixo Noroeste- Sudeste, que determina dois grandes volumes, um volume do Salão Nobre, de menor dimensão, e o volume onde se faz a entrada principal, a Sul. É também a Sul que se faz a entrada e saída dos veículos ao estacionamento coberto, que fica por baixo da grande área da praça.

Impôs-se ao projecto as condições de conter todos os órgãos e serviços essenciais ao pleno funcionamento da Câmara, como estratégia de programa e estratégia de concepção.

Apresenta uma forma e um desenho com carácter para viver da sua autonomia. Afirma uma clara diferenciação a todo o conjunto urbano envolvente, tanto pela linguagem formal como pela plataforma elevada em que se implanta. É esta singularidade e o correspondente reconhecimento público que o justifica. A clareza

⁵⁸ FERNANDEZ, Sergio ; RAMALHO, Pedro - Pedro Ramalho : projectos e obras de 1963 a 1995. 1995, p.50.



Fig.92 - Implantação da Câmara Municipal de Águeda

compositiva garante o equilíbrio e a ordem do conjunto, formado por corpos de volumetria elementar, disposto assimetricamente em relação ao corpo central de maior dimensão. Todos os corpos são rematados pela diferença num dos seus topos, assinalando as entradas. A imagem forte do exterior e a geometria simples de formas quase puras dá lugar, no interior, a uma intensa captação de luz, que vivifica o espaço, conferindo-lhe uma energia própria, e onde cada sucessão de espaços parece redescobrir-se na sua vocação formal.

No exterior, a organização de todo um sistema de acessos, nomeadamente pelos grandes muros e escadarias, faz deslizar os movimentos em direcção às entradas do edifício, assinaladas por pórticos, marcantes nos organizados planos contínuos das fachadas. Lê-se o edifício, no seu conjunto, como uma sequência de volumes quadrangulares, diferenciados no seu detalhe em sucessivos acrescentos e subtracções. O conjunto das fachadas é de uma grande diversidade de volumetrias, mas de uma métrica repetitiva resultante do uso de um tipo de janela uniforme.

Os arruamentos são considerados como linhas de força na chegada ao edifício, de tal forma que a Sul se dava com maior importância a chegada dos utilizadores, foi aí que se definiu a entrada do equipamento, canalizando-o em direcção à Câmara. Outro ponto de tensão, relativamente ao conjunto, é a chegada ao espaço da capela e a passagem para a praça, pois tratou-se o espaço de forma a conter a capela e definindo um espaço preparatório de acesso à praça, com a rotação do volume que tem o Salão Nobre. O lado poente é tratado com o objectivo de fazer frente de rua com as construções existentes, em que há a aproximação do edifício dos Paços do Concelho com um volume mais baixo e alongado que se aproxima da escala dessas construções. O enquadramento dos espaços exteriores sofreu uma operação de requalificação com espaços de jardim e escadarias.

No andar da cave fica o estacionamento subterrâneo, com entrada a Sul. Do lado poente tem uma sala de serviço de aferição, arquivo, arrumos e uma pequena sala de formação. Junto ao estacionamento tem uma grande área de arquivo, e no topo norte fica o refeitório com pé direito duplo, onde o seu acesso faz-se do lado da capela. As duas zonas de sanitários ficam junto à escada de serviço e outra na zona do refeitório.

O edifício está elevado, relativamente ao nível dos arruamentos adjacentes. A chegada ao edifício é feita por uma escadaria larga que dá acesso ao corpo mais a Sul,

Os Novos Paços do Concelho

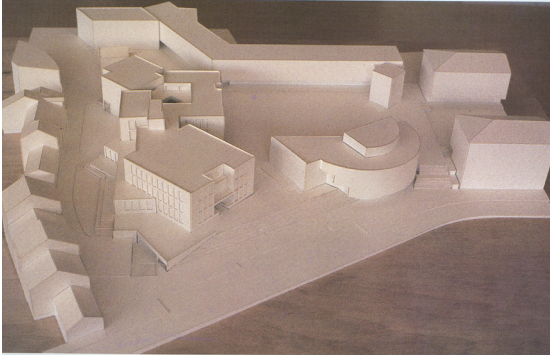


Fig. 93 - Maquete da proposta



Fig. 94 - Vista da entrada do estacionamento



Fig. 95 - Vista Poente



Fig. 96 - Vista nascente



Fig. 97 - Capela e o volume do Salão Nobre



Fig. 98 - Entrada do estacionamento



Fig. 99 - Vista panorâmica da praça

onde estão os programas de carácter público. Sobre a plataforma o edifício desenvolve o programa funcional em três pisos.

A zona de chegada exige, igualmente, conforto e um ambiente cómodo que permita passar o tempo de espera. A sua dimensão assume a maior importância, procurando libertar o visitante, por isso, ocupa a zona central do edifício, tem pé direito triplo e a sua dimensão é a maior de todos os espaços internos. O pé direito permite salvar a sua posição interna, para garantir a iluminação a partir dos pisos superiores.

Na entrada, do lado direito, tem o espaço de atendimento aos munícipes, e do lado esquerdo o espaço da Loja do Cidadão. São espaços amplos, marcados pela escada central no espaço quadrangular de pé direito triplo, bem iluminado pela clarabóia, e a partir do qual se faz a distribuição para os outros serviços. Por baixo das escadas de cada lado ficam duas salas de reuniões. Na ala poente fica uma série de divisórias e gabinetes numa zona mais reservada e num espaço mais compartimentado. Na zona de desfasamento dos dois volumes maiores existe uma escada de serviço e caixa de elevadores, mais recolhidos para uso exclusivo dos funcionários, que fazem a ligação de todos os andares. Adjacente a este núcleo ficam as instalações sanitárias.

No volume central, com entrada a nascente, é marcado com uma galeria coberta na praça central. No interior existe uma escada que direcciona os utentes directamente para o Salão Nobre no piso superior, e iluminada por uma grande clarabóia. No rés-do-chão fica um espaço todo envidraçado, que era o posto de turismo, e que tem uma forma articulada pela junção do volume central e do volume do Salão Nobre.

No 1º andar pode observar-se, com maior clareza, a ideia dos três volumes quadrados. O volume a Sul tem uma distribuição dos vários serviços em volta da escada, separados por um grande envidraçado e dispostos por núcleos, em que de um lado tem os Recursos Humanos, Secretaria, Fiscalização, no centro o aprovisionamento, e do outro lado, a Contabilidade, o Departamento Administrativo e Financeiro, com um gabinete e uma sala de reuniões. No enfiamento da escada principal existe uma escada em caracol que liga ao piso superior, substituindo a escada recta e dando outro carácter nesta passagem para um espaço de menor uso público.

O volume central está destinado a área de vereação e presidência, o acesso é feito pelo corredor junto à escada de serviço, e que liga as duas áreas distintas, e também a entrada do Salão Nobre, marcada pela luz zenital que ilumina esta passagem.

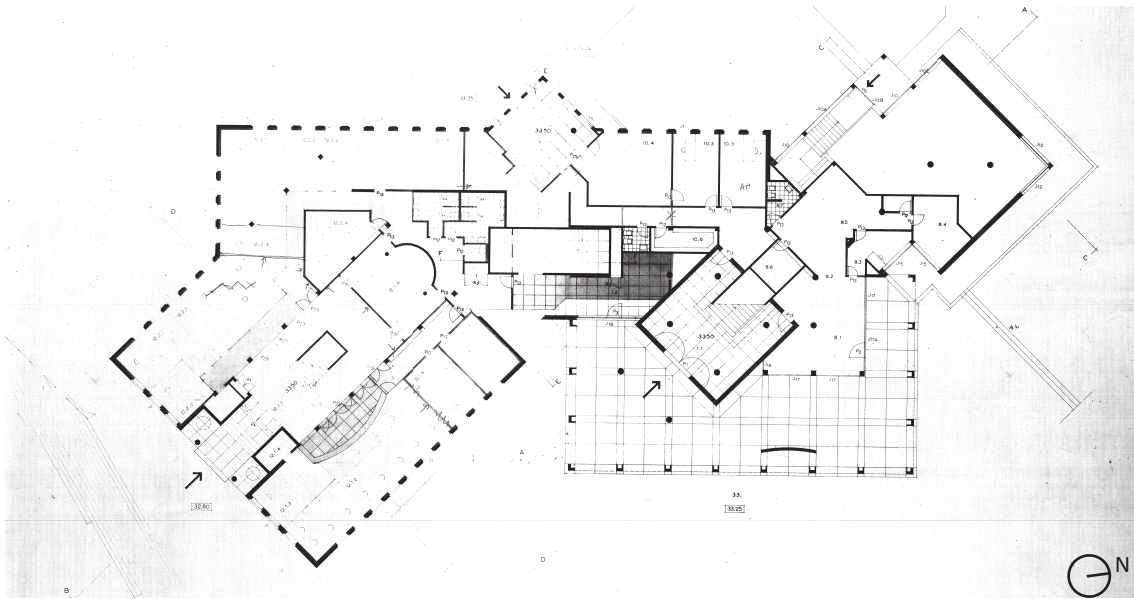


Fig. 100 - Planta Piso 0

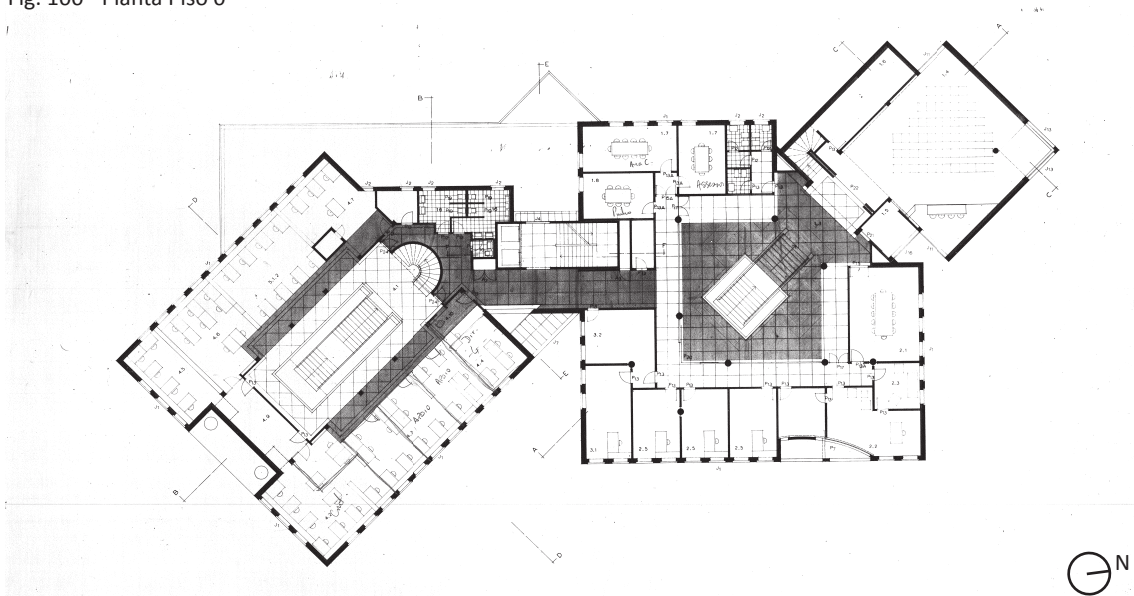


Fig. 101 - Planta Piso 1

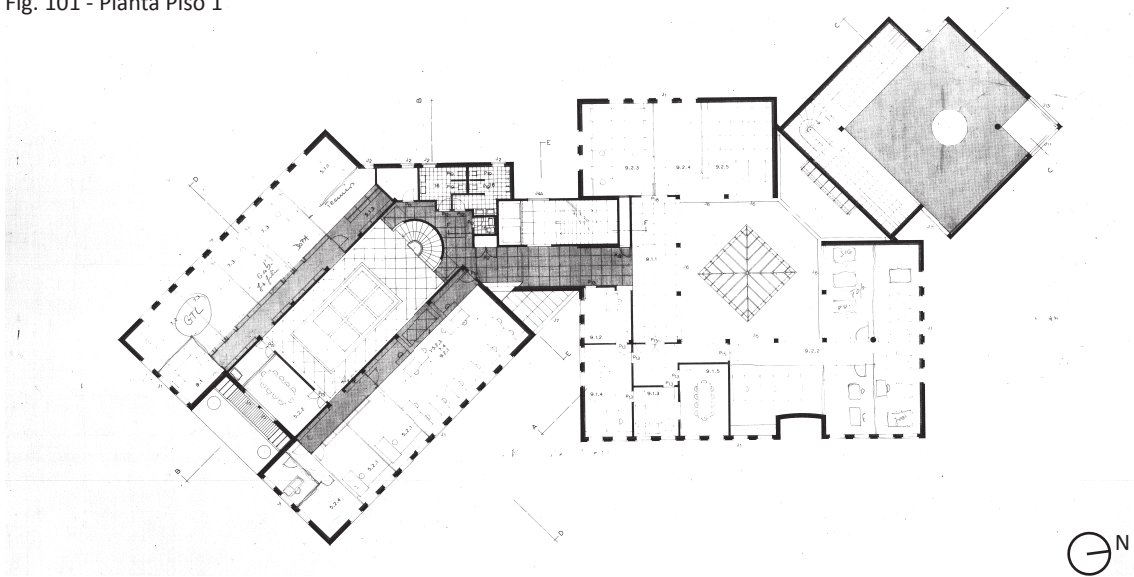


Fig. 102 - Planta Piso 2

Neste andar existem gabinetes de apoio à vereação, gabinetes dos vereadores e no canto a sala do presidente, com uma parede curva e virada para a praça central. Ao lado tem uma sala de reuniões. O espaço central do andar é desenhado como um espaço quadrado com a escada na diagonal, marcado pela iluminação da clarabóia, para dar conforto ao espaço de espera para o Salão Nobre. A separação deste espaço dos corredores da vereação é feita por painéis de madeira nas duas laterais. Funcionalmente, optou-se por um esquema que separa claramente as circulações. O Salão Nobre é em anfiteatro com dois pisos, e fica no volume mais a norte, o único volume com placagem em pedra.

No 2º andar ficam os restantes serviços, de um lado, Obras Municipais, a reprografia (no centro) e uma sala do gabinete jurídico, e do outro lado estão vários gabinetes e a secretaria das Obras particulares. É um espaço fechado com iluminação vertical no átrio e sobre a escada em caracol. A distribuição no volume central é diferente do piso inferior, pois tem uma área quadrada rasgada no canto noroeste devido à disposição do volume do Salão Nobre, e ficou o centro do quadrado aberto e exterior. Este andar destina-se ao Departamento de planeamento e gestão urbanística, onde do lado esquerdo tem a divisão de gestão urbanística e topografia e do lado direito tem uma sala de apoio, vários gabinetes desta secção, arquivo, sala de desenho e a divisão de planeamento estudos e projectos, são espaços em que as divisórias se vão reconfigurando com a necessidade.

Entendendo o conjunto como duas grandes formas cúbicas mais uma de menor dimensão, a do Salão Nobre, que estão articulados entre si por ligações ou por junção dos espaços. Todos os interiores são formulados criando um conjunto de espaços e salas adaptáveis, articuladas por um espaço central marcado pela escada monumental e unificadora de cada volume. Um edifício de acesso fácil, cuja distribuição é feita através de um eixo principal de distribuição, sempre aberto a átrios. Uma intervenção que, quer no interior quer no exterior, parece reafirmar a singularidade da construção, destacando-a ainda mais. Uma singularidade que possui o efeito de se transmutar numa tranquila monumentalidade, reforçando o seu carácter de equipamento administrativo e edifício dos Paços do Concelho.

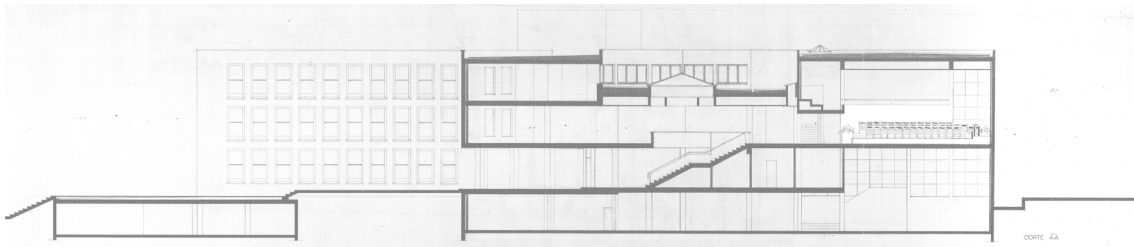


Fig. 103 - Corte pela entrada a Nascente e pelo Salão Nobre

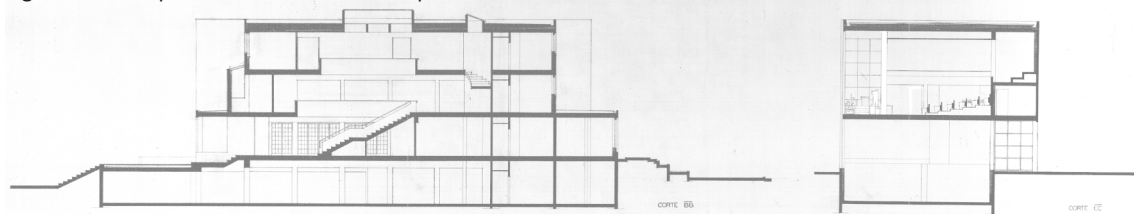


Fig. 104 - Corte pela entrada a Sul

Fig. 105 - Corte no Salão Nobre e refeitório

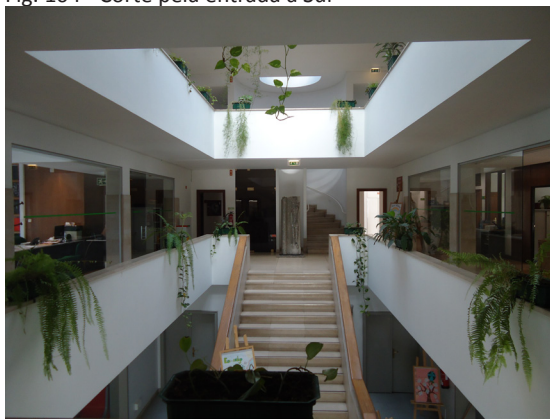


Fig. 106 - Átrio principal



Fig. 107 - Salão Nobre



Fig. 108 - Átrio e escadaria de acesso ao Salão Nobre



Fig. 109 - Refeitório



Fig. 110 - Gabinete



Fig. 111 - Entrada do Salão Nobre

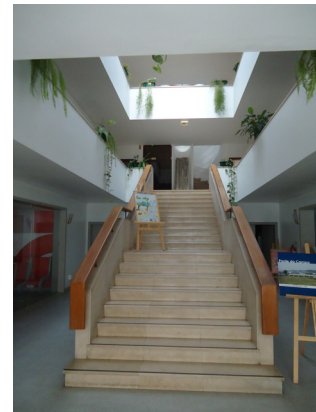


Fig. 112 - Escadaria do átrio principal

No exterior, a elementaridade volumétrica é pontuada pela sucessão de janelas rectangulares, com uma dimensão que confere ao conjunto uma leve monumentalização devido ao jogo de escalas.

“Esta dificuldade em enfrentar o salto de escala implícito a um programa com importância cívica estava já presente no projecto dos Paços de Concelho de Águeda (1981-85), primeira experiência de Pedro Ramalho numa encomenda pública de maior prestígio. Aí, o recurso a uma composição elementarista (com um desenho de planta de raiz Kahniana) e a composição modular dos alçados (com uma métrica muito forte, como no Tribunal de Matosinhos) confere ao edifício uma imagem onde encontramos alguma hesitação entre uma pretensão de monumentalidade e uma tentativa de relação com a envolvente.”⁵⁹

Um projecto com um programa que explora novos conceitos e novas necessidades de serviço. Procura o jogo de volumes e proporções, com racionalização na definição da forma e no domínio dos materiais, como também dos sistemas construtivos, com novos recursos plásticos e novos meios expressivos.

O ritmo uniforme e simplicidade nas aberturas das janelas oferecem ao edifício uma formalidade por meios simples. As paredes exteriores deixam à vista o betão áspero, os caixilhos em alumínio, e ainda o mármore, apenas no volume do Salão Nobre. A austeridade conceptual do projecto determina a forma dos alçados, e também a reestruturação do espaço urbano de acordo com princípios racionais, tendo em conta os edifícios pré-existentes. A linguagem arquitectónica e a escolha dos materiais da “pele” nesta intervenção dá-lhe um ar mais contemporâneo e maciço, fora da desordem estilística criada em seu redor.

⁵⁹ FERNANDES, Eduardo Jorge Cabral dos Santos - A Escolha do Porto: contributos para a actualização de uma ideia de Escola. 2010, p. 551 Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/12009/1/TD_EduardoFernandes_Final.pdf



Fig. 113 - Câmara Municipal de Matosinhos

Câmara Municipal de Matosinhos

(Alcino Soutinho, 1987)

A cidade de Matosinhos, situa-se na periferia do Porto, e desenvolveu-se em função do porto de Leixões e, mais recentemente, pela transferência de muitas indústrias mal instaladas em zonas mais centrais. Tem uma malha mais ou menos ortogonal, que tinha sido reforçada durante a ditadura do Estado Novo, com avenidas e ruas onde se encontram fábricas, pequenas moradias, palacetes, e novos edifícios cada vez mais altos. No centro desta malha fica um jardim, como que um grande quarteirão vazio.⁶⁰

Vencedor do concurso público nacional, Alcino Soutinho fez o projecto entre 1981-82, e a sua construção passou por duas fases, a 1ª em 1983-84 e a 2ª em 1985-87, *“Contruída num momento em que o Poder Local reconquista os seus valores democráticos...”*⁶¹. O projecto inicial exigia o estudo de quase todo o quarteirão, um quadrilátero irregular marcado pela ortogonalidade de um conjunto habitacional do Estado Novo, no lado Este, e marcado pela direcção da avenida que faz frente com o jardim central.

A Câmara situada na praça junto à Avenida Dom Afonso Henriques, numa posição de destaque, assume um duplo carácter de edifício monumental e regulador urbano. Ocupa um quarteirão, com uma implantação que propõe delimitar com clareza o espaço público pelo alinhamento com a rua. O programa permitia a escolha da manutenção de um Palacete pré-existente. Além do edifício da Câmara fazia parte um conjunto de equipamentos culturais como biblioteca, museu, academia de música, estúdios para artistas plásticos, salas de ballet, teatro, sala de exposições, dois auditórios e teatro municipal. Um conjunto que seria distribuído pelo quarteirão por diversos edifícios independentes e tipologicamente bem caracterizados, mas que não chegaram a ser construídos.

Foi opção de projecto manter o palacete, manter a mesma altura de referência para os novos edifícios, reforçar os limites do quarteirão. o edifício dos Paços do

⁶⁰ Architecti: revista de arquitectura e construção: periódico de arquitectura y construcción. Nº1 (Fev. 1989), p. 6.

⁶¹ GRANDE, Nuno, ed. lit. - Obra aberta: Arquitectura em visita. 2004, p. 13.



Fig. 114 - Implantação da Câmara Municipal de Matosinhos

Concelho vai encerrar essa ortogonalidade, com um volume importante, maior e com uma complexidade geométrica mais elaborada, conciliando a envolvente exterior ajardinada com uma imagem pública do edifício com afirmativa monumentalidade, com um carácter maciço, alinhando-se em altura pelas construções próximas, e com as longas superfícies revestidas de pedra onde a fachada porticada e ondulada dá a ideia de movimento.

“o edifício dos Paços do Concelho de Matosinhos, em respeito pelo que já lá existia no local e , logo, respeito pelo humano na sua escala de valores físicos e mentais, exprime também uma poética de volume. Volumetria que nunca é excessiva e que nas suas superfícies, como nas suas articulações, se organiza pautada por valores onde a harmonia e a naturalidade prevalecem. Tal pode ser afirmado tanto para os seus espaços exteriores como para as suas soluções interiores.”⁶²

O objecto mostra-se com uma sucessão de acontecimentos arquitectónicos, desde a fachada principal comprida virada para um jardim, um pátio em forma de “U” alinhando com um palacete com uma forma cúbica, que se conservou, à fachada do Salão Nobre estreita e alta, virada para a estrada. A fachada principal ao longe mostra-se um edifício comprido e baixo, já nas outras fachadas vê-se como um prédio alto e estreito com uma certa simetria. Apesar de não ser uma arquitectura funcionalista, os corpos têm uma relação simbólica no uso dos espaços mais importantes no interior.⁶³

O tratamento das fachadas é diferenciado em termos de escala, por um lado a fachada virada para o jardim é composta por um conjunto de vãos de várias dimensões, parecendo mais comprida e mais monumental. Esta fachada tem um ondulado subtil dos diversos planos que se decompõe, com uma curva suave que se afasta da fachada por detrás e vai projectar várias sombras, este é um aspecto marcante neste edifício. Este contraste das zonas de luz e sombra, dos planos limpos com os planos quebrados recortados pelas janelas e arcadas cria neste edifício uma dimensão cenográfica.

⁶² MATOSINHOS. CÂMARA MUNICIPAL. ; ALMEIDA, Bernardo Pinto de ; GOMES, Paulo Varela - Matosinhos : Paços do Concelho. 1992, p. 2.

⁶³ Architecti: revista de arquitectura e construção: periódico de arquitectura y construcción. Nº1 (Fev. 1989), p. 7.

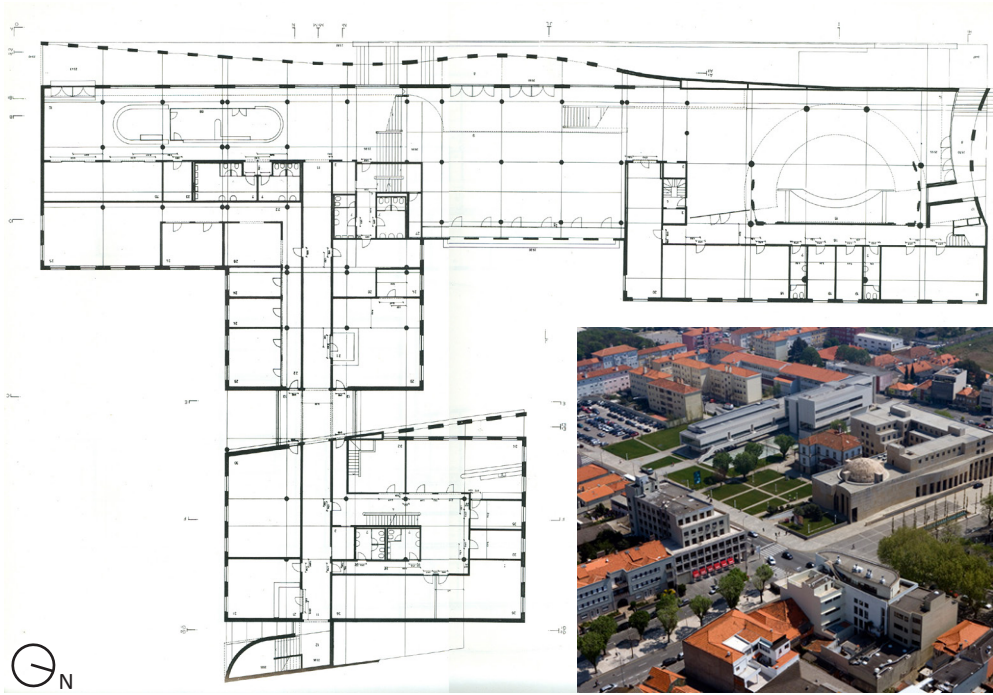


Fig. 115 - Planta piso 0



Fig. 116 - Vista aérea do conjunto

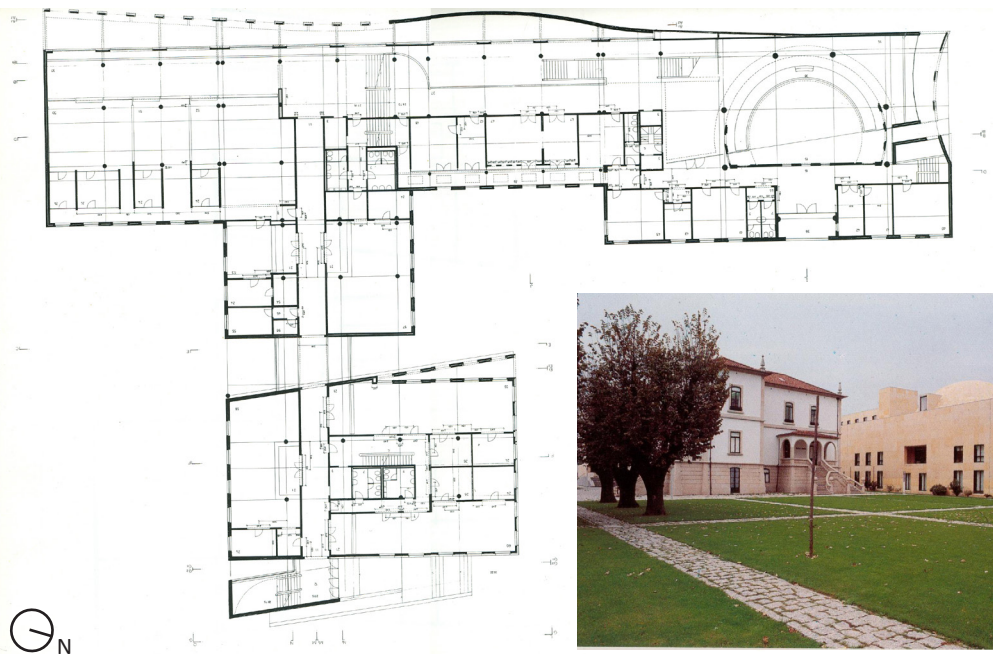


Fig. 117 - Planta piso 1



Fig. 118 - Câmara Municipal e Palacete, Norte



Fig. 119 - Alçado do pátio central



Fig. 120 - Alçado principal



Fig. 121 - Alçado do pátio central

A fachada virada para o pátio ergue-se por pilares da altura do andar e com os outros andares marcados pela fileira de janelas quadradas com uma disposição regular. Ao desenvolve-se em torno de um pátio faz respirar a separação entre o edifício da câmara e o palacete. Esta fachada recusa a monumentalidade, ao contrário da principal, pois procura proporções e articulação com a casa já existente, estando esta acolhida pela dimensão do novo edifício. Tem ainda vários alinhamentos dos planos de fachadas que apontam para a casa, articulando-a com as suas linhas. Confronta-se duas arquitecturas diferentes que existem e se complementam entre si, em que a Câmara faz a moldura e destaca a casa, como também se destaca a si mesma pela sua nova forma e escala do detalhe.

A entrada é projectada como uma nave alta, bem iluminada pela luz que vem das discretas aberturas no tecto em abóboda, reflectindo nos azulejos azuis, que cobrem a vasta parede e as colunas altas. Onde num dos topos as curvas dos patamares da escadaria criam um sucessivo movimento em espiral. O átrio comunica com vários pisos, de forma aberta, numa vontade de fazer penetrar o público para as secções na assembleia municipal e acontecimentos no Salão Nobre.

O espaço interior da câmara é de uma distribuição fácil, pelo grande átrio de pé direito quádruplo, um espaço alto e longo revelador do carácter público do edifício. Do lado esquerdo, a Norte, ficam as áreas de assembleia nos três pisos. No piso térreo temos acesso directo à sala de Assembleia Municipal, de dois pisos com o espaço central com pé direito duplo e muito marcado pela sua forma em arco e pelos elementos arquitectónicos. Esta zona tem numa área mais reservada, com as salas de reuniões e gabinete do presidente da assembleia e da Câmara, e no piso de cima as salas destinadas à vereação. No 2º andar fica o Salão Nobre direccionado pela longa escadaria recta e coberto por uma cúpula semiesférica. Estes dois grandes espaços são projectados com uma área circular, rodeado de galerias e colunas.

No grande átrio, para a direita, numa cota inferior ficam as salas públicas, serviços de atendimento ao cidadão, gabinetes, e uma galeria de exposições. Um grande espaço que dá acesso à galeria de circulação do público para os restantes serviços no volume transversal, que é servido por este corredor central comprido que liga, num primeiro momento, os serviços de fiscalização de obras, salas de desenho e gabinetes. Este atravessamento da área de serviços e gabinetes é feito por este grande corredor

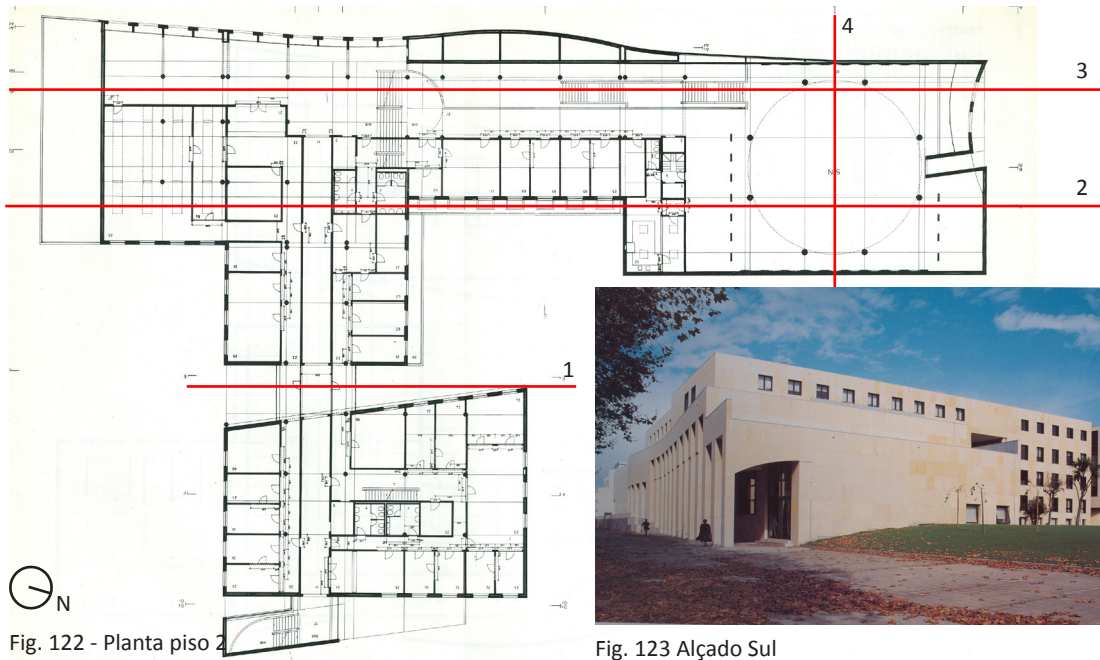


Fig. 123 Alçado Sul

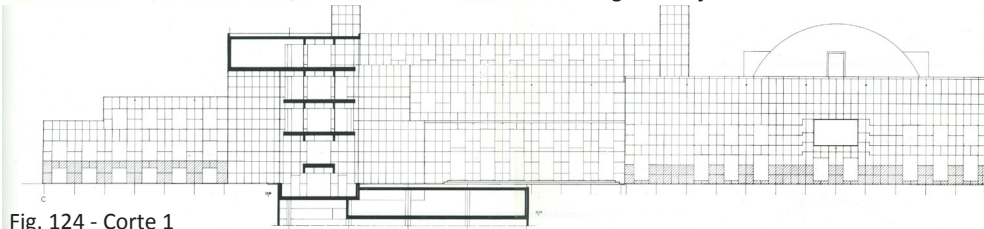


Fig. 124 - Corte 1

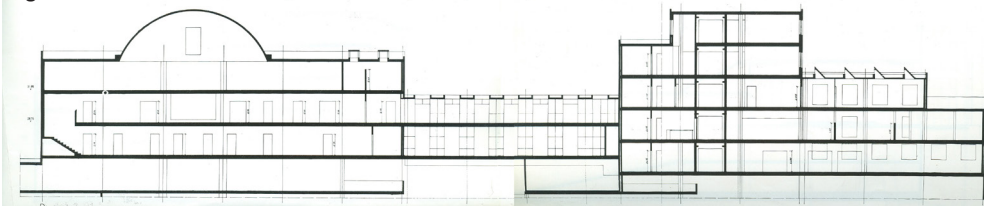


Fig. 125 - Corte 2

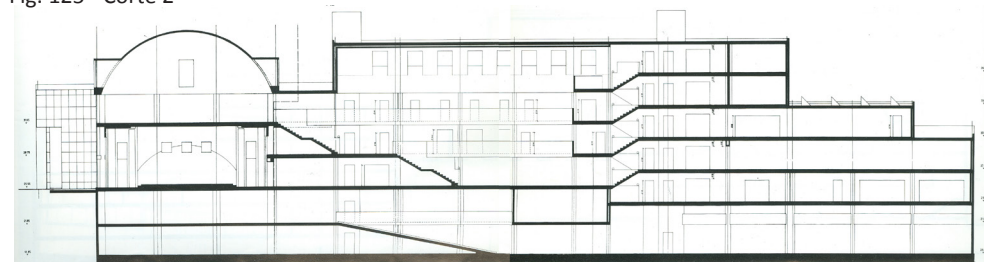


Fig. 126 - Corte 3



Fig. 127 - Portico de entrada



Fig. 128 - Átrio



Fig. 129 - Salão Nobre

público, desde o átrio principal até à escada exterior, pontos onde se situam as comunicações verticais, este corredor adquire uma importância fundamental na organização do espaço interior. No volume transversal, no seu exterior, é interrompido por um grande vão envidraçado de quatro pisos a Sul e de cinco pisos a Norte, marcando o enfiamento da casa existente para um enquadramento e continuidade visual.

Tudo se desenrola a partir deste percurso e desta hierarquia de espaços, onde se observa pontualmente a rígida grelha das colunas, soltas da parede, com princípios corbusianos da planta livre. Por norma as paredes apresentam-se planas e ortogonais à excepção do desenvolvimento curvo da Assembleia e do Salão Nobre. Este edifício apresenta aspectos diferentes conforme o lugar de estar e de passar, apresentando constantes surpresas e uma inesgotável variedade de soluções formais.

No 1º andar do átrio, à direita fica uma grande open-space com divisórias das secções de contabilidade, tesouraria e pessoal. Até meio do grande corredor tem serviços e áreas de atendimento ao público ligados à vereação. Neste piso ficam ainda, na zona central do átrio, as salas de secretariado, sala de secretarias da vereação e as salas de recepção da presidência, com um corredor reservado virado para o pátio que liga os espaços.

No 2º andar, à direita tem áreas de atendimento e um grande espaço de desenho que é marcado pelos rasgos de clarabóias. Na zona central ficam os gabinetes dos juristas, e junto ao Salão Nobre tem uma copa de apoio ao salão.

No 3º e 4º andar temos apenas ligação aos espaços do grande corredor transversal, que distribuí por vários gabinetes, salas de desenho e arquivo. Assim à medida que se vai subindo os andares as paredes exteriores do pátio vão recuando.

O volume mais a Nascente, no fundo do grande corredor, tem uma configuração mais autónoma, percebendo-se esta separação pelo aparente corte dos volumes, com a entrada feita pelo volume de escadas que de desprende, esta entrada faz-se pelo interior do quarteirão e dá acesso ao 1º andar. No rés-do-chão, tem um espaço de atendimento, zonas de arquivo e o bar dos funcionários, este virado para o pátio. O volume é servido de um núcleo central de caixa de escadas, elevadores e instalações sanitárias. No 1º andar, no espaço de chegada, com ligação à grande galeria, tem três grandes espaços de atendimento ao público, com os serviços das obras municipais, obras particulares e impostos, em volta do núcleo central.

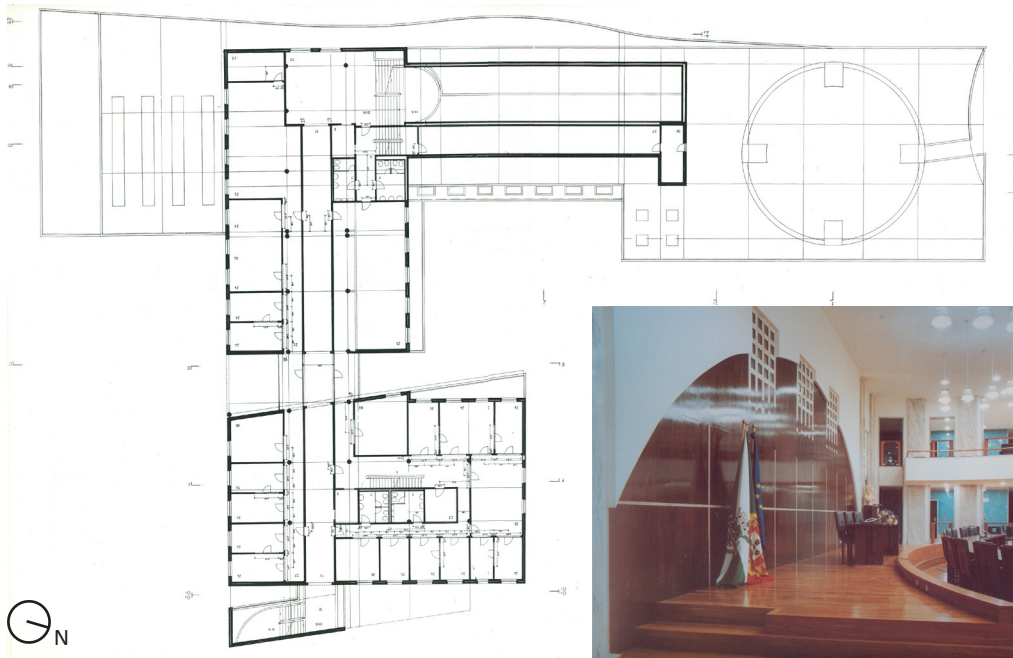


Fig. 130 - Planta Piso 3



Fig. 131 - Sala da Assembleia

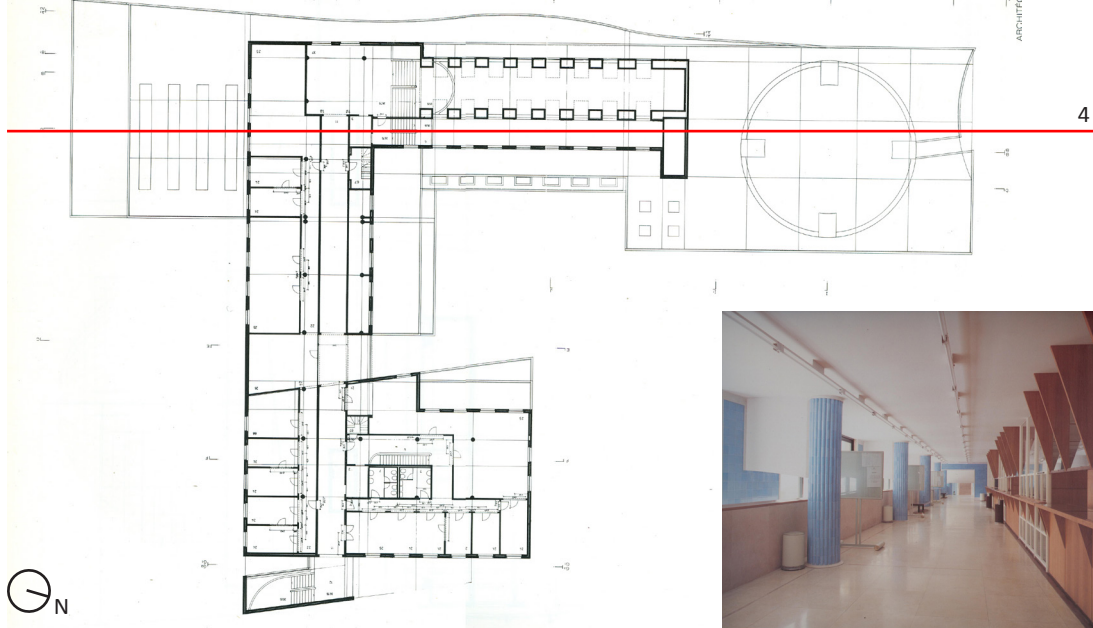


Fig. 132 - Planta Piso 4



Fig. 133 - Corredor de serviços

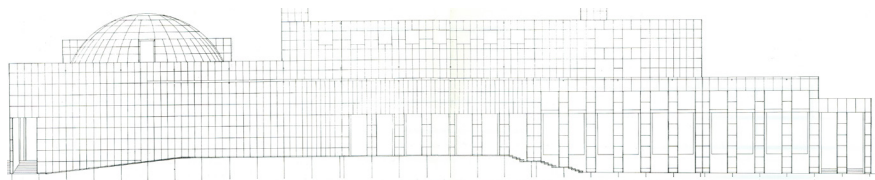


Fig. 134 - Alçado Poente

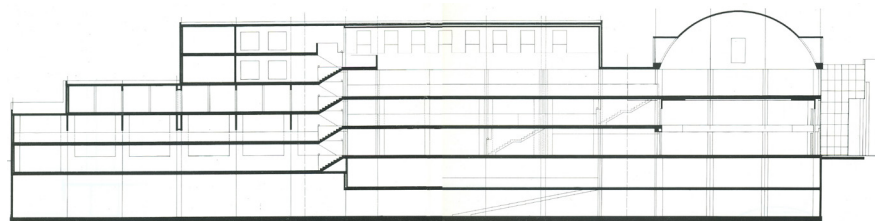


Fig. 135 - Corte 4



Fig. 136 - Alçado Poente

A distribuição é semelhante nos restantes 3 pisos, este volume tem os serviços organizados de maneira a que, de um lado da galeria central pública tem um corredor de serviço mais reservado onde tem vários gabinetes e salas de reuniões. Do outro lado da galeria tem os espaços em volta do núcleo central, que distribuindo em volta os gabinetes e salas de desenho, sempre com circulações diferenciadas de público e de serviço. A entrada do estacionamento é feita a Norte junto ao Salão Nobre, pela Rua Alfredo Cunha, ligando aos dois pisos do estacionamento subterrâneo.

Esta peça de arquitectura suscita várias ideias, com uma sensibilidade própria e com uma natureza complexa em que se materializa o todo na junção das várias partes do projecto que faz o conjunto, uma arquitectura de variedade das formas. Além de ser um dos edifícios públicos mais luxuosos, resulta da autonomia e afirmação do poder democrático após 1974-1975.⁶⁴ *“Este edifício constituiu um dos primeiros símbolos arquitectónicos da nova política autárquica pós-1974, representada na eloquência do edifício monumental capaz de reger o espaço urbano.”*⁶⁵

De laços estreitos com a cidade e com a moderna tradição arquitectónica do Porto, tem como representante Alcino Soutinho. Não sendo um bloco monolítico mas um conjunto de diferentes volumes e tornando-se consistente com a variedade tipológica e uniformidade formal. Esta variedade de desenho e tipologia torna o edifício um monumento evocativo ao criar um novo espaço de Câmara mas também no ordenar da zona envolvente.

O uso luxuoso dos materiais simples dos interiores em mármore, azulejos coloridos, madeira e gesso, são aplicados segundo uma lógica em que as paredes até uma certa altura são revestidas para melhor durabilidade, em que nas zonas públicas é azulejo e nas dos funcionários é madeira, que cria um ambiente mais confortável. Os pavimentos são de pedra e madeira, e as caixilharias em madeira pintada. Tem uma grande variedade de ornamento e uma distinção clara entre os espaços do salão, salas de reuniões, os espaços ao público e os espaços dos vereadores.

⁶⁴ FONDATION POUR L'ARCHITECTURE, Bruxelles, ed. lit. - Points de repère : architectures du Portugal. 1991, p. 178

⁶⁵ TOSTÕES, Ana - Arquitectura portuguesa contemporânea. 2008, p. 58



Fig.137 - Câmara Municipal de São João da Madeira

Câmara Municipal de São João da Madeira

(Adalberto Dias (pai), 1993)

O projecto é do arquitecto Adalberto Dias (pai), com colaboração do filho, o arquitecto António Dias. Foi desenvolvido entre 1979 e 1981, e a sua construção teve início em 1983, sendo concluída em 1993.

Localiza-se no centro da cidade junto à Avenida da Liberdade e perto de um grande parque verde. O novo edifício pretende juntar os vários serviços espalhados pela cidade num único centro, onde se organizam os serviços prestados pela Câmara Municipal. Junto ao edifício fica ainda o Palácio da Justiça, também encomendado ao arquitecto Adalberto Dias (pai), e que contou com a colaboração do filho mais novo Adalberto Dias.

A concepção da Câmara Municipal demorou vários anos e passou por várias fases, acabando por ser um edifício de referência pelo seu valor institucional, implantando-se de uma forma monumental e de destaque. É um edifício com uma imagem que marca muito pela sua presença, pois encontra-se implantado num pódio, numa zona aberta e desenvolve-se em altura.

Numa zona central da cidade, apresenta-se um corpo em torre, que pretende ser visível a partir do centro histórico, e ainda um corpo horizontal, mais baixo, alinhado perpendicularmente ao edifício do tribunal. Cria uma praça nobre e simbólica, que dirige a atenção do público. Trata-se de um conjunto com clara presença urbana, optando por um esquema de pódio elevado, sobre o qual assenta uma torre e uma banda horizontal. A solução adoptada molda o edifício em duas escalas, por cada conjunto de utilização. Uma delas é formada pelas áreas de serviço, de instalações públicas disposta num volume em altura e reflecte a escala urbana imediata, relacionando-se com a envolvente e criando o acesso ao edifício, o acesso principal é fluído entre a praça e o parque verde. A outra escala, situada na zona mais a Sul, adopta uma altura em conformidade às construções envolventes de baixa altura. Cumpre o objectivo de se transformar num marco e estabelecer o diálogo com as construções circundantes.

Todo o conjunto é dominado por uma vontade de afirmação apoiada na força cenográfica das imagens e dos sinais recuperados da memória, com os pórticos que



Fig. 138 - Implantação da Câmara Municipal de São João da Madeira

rodeiam o piso térreo conferindo uma imagem de unidade, ou os pilares a sucederem-se a um ritmo que tende para o clássico, apenas interrompido para assinalar as áreas de excepção.

A torre é de evidente força formal, reforçada pelo uso intenso do vidro e pedra, e pela articulação dos dois materiais que compõem os alçados, com uma imagem que remete para o eclectismo pós-moderno das referências iconográficas da corrente americana.

As paredes exteriores são de grande massa que liga aos grandes envidraçados, essa disposição de vãos nas fachadas pretende dar ao conjunto um carácter mais massivo e escultórico. Destes grandes envidraçados evidencia-se um de forma curva virado para o espaço central da praça, e a longa galeria da fachada virada para o espaço do parque verde, conseguindo criar relações entre os interiores e espaços exteriores. Resulta um edifício que se abre para o exterior, pela dimensão dos vãos, criando grandes relações visuais entre a Câmara, o jardim, a praça e a rua. No contacto com a rua é de notar o grande plano de pedra com rasgos pontuais.

Numa relação urbana com uma envolvente edificada distante, pretende-se maximizar a discricção e funcionalidade dos volumes principais, com a introdução de elementos compositivos sob a forma de grandes muros, delimitando as ruas e terminando com uma volumetria em altura com grande expressão, transfigurando em objecto monumental que, juntamente com a praça constituem peças fundamentais de afirmação, dando um carácter e importância ao Paço do Concelho.

Nos espaços exteriores, os muros e plataformas ampliam e limitam os espaços envolventes do edifício, criando relações com a cidade. Não cria grandes limitações, apenas do lado do jardim e da avenida, que se faz com muros altos que dão espaço a novos programas como a junta de freguesia e a loja do cidadão, como também se faz o acesso ao estacionamento.

O momento de chegada ao edifício é feito por uma grande praça com duas plataformas e com uma retícula bem marcada. Um espaço que mostra toda a volumetria do projecto envolvente. A entrada é feita por um porticado que esconde um grande plano de vidro. Entra-se para o grande átrio da sala de espera, direccionado para a escadaria principal, em volta da qual ficam serviços de atendimento ao público.

Os Novos Paços do Concelho



Fig. 139 - Vista do jardim para a Câmara Municipal



Fig. 140 - Vista da praça para a Câmara Municipal



Fig. 141 - Caixa de escadas exterior



Fig. 142 - Loja do cidadão e junta de freguesia



Fig. 143 - Escada elíptica



Fig. 144 - Galeria no piso 1



Fig. 145 - Salão Nobre



Fig. 146 - Sala de sessões

Dando resposta às necessidades este programa parte de uma organização em altura distribuído em torno da escadaria e dos elevadores. O projecto de Adalberto Dias consegue desta forma dispor as diferentes zonas na organização dos serviços onde, à medida que se vai subindo, vai havendo maior privacidade.

O conjunto é formado por dois volumes, que constituem duas áreas distintas: no volume maior (o da torre) localiza-se o atendimento, serviços técnicos, e os gabinetes; no outro volume a repartição das finanças, ligados por um volume horizontal, como uma ponte envidraçada. O corpo das finanças é rematado com um volume das escadas e elevador.

No volume da torre à medida que se sobe, a escadaria vai enquadrando-se com o grande espaço verde, o primeiro ponto de relação visual com o exterior, e que depois dá acesso aos espaços de reuniões e conferências, neste caso o Salão Nobre e a sala de sessões. Estes articulam-se com uma grande galeria envidraçada, com vista para o parque, que liga o volume da torre e a repartição das finanças. É nas laterais da longa galeria que se fazem as ligações verticais do conjunto.

No 1º andar em frente às escadas fica o Salão Nobre ocupando toda a fachada Norte, alçado com grandes envidraçados. Configura-se num espaço rectangular recortado, com um piso intermédio para o balcão superior do Salão Nobre. Este andar é servido, num dos cantos do quadrado, por um bar e no outro canto as instalações sanitárias. A zona de reuniões localiza-se no volume horizontal que faz a ponte, através de uma galeria com um grande pé direito e com um plano de vidro que permite a entrada da luz no interior. Inclui a sala de sessões e, no seu seguimento, a sala de reuniões da assembleia municipal, a sala de reuniões da câmara e os serviços da divisão da acção social, rematando no volume de caixa de escadas e elevadores, sendo este piso o de serviço ao público, onde se concentram espaços para conferências.

No 2º andar existe a diferenciação do percurso pela mudança da forma das escadas, com a passagem da escada recta para elíptica. Um espaço onde é perceptível a diferença da zona pública para uma mais privada, com uma luz zenital que ilumina a escadaria elíptica e clarificando a chegada até ao gabinete do presidente. Neste piso, em cada canto do quadrado, junto às escadas, temos as instalações sanitárias e a área de tesouraria. Na fachada para a praça fica a área de contabilidade e aprovisionamento. O volume horizontal contém o apoio administrativo, a divisão jurídica, director do

Os Novos Paços do Concelho

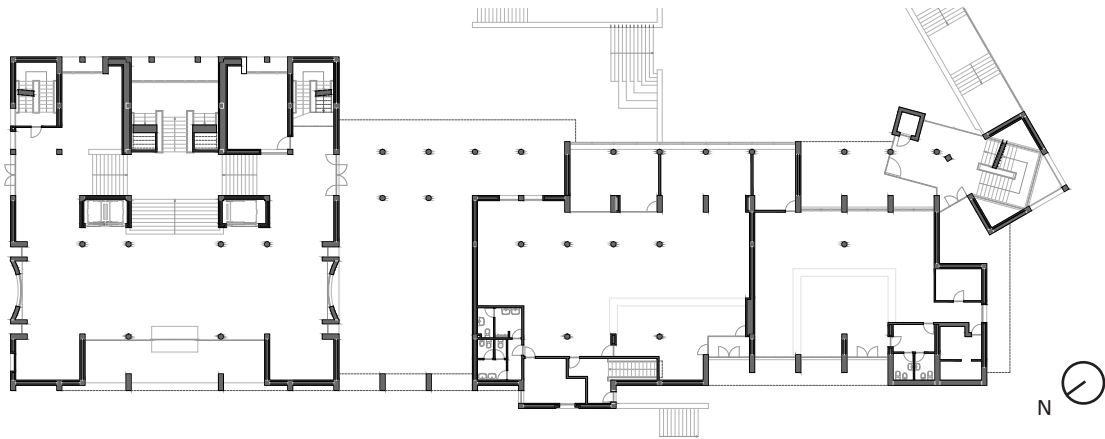


Fig. 147 - Planta Piso 0

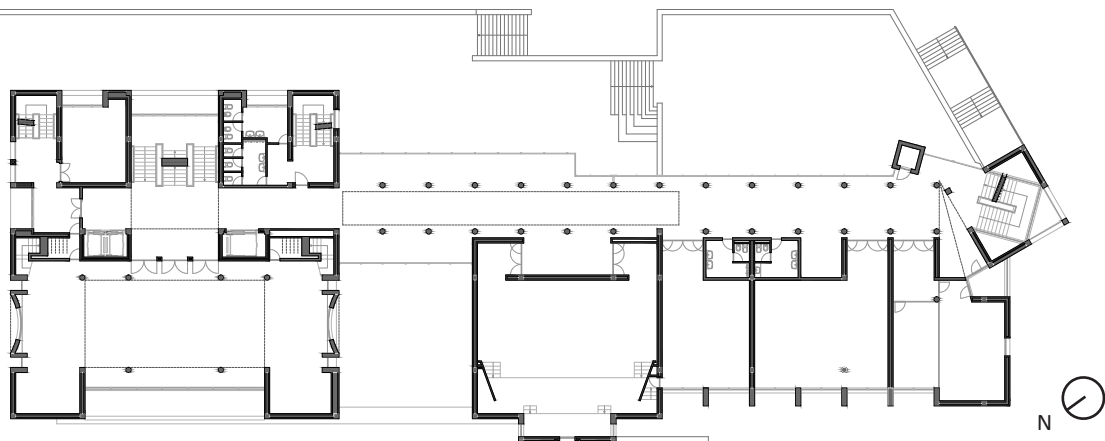


Fig. 148 - Planta Piso 1

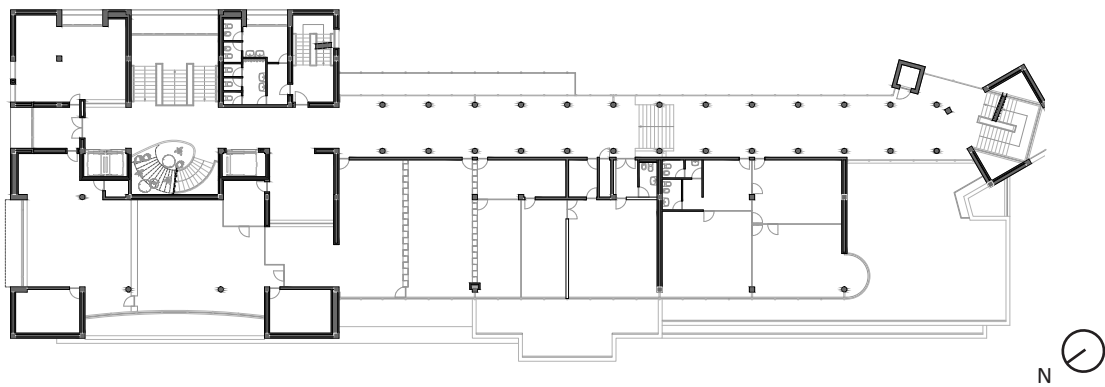


Fig. 149 - Planta Piso 2



Fig. 150 - Planta Piso 3

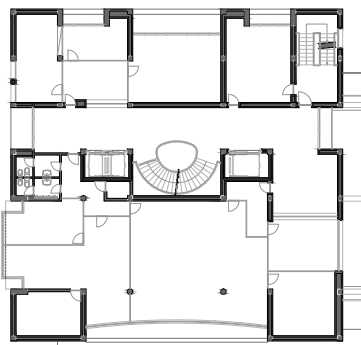


Fig. 151 - Planta Piso 4

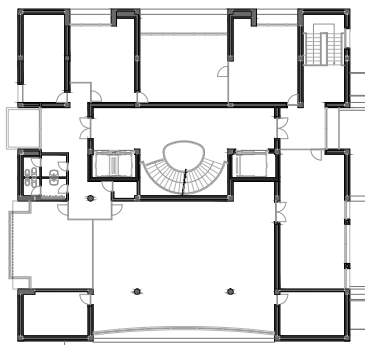


Fig. 152 - Planta Piso 5

departamento e o gabinete de vereadores, acima do 2º andar só existem pavimentos no corpo da torre.

No 3º andar, com iluminação zenital e lateral, separaram-se os vários serviços de divisão de património municipal, departamento técnico, divisão de serviços urbanos e, no espaço virado para a praça, a secretaria e sector de águas e saneamento. No 4º andar, com uma distribuição semelhante ao piso inferior, ficam os serviços de divisão de obras municipais e empreitadas, gabinetes de vereadores e a secretaria do sector de obras particulares. No 5º andar fica o departamento do ambiente e planeamento, gestão urbanística, e a grande sala de desenho. No 6º andar, com um carácter mais fechado, ficam os vários gabinetes dos vereadores em volta da área de escadas, e ainda a divisão pessoal. No último piso, no 7º andar, é o grande espaço destinado ao gabinete presidencial, todo envidraçado nas quatro fachadas do quadrado, tal como acontece no piso inferior.

O acesso à da Repartição das Finanças é feito na Rua Luís de Camões, a uma cota superior e no enfiamento visual do Tribunal, com percursos que ligam ao espaço de chegada da Câmara, numa cota inferior.

São distintos os ambientes criados com os vários materiais e texturas, com o uso de granito róseo no exterior do piso térreo e pedra de Ançã bojadada nos restantes pisos, compondo com os planos envidraçados em alumínio.

Numa época de modernização de serviços definiu-se num programa de polivalência onde no mesmo espaço passaram a estar todos os serviços tanto da Câmara, como da Junta de Freguesia, como da Repartição de Finanças.

Este edifício é um exemplo de uma distribuição do programa da Câmara Municipal em altura, marcando assim a paisagem urbana servindo também de cenário de fundo para eventos ao ar livre, como também exposições, conferências ou concertos.

Uma obra que na vontade celebrativa de si própria e dos valores de uma nova sociedade, veio propor ao público uma arquitectura como forma de restauração dos valores do mercado e da sociedade de consumo, portadora de sinais de afirmação perante o público em geral, de uma forma até aqui pouco comum.

Um dos aspectos desta intervenção é a maneira como o arquitecto procura a forma conceptual de um edifício com este valor institucional, com distribuição do programa em altura, complementado por um grande praça, bastante diferente do que

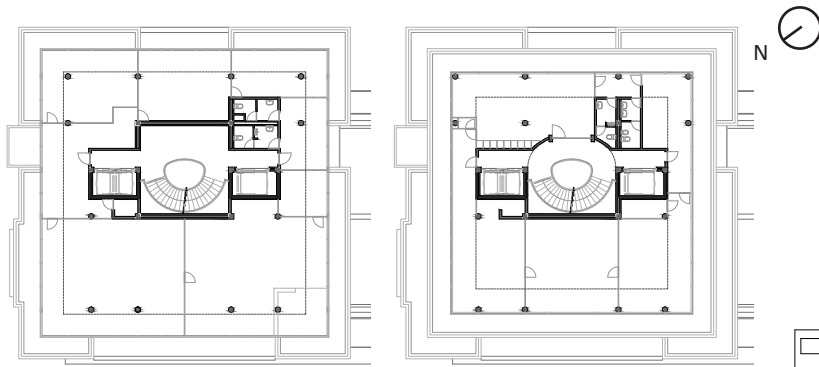


Fig. 153 - Planta Piso 6

Fig. 154 - Planta Piso 7

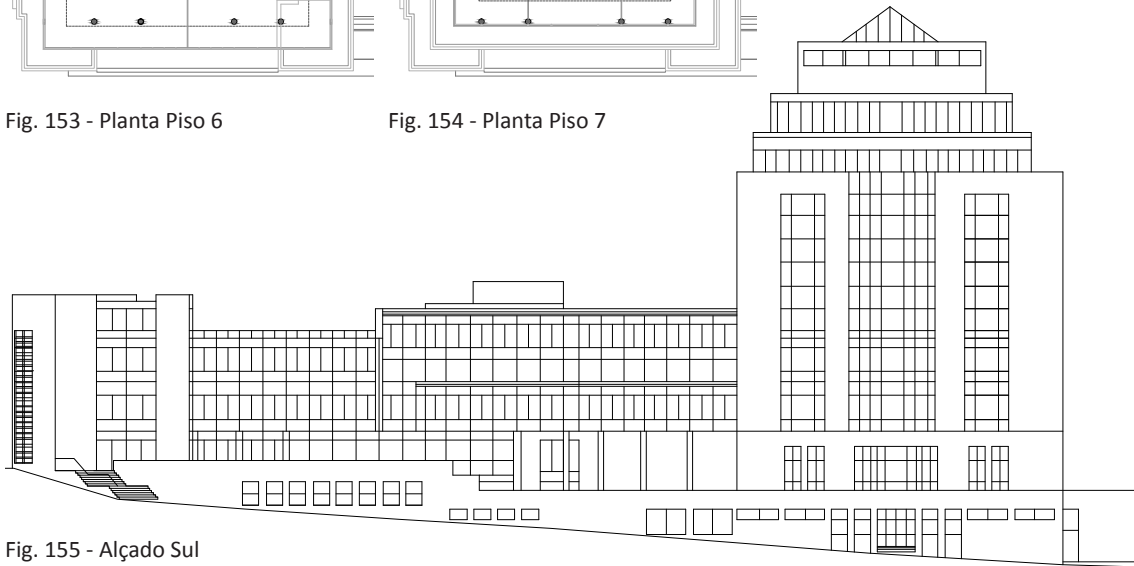


Fig. 155 - Alçado Sul



Fig. 156 - Vista aérea

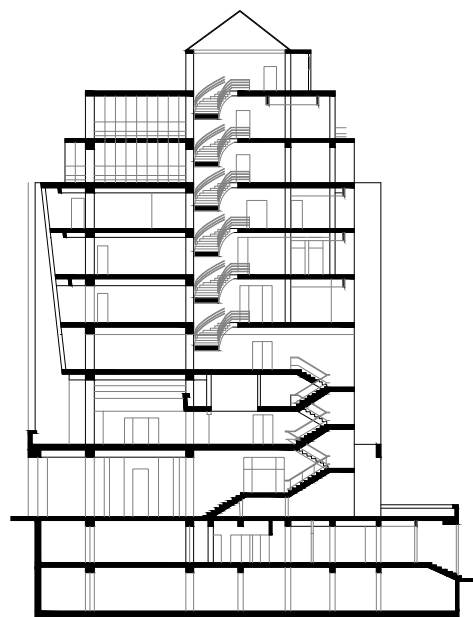


Fig. 157 - Corte no volume da torre

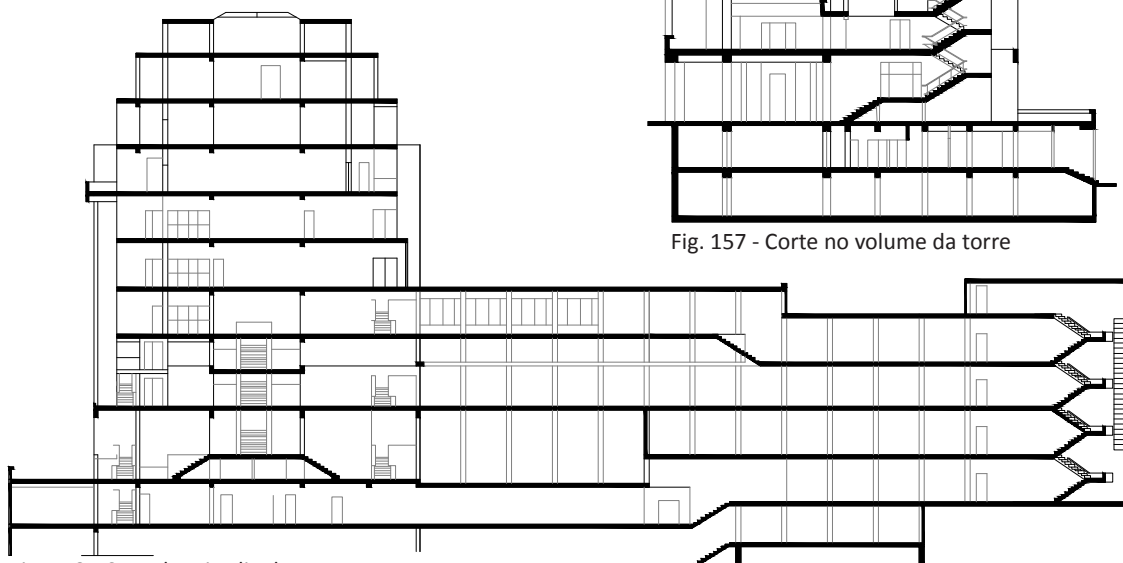


Fig. 158 - Corte longitudinal

inicialmente tinha sido estudado pelo arquitecto, uma vez que numa primeira proposta para a praça seguia os ideais da linha de ensinamento do Movimento Moderno.⁶⁶

Segundo o arquitecto António Dias, segue uma linguagem entre o expressionismo de um Mendelsohn e um historicismo de um Frank Lloyd Wight, do edifício de escritórios Larkin Company Administration Building, de 1904, recordando os princípios do Racionalismo.⁶⁷

⁶⁶ Texto em anexo 1.

⁶⁷ Texto em anexo 1.



Fig.159 - Câmara Municipal da Guarda

Câmara Municipal da Guarda

(João Paciência, 1993)

“... Paços do Concelho da Guarda (1987) onde a evidente influência do último James Stirling, o arquitecto britânico da ala Turner na Tate Britain em Londres, se percebe pelo uso de elementos clássicos justapostos muito ao gosto do britânico, numa solidez visual na adequação a edifícios institucionais.”⁶⁸

A Câmara Municipal da Guarda propõe a construção de um novo edifício, em resposta ao seu programa, e construi um volume contido pelos limites dos arruamentos e do lote. O arquitecto João Paciência foi o vencedor do concurso para os novos Paços do Concelho da Guarda. Esta obra, cujo projecto foi de Julho de 1989, foi concluída em Abril de 1993, pretendeu-se um edifício com objectivo de qualificar a sede do poder municipal respondendo às novas exigências de funcionamento e a inadequadas antigas instalações.

A implantação apresentada privilegia a orientação panorâmica da cidade. O edifício situa-se no centro da cidade da Guarda, e é delimitado por três ruas, Avenida Infante Dom Henrique (a Norte), Avenida Coronel Orlindo de Carvalho (a Sul) e a Rua Balha e Melo (a Poente), além de estar num terreno contiguo a dois edifícios, o tribunal de trabalho e o edifício da segurança social, que fecham o quarteirão e definem os alinhamentos do projecto. Pretende-se estabelecer uma relação com a envolvente, utilizando um discurso tendente à caracterização do edifício através de volumetrias simples, que se pretendem proporcionadas enquanto conjunto, mas afirmando uma clara diferenciação a todo o conjunto urbano envolvente. Esta presença urbana e a sua localização no centro da cidade são elementos essenciais na recuperação do centro histórico. Está numa posição de inevitável centro urbano, com uma fácil relação de acessibilidade à área.

Encontra-se num terreno algo acidentado, com um desnível de cerca de três metros, no sentido norte/sul. Este projecto desenvolve-se em três pisos igualando a cêrcea dos volumes envolventes, numa transição volumétrica que acompanha a

⁶⁸ NEVES, José Manuel das, ed. lit. - João Paciência : since 1970. 2011, p. 36.



Fig. 160 - Implantação da Câmara Municipal da Guarda

inclinação dos arruamentos. Como acontece nos casos de diferença de cotas, este não é excepção, pois ao implantar o edifício numa plataforma para vencer o desnível, permite ter a construção de uma cave que é aproveitada para estacionamento, este apenas destinado aos funcionários.

O lugar inspirou um edifício que deveria ter uma imagem que pousasse com naturalidade no terreno, criando um todo vital e estruturador de fluxos que sejam dinamizadores da área envolvente. A configuração dos espaços exteriores com um espaço de recepção ao edifício, permite reforçar o centro urbano e cívico da cidade.

Esta obra tem uma arquitectura com influência na tradição clássica, no uso de elementos clássicos justapostos. A forma, a dimensão e a aparência exterior do edifício, integrado nos limites do quarteirão, conforma um elemento cenográfico que realça e enquadra formalmente o espaço destinado aos serviços públicos e administrativos, e da representação simbólica da instituição.

Um projecto com um programa exigente na articulação entre as várias áreas de uma câmara municipal, que se defronta com várias questões centrais, entre as quais garantir um programa múltiplo e variado que interligue os aspectos lúdicos e de lazer com os institucionais, numa simbiose completa e descomplexada, vivendo da cidade e para a cidade, como por exemplo, o grande auditório que se relaciona directamente com a envolvente, e no limite dos arruamentos principais. O edifício tem um desenho ordenado, de articulação funcional muito clara, propiciando a hierarquia de funções, e alguma separação de circuitos entre público e privado.

Em termos de imagem predomina uma diferenciação clara e adequada a cada parte, com um desenho de fachada muito variado e animado. Sobressai o contraste resultante dos elementos que caracterizam o edifício na sua materialidade, bem como a expressão dada pela fachada, configurando uma nova visibilidade de edifício municipal, através das transparências com que se relaciona com o exterior. Desde o foyer de chegada, ao espaço do presidente, encontramos espaços confortáveis, ordenados e rígidos que se articulam a espaços convenientemente destinados aos funcionários e áreas de apoio. Com isto, resultou um edifício com uma configuração em “U”, onde os corpos se implantam paralelamente às ruas que o delimitam.

Um projecto funcional que permite uma boa articulação das diferentes zonas do equipamento, com uma particular expressão plástica e significativa relação entre

Os Novos Paços do Concelho



Fig. 161 - Alçado principal



Fig. 162 - As duas entradas do edifício



Fig. 163 - Entrada do estacionamento



Fig. 164 - Alçado Norte



Fig. 165 - Vista da torre do relógio



Fig. 166 - Jardim superior

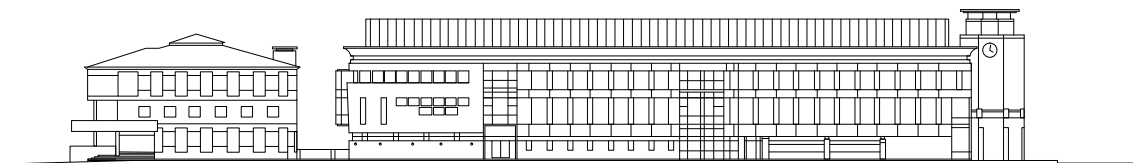


Fig. 167 - Alçado Norte

exterior e interior, que através das entradas que dão acesso ao edifício temos grandes espaços destinados às áreas de assembleia pública.

A proposta valoriza os espaços de serviços, conectando-os em percursos claros com todos os espaços interligados, ganhando assim uma clareza e simplicidade. A organização do conjunto foi feita por forma a garantir acessos próprios e diferenciados para cada núcleo de departamentos, através de acessos e de percursos que se desenvolvem longitudinalmente.

As entradas fazem-se pelo rés-do-chão. A principal fica na fachada poente, no seu eixo central. Deste lado tem ainda a entrada da torre, que é usada para acesso deste pequeno espaço com uma função independente, e tem ainda uma entrada a Norte que é para os funcionários. Procura-se a integração na morfologia urbana, a experimentação no tratamento dos espaços interiores, com espaços fluidos e contínuos entre interior e exterior. O espaço de entrada ao público distribui logo para os serviços da câmara no piso superior, por uma longa escada recta no plano da parede. À direita fica a chegada mais nobre ao espaço da presidência, através de um grande átrio com um elemento em rampa circular que faz a ligação ao espaço político, alinhado com o ao elemento da torre do relógio, esta rampa insere-se num espaço quadrado com pé direito duplo, em que as paredes são tratadas com rasgos e marcadas com um grande envidraçado que permite a entrada da luz de Sul. À esquerda tem a entrada do público ao grande espaço da sala da Assembleia Municipal, um grande espaço de dois pisos, com a distribuição em “U”, com uma grande clarabóia que permite a entrada de luz zenital neste espaço de assembleia.

Para a esquerda do átrio de entrada está o auditório municipal com cerca de 208 lugares, e junto deste o bar de serviço. Dois espaços que funcionam como elementos autónomos do conjunto, pela sua versatilidade de funcionar em separado dos serviços da câmara com uma entrada pelo exterior, mas que actualmente é ocupada com um espaço de serviço independente da câmara. O auditório serve as necessidades referentes a funções de uso da câmara ou pode servir de espaço de confluência de interesses ao serviço da população. Neste corpo virado a Norte, o espaço de chegada dos funcionários é pontuado na fachada por um grande vão da altura dos três pisos do edifício. Ao entrar tem-se a escada de serviço dos funcionários, a caixa de elevadores e ao lado as instalações sanitárias. Para a esquerda estão os espaços de contacto mais

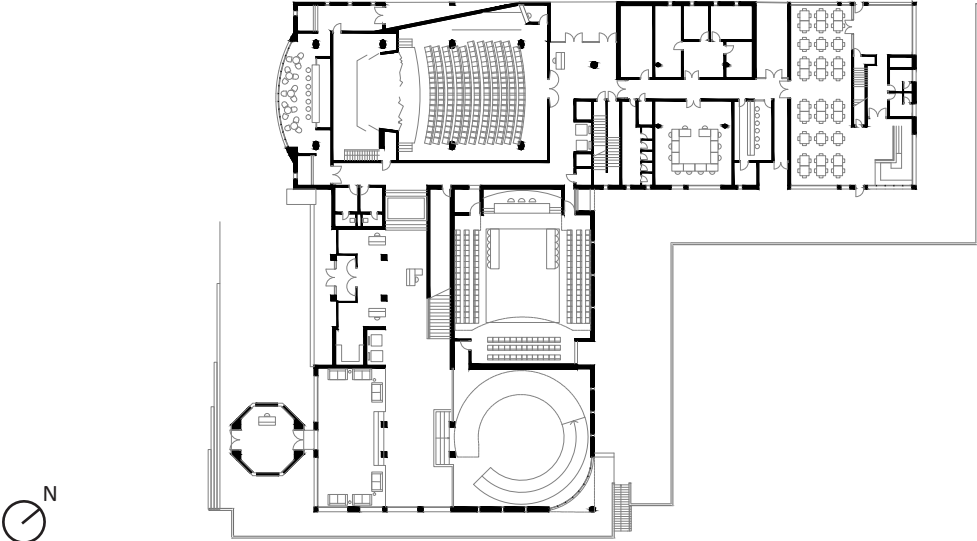


Fig. 168 - Planta Piso 0

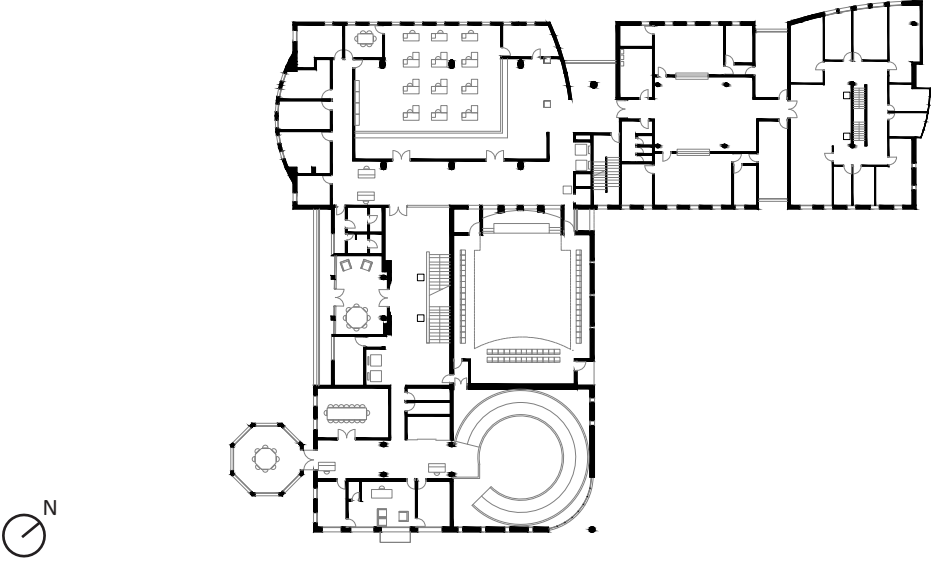


Fig. 169 - Planta Piso 1

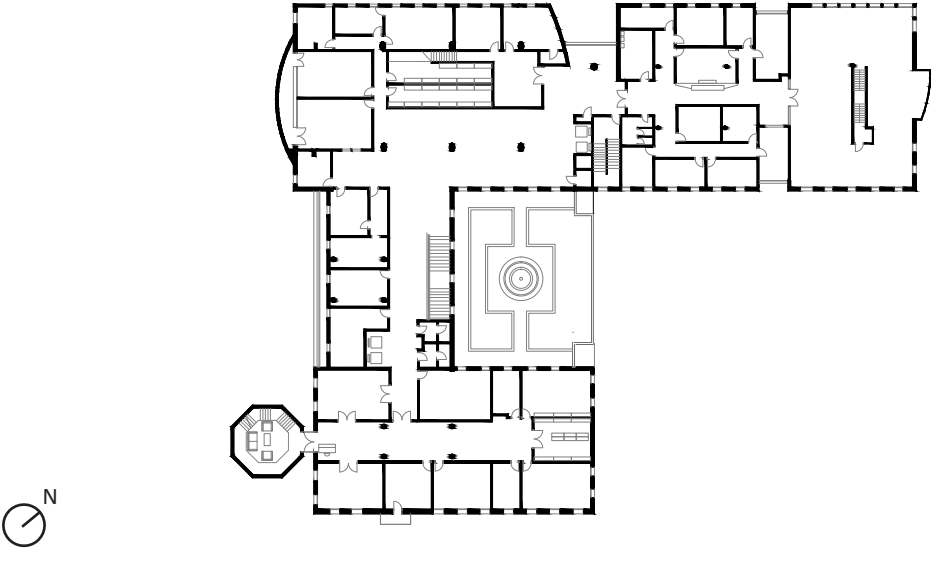


Fig. 170 - Planta Piso 2

directo de serviços sociais e um bar virado para o centro do lote. No limite deste volume fica a zona do refeitório, com um grande espaço para refeições que funciona independentemente da Câmara, é por aqui se faz o acesso às juntas de freguesia no 1º andar.

No 1º andar faz-se a maior distribuição dos serviços da Câmara, a chegada pela escada dá acesso ao espaço central onde está o Salão Nobre e o gabinete da assembleia municipal, com varanda no alçado poente. Este espaço central, está em relação directa com as funções de cada lado. Dispõe-se os espaços nobres (a Sul), a zona destinada à Presidência, é a este espaço que vai ligar a rampa circular. Ao longo do corredor tem uma sala de espera, o gabinete do presidente, que é visível do exterior pelo volume em vidro que sobressai na fachada, e salas de reuniões, uma das quais fica no volume da torre. Esta área da presidência tem um tratamento do espaço diferenciado do resto dos espaços interiores, com mais ornamento e revestimento do pavimento de maneira a dar maior conforto e comodidade.

Na zona norte do 1º andar, em cima do auditório, fica o espaço de atendimento ao público dos serviços administrativos, por detrás de um grande envidraçado que marca o espaço, e à volta os gabinetes dos vereadores. Seguindo para a direita, estão os acessos ao andar superior da assembleia municipal, no seguimento ficam dois núcleos de serviços distintos, um com a tesouraria, a contabilidade e respectivos gabinetes, e ao fundo a área da junta de freguesia com uma escada na zona central, ligando ao piso térreo junto ao refeitório. A Junta funciona de forma autónoma da Câmara, e distribui os gabinetes e salas de reuniões em volta da escada e virados para o exterior. No exterior, este espaço é marcado pela forma curva que apresenta, no limite do volume.

No 2º andar, na zona central, ficam vários gabinetes, a caixa de elevadores e instalações sanitárias. Devido às grandes áreas de circulação alguns dos serviços fazem o seu atendimento nestes espaços. Os espaços de circulação estão virados para o jardim exterior, em cima do volume da sala da Assembleia Municipal, virado para o interior do quarteirão, permitindo a formação de um espaço do género de praça elevada na parte interior do “U”, protegido assim da intensidade do exterior e permitindo desfrutar de condições ideais de jardim interior.

No corpo a Sul fica o núcleo dos departamentos de equipamentos municipais e o departamento de obras municipais, com várias salas de reuniões, gabinetes, salas de

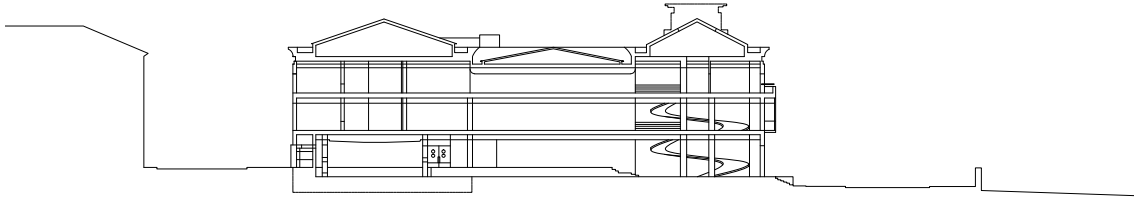


Fig. 171 - Corte a passar pelo átrio

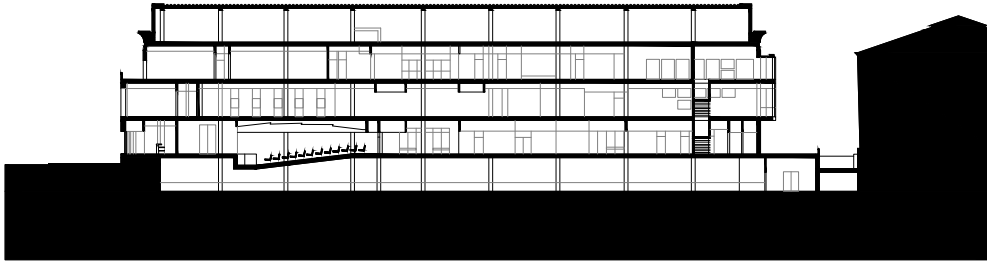


Fig. 172 - Corte a passar pelo auditório



Fig. 173 - Rampa



Fig. 174 - entrada da sala da Assembleia Municipal



Fig. 175 - Rampa de acesso à área da presidência

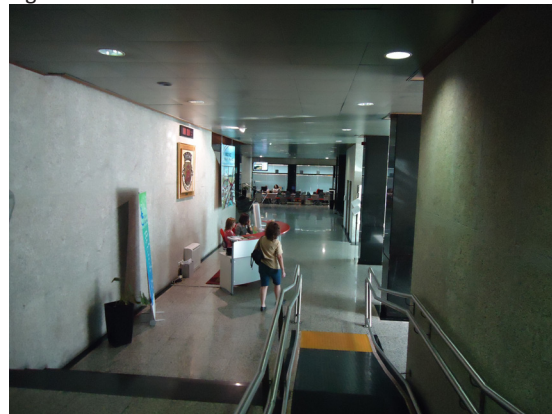


Fig. 176 - Átrio de entrada

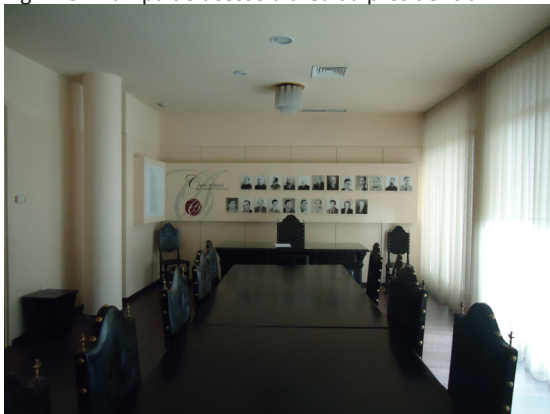


Fig. 177 - Salão Nobre



Fig. 178 - Auditório

desenho, e arquivo, distribuídos ao longo do corredor central, no remate tem o espaço na torre com dois pisos onde o último tem a vista panorâmica sobre a cidade da Guarda.

No corpo a Norte ficam os serviços do departamento de planeamento urbanístico, obras municipais e a divisão de ordenamento do território, com os gabinetes, as salas de desenho e salas de reuniões virados para a rua, e com o espaço de arquivo no centro. No seguimento tem um núcleo com a divisão de serviços gerais e manutenção, cultura, fiscalização, relações públicas, espalhados pelos vários espaços, com a sala de reuniões numa posição de destaque, tem ainda vários gabinetes e a reprografia. No extremo, em cima do espaço da junta, fica um espaço de que inicialmente era uma área de expansão, para complementar os outros serviços, e que actualmente estão os serviços de educação, acção social, e desporto. Uma área com uma distribuição semelhante à que é feita no piso da junta com as salas à volta da escada central. No último andar deste corpo, num espaço de sótão, fica toda a área do arquivo geral, com acesso pela escada central dos funcionários.

A expressão exterior é de grande rigor e austeridade, sendo o volume desfeito imediatamente por desdobramento de diversos planos e aberturas várias. Com grandes cavidades e janelas que permitem a relação mais ou menos intensa com a envolvente que se vislumbra em volta. A fachada é revestida com placagem de granito de vários tons em contraste com o alumínio dourado dos vãos, e acentuado por uma cornija que percorre o perímetro das coberturas, tem paredes curvas que definem espaços, a torre do relógio como um elemento de excepção, e grandes envidraçadas que estabelecem uma relação entre o interior e exterior do edifício.

A arquitectura de João Paciência vêm-nos habituando a edifícios, que nos mostram um funcionamento claro dos mesmos. Este objectivo permite estabelecer uma articulação clara de funções e estruturada definição dos percursos, numa modelação rigorosa mas prudente, sem deixar de ser clara e afirmativa. *“Os seus edifícios têm uma coerência formal inesperada, uma grandeza de traçado que tudo unifica.”*⁶⁹

⁶⁹ *Ibidem*, p. 396.



Fig. 179 - Câmara Municipal de Lagos

Câmara Municipal de Lagos

(Progitape, 2009)

Este edifício localiza-se onde funcionou a Fábrica da Cortiça (CAFI), uma área em profunda requalificação urbanística, que antes estava abandonada e sem utilização definida. O concurso público para o projecto do novo edifício da Câmara Municipal foi em 2000. Projectado pelo atelier PROGITAPE e construído entre 2007 e 2009, a nova Câmara Municipal de Lagos tem uma área de 2180 metros quadrados, à entrada da cidade de Lagos, e custou cerca de 16,2 milhões de euros. Quatro ruas, a Rua D. Vasco da Gama, Rua dos Celeiros, Rua José Ferreira Canelas e Avenida dos Descobrimentos, delimitam este terreno trapezoidal, num local que favorece o fortalecimento e relação da cidade com a frente ribeirinha.

Trata-se de uma realocação deste equipamento administrativo amarrado numa zona central num processo de renovação e requalificação do espaço urbano. Um novo espaço que culmina no desejo de reunir no mesmo imóvel os serviços camarários que estavam dispersos pelo concelho. Implantando-se numa área caracterizada pela presença de edifícios na maioria devolutos. O novo edifício dos Paços do Concelho pretende desencadear um processo de requalificação urbanística de uma área sem utilização definida, num “vazio urbano” desqualificado. É uma zona onde estão presentes as marcas da ocupação industrial do início do século XX, com características capazes de a transformar num novo polo complementar ao centro histórico da cidade.⁷⁰

Localizado num eixo importante de entrada na cidade, permite melhorar as acessibilidades entre a marginal e os espaços centrais da zona histórica. No lugar central, cria um pólo capaz de processos de transformação e dinamização do território urbano, pela sua importância como referência e imagem do poder local autárquico, e de uma imagem moderna, quer-se impulsionar o processo de requalificação urbana de toda a zona envolvente.

A solução surge da configuração do lote, pela sua autonomia e posicionamento, onde ganha um carácter de peça isolada, exposto em todo o seu contorno. Vai reequacionar e redesenhar o loteamento, reordenado por um traçado mais regular, de

⁷⁰ Disponível em: <http://www.anteprojectos.com.pt/2001/12/13/edificio-sede-94/>



Fig. 180 - Implantação da Câmara Municipal de Lagos

maneira a dar continuidade morfológica às áreas adjacentes. Vai criar, assim, um lugar distinto, simbólico e significativo, constituindo uma referência na paisagem urbana pela imagem que projecta, como pelas funções que desempenha de administração local e projecção simbólica de edifício governativo.

O projecto é organizado em dois volumes, onde o volume a Poente tem uma relação mais urbana, ligada à terra, em que assume um carácter maciço em betão pintado de branco, e o volume Nascente assume uma relação marítima, com o volume revestido, em grande parte, a madeira. Na junção dos dois é o vidro que unifica a tensão dos dois volumes com materiais distintos. Tem ainda um espelho de água do lado nascente, que dá a ideia de aproximação ao elemento água, que contrapõe ao elemento exterior mais maciço a poente. Acessos diversificados de vários quadrantes, ligam ao átrio principal, pretendendo anular a ideia de hierarquia das frentes do edifício.

A sua arquitectura afirma uma solução sóbria, com formas rectilíneas articulando-se numa composição que se impõe pelas superfícies brancas, contrastando com a madeira, definida pela relação da cidade com o mar. O edifício dos paços do concelho, com esta arquitectura, transmite uma imagem de edifício moderno, sendo um elemento marcante na paisagem urbana da cidade. Pretende-se criar uma relação urbana com o volume do auditório/salão nobre, que se projecta na direcção da praça, simbolizando o aproximar entre interior e exterior, abrindo-se ao público e configurando o espaço público. Esta relação é reforçada por ser um edifício em que existem duas entradas, reforçando a ideia de abertura e fácil acessibilidade. No interior caracteriza-se um espaço amplo e rasgado verticalmente onde convergem os acessos no átrio. A solução arquitectónica apresentada mostra-se como uma peça isolada e exposta em toda a sua volta, com fácil acessibilidade, pois tem acessos tanto na transversal como de ambos os lados ao átrio principal.

O átrio, no espaço central e aglutinador do edifício, faz com que se estabeleça relações de acessibilidades às distribuições longitudinais que organizam os espaços, de modo a facilitar a distribuição interior e organizando os vários sectores. O encontro entre os dois volumes é muito marcado, pois cria um espaço de um grande vazio axial, convertendo-se numa “rua interna” cheia de luz e vivências, que permite ainda a iluminação natural a espaços internos entre os dois blocos.

Os Novos Paços do Concelho



Fig. 181 - Espelho de água



Fig. 182 - Alçado Nascente e Norte



Fig. 183 - Volume do auditório



Fig. 184 - Alçado Poente



Fig. 185 - Hall do edifício

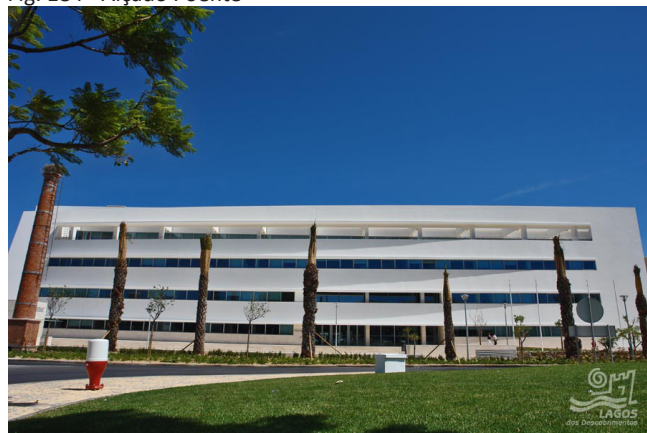


Fig. 186 - Alçado Poente



Fig. 187 - Fachada Nascente



Fig. 188 - Átrio da Câmara

Consiste num edifício contemporâneo com seis pisos, onde dois são de estacionamento subterrâneo, com capacidade para 315 lugares, e os restantes quatro pisos são de gabinetes. Estes organizam-se segundo um eixo de distribuição longitudinal, relacionando-se sempre com o átrio de entrada.

Os acessos verticais são feitos em três pontos, um deles ligando o átrio de entrada aos restantes pisos, com um carácter público, e os outros dois de serviço, posicionados em cada topo do edifício.

É no rés-do-chão que se concentram os serviços, como os espaços mais utilizados pelos utentes, onde estão a divisão de informação e relações públicas, divisão das finanças, o Salão Nobre, e cafetaria. A sua organização funcional assenta numa relação com o público no piso térreo, e maior privacidade nos pisos superiores. Os diversos espaços e departamentos organizam-se segundo um eixo longitudinal relacionando com o elemento vertical do átrio, como elemento de distribuição vertical, sucedendo-se os diferentes pisos de uma forma hierárquica, de uma forma coerente em função das necessidades de ligação ao utente.

Em planta, cada piso é organizado por três sectores longitudinais, o espaço mais público virando as divisões para a fachada oeste e que é acessível desde a galeria associada aos vazios dos lanternins. E as áreas mais reservadas, uma no eixo central do edifício e a outra com os gabinetes virados para Este, servidos por um outro corredor. As divisões do espaço central são iluminadas pelo vazio do lanternim.

No rés-do-chão a entrada ao público faz-se a Este por uma praça com escadaria, e do lado Oeste por uma rampa sobre o espelho de água. Os núcleos das instalações sanitárias localizam-se junto às escadas que servem o edifício, ficando um no centro e os outros dois nas extremidades. Num espaço central temos a caixa de escadas e de elevadores, configurando num espaço bem iluminado pelo vazio de pé direito quádruplo. A organização interior distribui-se da seguinte forma: ao entrar no átrio e virando para sul temos: na ala poente um espaço de polícia municipal e espaço de funcionários auxiliares, no centro salas de leitura e áudio-visual, a nascente um espaço de convívio e cafetaria, ao lado do auditório, que dá para cerca de 120 pessoas. No lado norte, no espaço mais a poente fica o grande espaço de atendimento geral, no espaço central ficam vários serviços e do lado nascente fica a tesouraria e contabilidade e uma

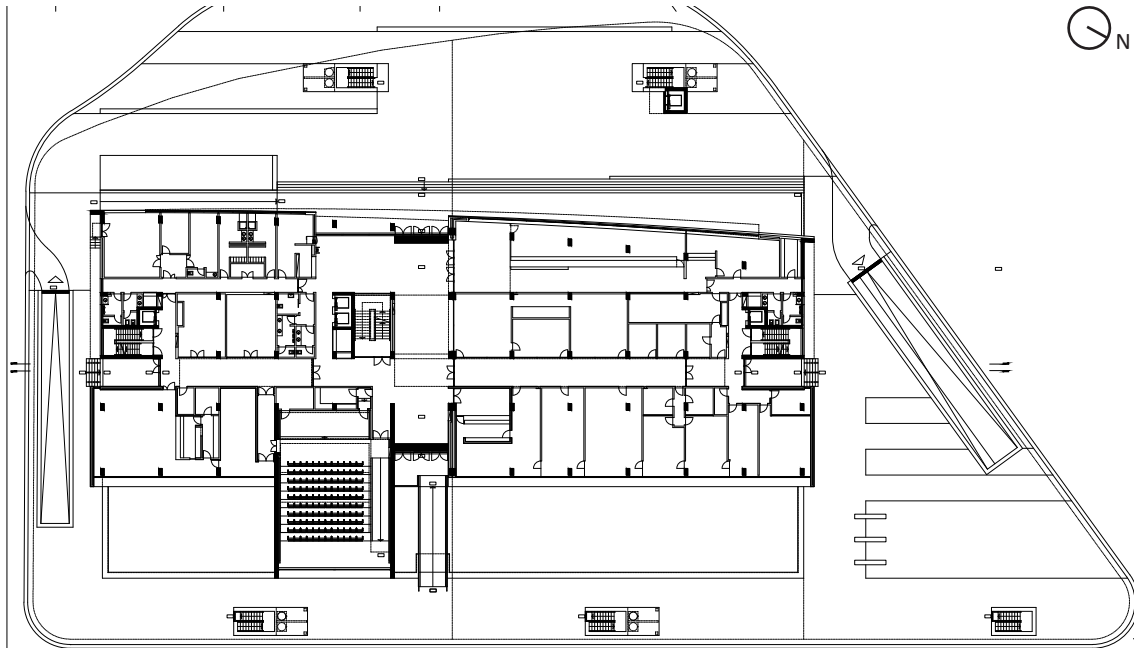


Fig. 189 - Planta do piso 0

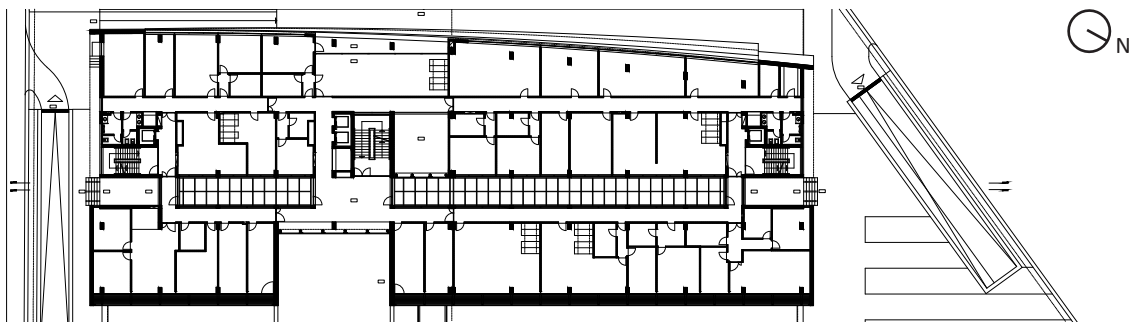


Fig. 190 - Planta do piso 1

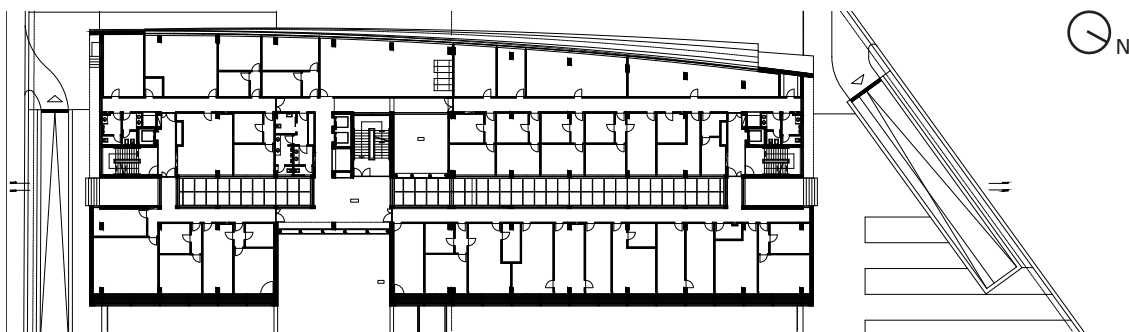


Fig. 191 - Planta do piso 2

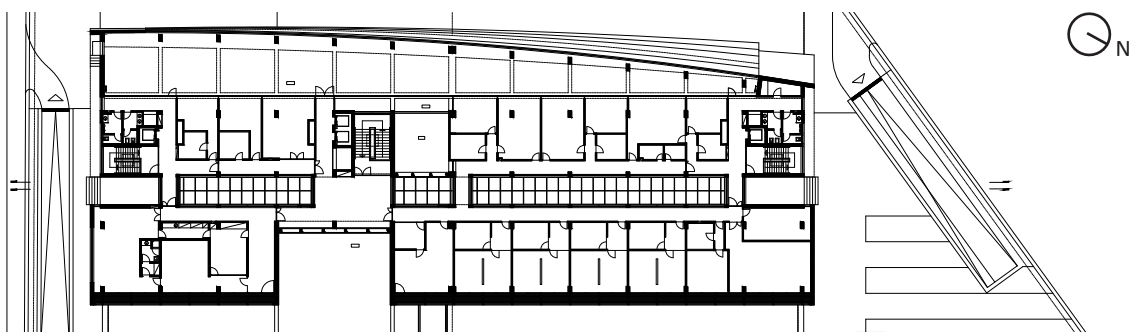


Fig. 192 - Planta do piso 3

série de gabinetes. No piso térreo estão concentrados os serviços mais utilizados pelos utentes.

No 1º andar, subindo as escadas deparamo-nos com um grande envidraçado com vista para a praça e sobre o volume do auditório. Neste andar fica o departamento de planeamento e gestão urbanística, com a sala de atendimento na zona central do lado poente. A Sul, na ala poente, fica o turismo, o desenvolvimento municipal e vários gabinetes, no centro a divisão de empreitadas municipais e a poente o gabinete informático, e alguns gabinetes. A norte fica a divisão de obras particulares, a divisão de planeamento e desenvolvimento e a divisão de planeamento e desenvolvimento, a poente e no eixo central. Já na ala nascente fica divisão administrativa e a divisão de recursos humanos.

No 2º andar, a sul, fica o departamento do ambiente e serviços urbanos, do lado poente fica a divisão de oficinas e parque automóvel, no centro a divisão do ambiente e a nascente a divisão de serviços urbanos e o gabinete do director do departamento. A Norte existe do lado poente da zona central o departamento de educação, cultura e informação, onde tem o atendimento no centro junto ao átrio. Tem a divisão de educação desporto e acção social, e a norte no eixo central a divisão de cultura e promoção turística, a nascente fica a divisão de fiscalização municipal, do departamento de auditoria e fiscalização, com os vários serviços ao longo do corredor, e no canto a divisão de relações públicas.

O 3º andar tem uma varanda ao longo de toda a fachada poente. Fica assim este piso com apenas dois sectores: um a nascente e o corpo central. A distribuição neste piso configuram-se em volta do lanternim. Neste piso fica a zona nobre da presidência, a Sul virada para a varanda tem o gabinete de apoio ao presidente e salas de reuniões, na outra fachada fica um núcleo do presidente, com o seu gabinete, este espaço faz a única abertura do lado sul do volume em madeira, tem ainda um sala de reuniões, e gabinete de apoio ao presidente com sala de espera. Na área a Norte, junto à fachada poente, ficam os serviços de protecção civil e departamento de auditoria e fiscalização. A nascente fica a área de vereação, com uma sala de reuniões no início do corredor e depois, com uma distribuição semelhante, tem uma sala de reuniões, o secretariado de apoio e o gabinete do vereador. No canto nordeste do edifício fica a divisão jurídica, do departamento de auditoria e fiscalização.

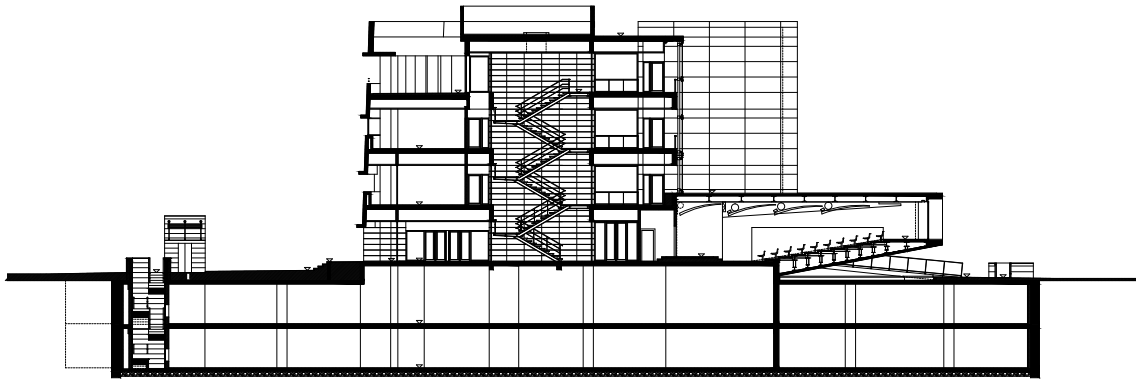


Fig. 193 - Corte transversal

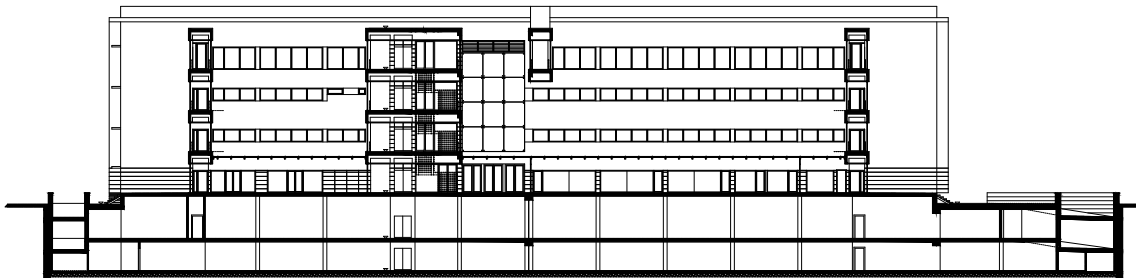


Fig. 194 - Corte longitudinal

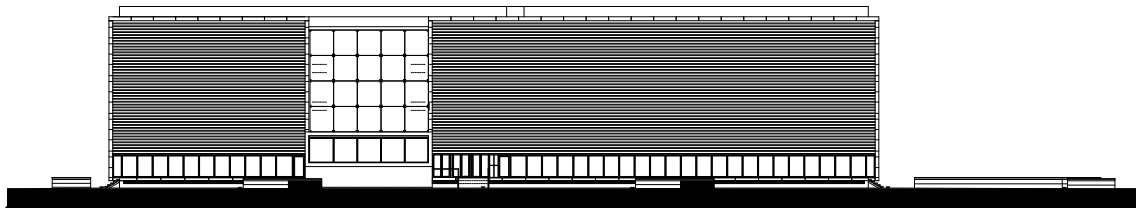


Fig. 195 Alçado Nascente

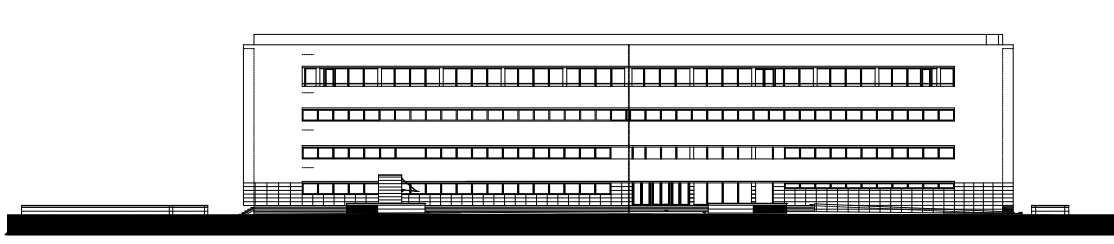


Fig. 196 - Alçado Poente

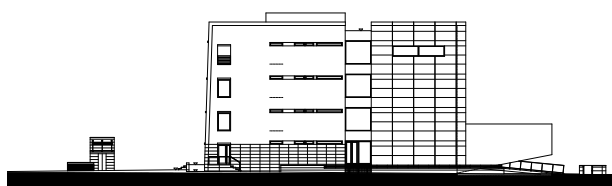


Fig. 197 - Alçado Sul

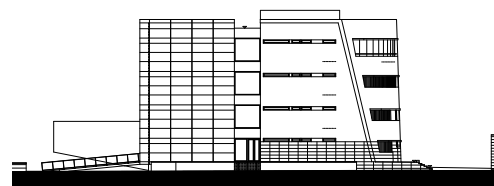


Fig. 198 - Alçado Norte

Ficam assim situados os departamentos da Autarquia ligados à Educação, Planeamento e Gestão Urbanística, Fiscalização, e gabinetes da Presidência, Vereação, Relações Públicas, nos andares superiores. Apesar deste novo edifício o antigo edifício da câmara continua a ser utilizado por esta, pois continuam a realizar-se as assembleias municipais nesse edifício construído há 211 anos, que se localiza junto à Praça Gil Eanes.

Os materiais utilizados vão seguindo critérios de durabilidade, aparência, e modernidade, com uma baixa manutenção e economia. Onde no volume paralelepípedo é em painéis estratificados de madeira, construindo um sistema de persiana continua, por outro lado o volume curvo é moldado em betão branco assim como o volume suspenso, do Salão Nobre. O pavimento é preferencialmente em pedra, madeira e cerâmicos consoante a sua aplicação em áreas nobres, gabinetes ou zonas de maior desgaste.



Fig. 199 - Câmara Municipal do Seixal

Câmara Municipal do Seixal

(Nuno Leónidas, 2009)

“É um edifício em que a arquitectura se insere em raízes urbanas muito fortes e que procura recriar no espaço arquitectónico uma série de valores urbanos perdidos nas cidades modernas.”⁷¹

O edifício da Câmara Municipal do Seixal, projectado pelo atelier Nuno Leónidas Arquitectos-NLA no ano de 2006, e foi concluída a sua construção em 2009. Localiza-se no topo norte do loteamento da Quinta do Outeiro, uma urbanização que se desenvolverá ao longo do futuro prolongamento da Alameda dos Bombeiros Voluntários. A interpretação do local, como das necessidades funcionais, procura estabelecer ligações formais e funcionais com a envolvente, articulando com o novo sistema urbano. Ao integrar-se nesta zona urbana, o edifício depara-se com um terreno íngreme, acentuado na direcção nascente-poente.

O desenho urbano envolvente está bem marcado, no entanto este novo edifício vai conferir uma imagem diferenciada e marcante à área de intervenção, mas sem criar roturas com a envolvente, para isso inicialmente previa-se um enorme jardim com uma forma orgânica que envolvesse os edifícios e quebrar a aparente rigidez estrutural.

O edifício pretende responder à situação que o condiciona: desde a envolvente urbana; a vontade de solucionar o perímetro e dar continuidade ao tecido; a firmeza ao transformar-se num marco urbano dentro de uma envolvente de escala menor em diálogo com os outros edifícios; tem a necessidade de resolver as condicionantes do seu tipo de utilização própria deste tipo de equipamento em relação com espaços verdes e de lazer, acessos, usos ou orientação.

É um edifício que apresenta uma grande flexibilidade, podendo adaptar-se a requisitos dos futuros utilizadores e respectivas necessidades, pois é um projecto que resulta de uma modulação dos diversos componentes. Representou um investimento de cerca de 30 milhões de euros.

⁷¹ NLA - Nuno Leónidas, Arquitectos. p. 13. Disponível em: http://www.nla.pt/files/nla_intro.pdf%20PAG%2013



Fig. 200 - Implantação da Câmara Municipal do Seixal

Uma das preocupações, hoje em dia, dos novos edifícios é a questão da sustentabilidade. Pretende-se cuidar do conforto com recurso a tecnologias amigas do ambiente, sendo uma das orientações programáticas, bem como questões tecnológicas e facilidade de exploração e manutenção. O novo edifício da Camara Municipal do Seixal assume-se como um “edifício inteligente” pela sua adequação às condições ambientais, e pela própria adaptabilidade a solicitações tecnológicas e programáticas que venham a ser solicitadas no futuro.

Este edifício dos serviços centrais vai reunir, no mesmo espaço, mais de quarenta serviços administrativos e técnicos, que estavam dispersos por quarenta e nove edifícios, criando uma vantagem ao reunir tudo num único local.⁷² Dispõe-se as instalações para a câmara e os serviços técnicos, com aproximadamente 700 funcionários, com dois volumes ligados por um átrio de chegada e espaço de distribuição. Cada volume tem três pisos, estes corpos desenvolvem-se no sentido do declive, com as fachadas principais viradas a Norte e Sul, permitindo o máximo de luz com grandes janelas e com pouca protecção. Além disso as outras fachadas são superfícies opacas interrompidas por pequenas aberturas sombreadas por palas e um volume em balanço.

Uma das ideias que está na base do conceito no novo edifício dos Paços do concelho é a transparência. Transparência e clareza exprimem-se por meio das fachadas contínuas através das quais é possível ter uma leitura dos acontecimento internos. Ao mesmo tempo esta transparência permite uma relação íntima em relação às várias ruas.

O átrio é o elemento fundamental na organização do espaço e de fluxos, com grande transparência, é o lugar onde está o atendimento, como uma tradicional praça cívica das cidades antigas, mas com uma abordagem contemporânea.⁷³ Este tem uma grande transparência a Norte e Poente, e é protegido nos pisos superiores por painéis de chapa perfurada, para atenuar os efeitos da exposição solar e também assegurar a transparência pretendida. É no rés-do-chão do que se faz o centro de recepção e distribuição do público, e onde se encontram os serviços de atendimento associados a zonas de estar/espera. Segundo Vasco Leónidas, o espaço central do átrio é um espaço

⁷² Disponível em: <http://www.construir.pt/2010/09/02/camara-do-seixal-apresenta-novo-edificio-dos-servicos-centrais-assinado-por-nuno-leonidas/>

⁷³ Disponível em: <http://www.espacodearquitectura.com/index.php?id=60&pid=243>

Os Novos Paços do Concelho



Fig. 201 - Auditório



Fig. 202 - Alçado Sul

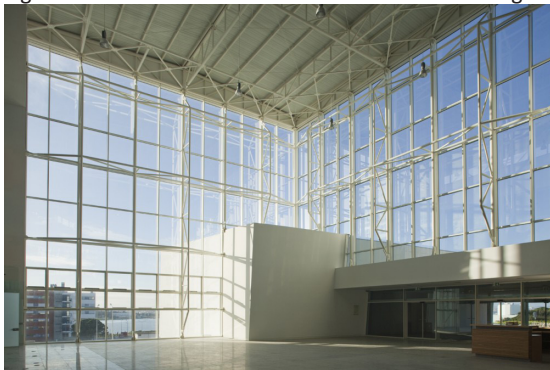


Fig. 203 - Átrio e volume do auditório

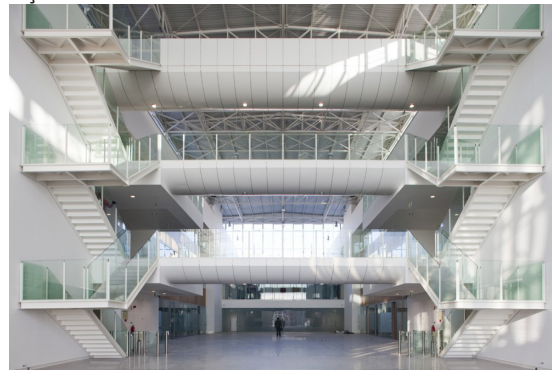


Fig. 204 - Átrio e passerelles



Fig. 205 - Área de trabalho



Fig. 206 - Auditório



Fig. 207 - Átrio e áreas de atendimento



Fig. 208 - Alçado Poente



Fig. 209 - Alçado Sul

de praça, como havia em Roma, como o fórum, a praça medieval junto das igrejas, durante a idade média, que foi local de encontro. Neste espaço procurou-se um local de encontro, e este átrio corresponde a isso mesmo, o local de encontro onde os munícipes podem vir. Um edifício pensado como a praça, como ponto de encontro.⁷⁴

O átrio coberto de grandes dimensões, articula todas as funções do edifício possibilitando outros usos a nível institucional ou cultural, à semelhança de outras ideias introduzidas noutros projectos de arquitectura do atelier. Um espaço com capacidade para ser utilizado como espaço cívico.

O auditório localiza-se no extremo noroeste, como uma peça “dissonante” do conjunto, que acentua a autonomia em relação à área de serviços, com uma localização que permite o seu funcionamento fora do horário dos serviços, e com a possibilidade de delimitar o acesso ao público e às instalações sanitárias. Permite ainda, dada a sua proximidade a salas de reuniões, que estas sejam usadas como áreas de apoio a eventos. Exteriormente, constitui um volume que pousa sobre um espelho de água. Além deste corpo, tinha sido também considerado um outro volume, mas que não chegou a ser construído, que pousava no estacionamento sobre pilotis ligando-se ao volume maior pelo acesso já construído que marca o alçado Sul.

Os dois edifícios de escritórios, têm uma filosofia modular, onde a estrutura parte de um ambiente completamente flexível, com mobilidade para evolução futura da instituição. A entrada dos funcionários é feita pelo estacionamento exterior, a Sul do edifício, com cerca de 228 lugares. Separando deste modo o fluxo de funcionários/público, onde o público entra ao nível do rés-do-chão. O acesso ao público nos pisos superiores já é mais controlado.

No piso térreo, um grande espaço de atendimento com pé direito da altura total do edifício, é onde se faz a distribuição para os vários gabinetes. Estes ficam virados para a rua ou virados para o estacionamento. Ao fundo, no topo Nascente, fica o espaço de cafetaria e bar, com o núcleo da cozinha na ala sul do edifício e acesso ao exterior, que liga os dois blocos.

A estrutura é clara e simétrica, em que no centro fica o grande átrio, seguindo-se um eixo de gabinetes, salas de reuniões e instalações sanitárias, depois um corredor

⁷⁴ Serviços Centrais da autarquia qualificam serviço público. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=yXLvj3lboxl>

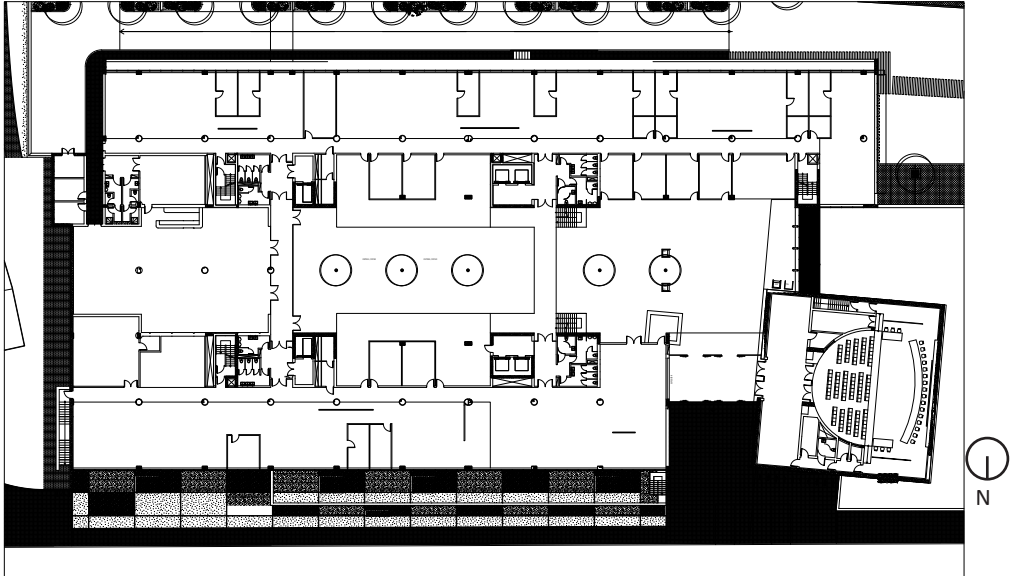


Fig. 210 - Planta Piso 0

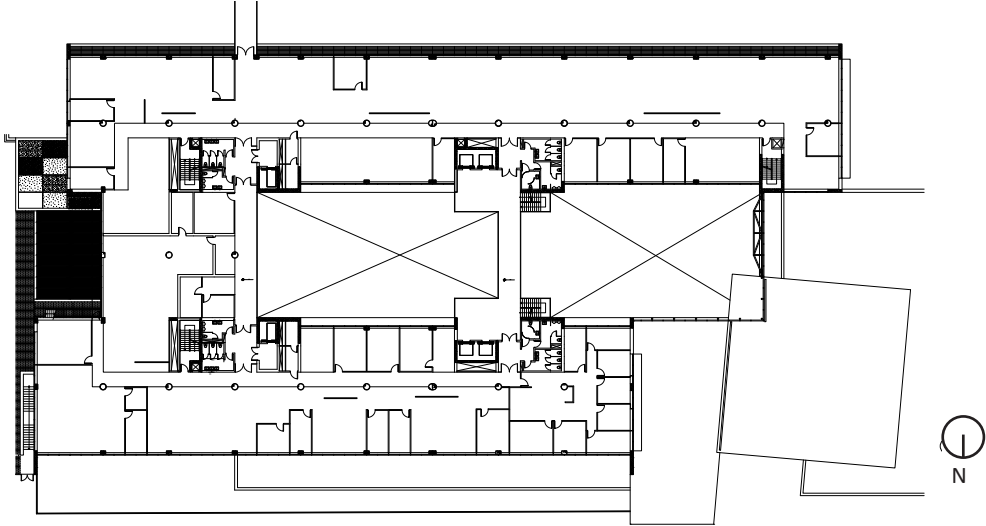


Fig. 211 - Planta Piso 1

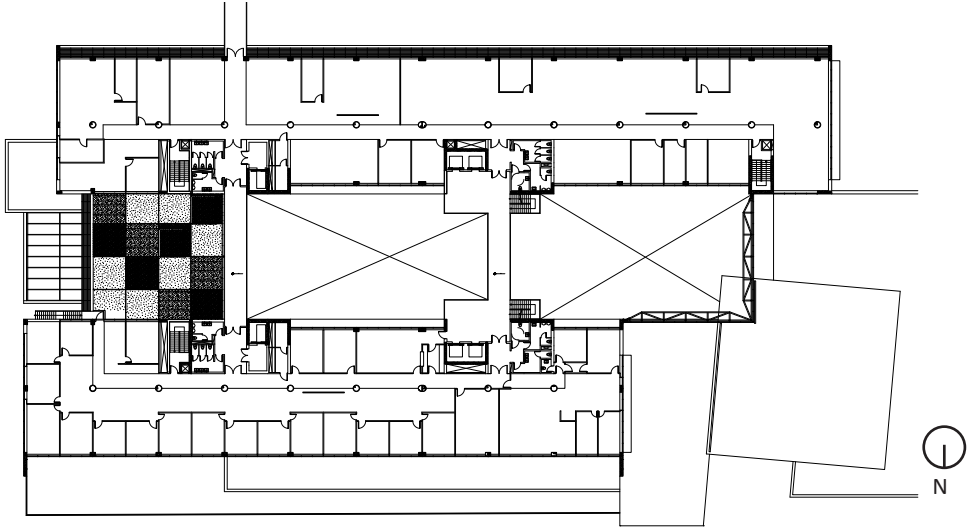


Fig. 212 - Planta Piso 2

de circulação dos serviços e junto à fachada os diferentes departamentos. Sempre com um corredor de serviço que separa o grande átrio público e o espaço privado dos departamentos. Neste piso, no lado Norte, ficam os departamentos de administração geral, gabinetes de informação geográfica, gabinete do conhecimento, inovação e qualidade e a divisão informática. A Sul ficam, os gabinetes de desenvolvimento social e cidadania, o de fiscalização e intervenção veterinária, e o de protecção civil.

No 1º e 2º andar ficam os serviços da Câmara distribuídos pelos dois corpos que se ligam através de passadiços metálicos. No 1º andar, também com uma disposição em “U” semelhante ao rés-do-chão, estão as várias zonas de trabalho e gabinetes. No ângulo chegado a Norte fica o gabinete dos assuntos jurídicos e no seguimento o serviço de notário, o departamento de plano, orçamento de gestão financeira, nos cantos os recursos humanos e o departamento de planeamento do território e gestão urbana, educação e juventude, cultura e desporto, com pequenas salas de apoio viradas para o átrio.

O 2º andar tem apenas duas alas, ao contrário dos andares inferiores, abrindo-se o “U”, surgindo um terraço exterior. A ala Norte é destinada à presidência e vereação, ficando o núcleo destinado ao presidente junto à entrada principal. Tem depois uma grande sala de reuniões, e um conjunto de núcleos dos vários vereadores, ficando a distribuição da vereação ao longo deste corredor central, com diferentes áreas de estar. Na ala Sul, começando pelo topo nascente, existe o departamento de comunicação e imagem, um gabinete de relações públicas, o departamento de desenvolvimento estratégico, e por fim o departamento de equipamentos e de gestão do espaço público.

No piso semi-enterrado ficam situados vários serviços nomeadamente os arquivos, reprografia, áreas de trabalho, armazém, gestão e limpeza. Como também o estacionamento coberto para as viaturas da Câmara e cais de carga e descarga. As instalações sanitárias ficam junto às escadas do átrio e junto as escadas de serviço junto do refeitório.

Os materiais mais utilizados nesta obra vão desde o betão e pintura branca ao uso de chapa metálica branca. É no átrio que se faz um tratamento de forma diferenciada, trocando a chapa metálica por painéis de madeira perfurada, para transmitir um maior conforto visual e atenuar os efeitos acústicos do grande vazio. Este

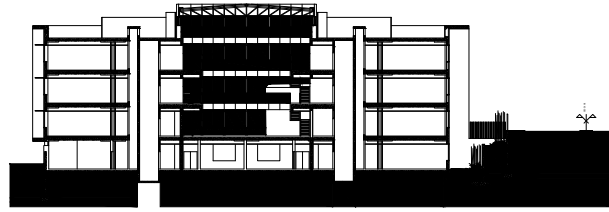


Fig. 213 - Corte transversal

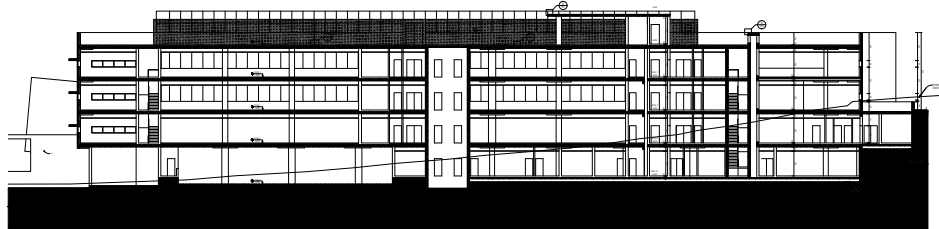


Fig. 214 - Corte longitudinal

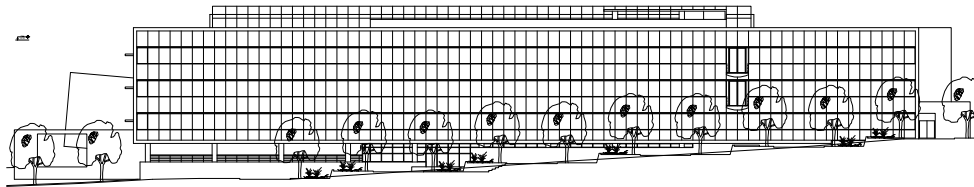


Fig. 215 - Alçado Sul

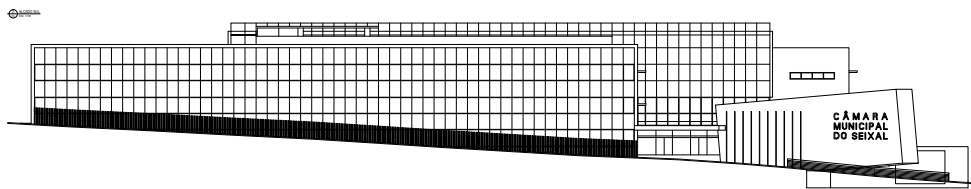


Fig. 216 - Alçado Norte

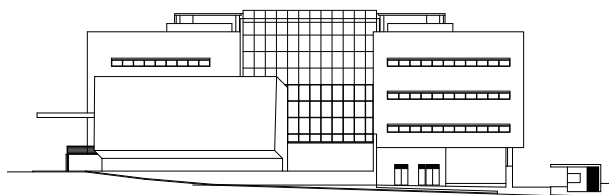


Fig. 217 - Alçado Poente

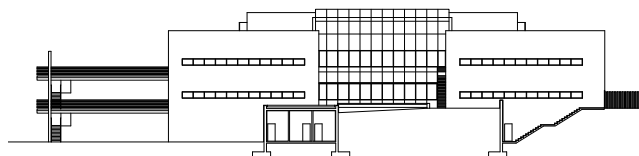


Fig. 218 - Alçado Nascente

espaço tem o pavimento em pedra e nos serviços é em piso falso revestido a mosaico vinílico. A utilização do vidro confere no átrio leveza ao edifício.

O edifício apresenta uma linguagem arquitectónica contemporânea, com um rigor formal e simplicidade, que enfatiza o carácter institucional do equipamento a que se destina.⁷⁵ Um dos elementos importantes do projecto é a sustentabilidade, e no tratamento das fachadas, onde o átrio actua como amortecedor térmico com ventilação natural perfeitamente adaptadas às diferentes estações do ano.

Este projecto, com uma área construída de 15500 metros quadrados, foi distinguido por ser o primeiro edifício público de serviços a obter Declaração de Conformidade Regulamentar no âmbito do Sistema de Certificação Energética, conjugando o conforto com a redução da factura energética⁷⁶, dispondo de sensores de temperatura e de luminosidade que permitem uma gestão eficiente dos consumos energéticos. Uma obra que introduz, na arquitectura, essas preocupações de sustentabilidade, sendo este Paços do Concelho um modelo de sustentabilidade.⁷⁷

⁷⁵ NLA - Nuno Leónidas Arquitectos, Lda. Câmara Municipal Do Seixal. Disponível em: <http://www.espacodearquitectura.com/index.php?id=60&pid=243>

⁷⁶ Disponível em: <http://www.construir.pt/2010/09/02/camara-do-seixal-apresenta-novo-edificio-dos-servicos-centrais-assinado-por-nuno-leonidas/>

⁷⁷ NLA - Nuno Leónidas, Arquitectos. p. 13. Disponível em: http://www.nla.pt/files/nla_intro.pdf%20PAG%2013

Edifícios reabilitados transformados em Câmaras Municipais

“Esta experiência precede a da adaptação do convento de S. Gonçalo, em Amarante, para a instalação dos Paços do Concelho, projecto de 73. Aborda-se quase exclusivamente a arquitectura de interior que, sem entrar em conflito com a caracterização do edifício, propõe uma nova leitura que valoriza e evidencia as suas qualidades ambientais. Para isso será determinante a pormenorização de requintado desenho que, pautando-se por um grande rigor e criatividade, evoca a aprendizagem das italianas lições de Scarpa.”⁷⁸

Os valores de conservação e reabilitação, apresentam algumas preocupações desde logo pela diferença de tipologia no reformular dos espaços do novo edifício. Efectivamente, o problema de distribuição do programa e organização dos espaços é distinto, pois o projecto assenta num edifício já com uma estrutura espacial definida, estando por vezes fragmentada o que dificulta o funcionamento do novo programa. E depois põe em questão relações de acessibilidade, pela maior ou menor de flexibilidade do edifício a reabilitar, respeitando várias normas de conservação por se tratar de um edifício de património histórico, que vão implicar questões de dimensionamento e concepção espacial, permitindo um bem-estar dentro da Câmara.

Uma intervenção de reabilitação necessita de uma análise estrutural, pelas cargas do novo programa. Uma das opções é a consolidação ou substituição da estrutura, mantendo assim o desenho original do edifício, onde as fachadas mantem o seu traço de origem, para assim conservar a imagem ao longo dos tempos, cuidando da memória histórica num intervenção que transmite novas relações de vivência daquele espaço.

Os casos de estudo aqui apresentados, deste tipo de intervenção, são a Câmara Municipal de Celorico de Basto, dos arquitectos Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro, como exemplo de arquitectura que se faz num concelho do interior e de menor população, e o outro edifício, este de maior dimensão é a Câmara Municipal de

⁷⁸ FERNANDEZ, Sergio - Percurso : arquitectura portuguesa : 1930-1974. 1988, p. 189.

Portalegre, dos arquitectos Fernando Sequeira Mendes e Jorge Catarino Tavares. Considerando um novo programa - o dos Paços do Concelho - para um novo desenvolvimento de novas actividades, refiro estes exemplos como soluções de reabilitação.

A reabilitação oferece ao edifício novas relações urbanas e dar novas vivências daquele espaço, com função de Paços do Concelho, um equipamento de serviço à comunidade, com o objectivo de, onde numa zona que possivelmente estaria degradada ou abandonada, estabelecer um novo ponto de atracção da cidade, regenerando o espaço urbano.

A localização do programa da câmara num edifício histórico, além do seu valor simbólico, permite vantagens na recuperação de uma identidade, e na preservação do património. A prestação destes serviços num edifício onde a antiga identidade é diferente da que hoje nos é oferecida, mas conservando a imagem, são questões que o arquitecto tem de resolver, e dar nova vida a um edifício adormecido.

Noutros casos fez-se a ampliação do antigo Paço do Concelho, construindo-se uma nova extensão com uma linguagem contemporânea contrastando com a do edifício pré-existente, como acontece em Boticas, Ourém, Maia.



Fig. 219 - Câmara Municipal de Celorico de Basto

Câmara Municipal de Celorico de Basto

(Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro, 2003)

O edifício da Câmara Municipal de Celorico de Basto situa-se na Praça Cardeal Dom António Ribeiro. Resulta da transformação da casa da Quinta do Prado, um antigo Solar, para os novos Paços do Concelho e do acrescento dum novo edifício onde estão as instalações dos serviços e departamentos da autarquia. Foram concentradas no mesmo local derivado de uma prejudicial dispersão dos serviços. A relação com o terreno e a dimensão da casa tornou-se um dos aspectos críticos do projecto, da autoria dos arquitectos Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro, de 1997 a 2003.

Esta “Casa do Prado” situa-se numa zona de expansão da Vila de Celorico de Basto, tinha sido recuperada pela Câmara para instalar uma escola de agricultura, que nunca chegou a funcionar. Na envolvente está em curso uma nova centralidade, ainda não muito visível, mas que pressupõe a caracterização desta área a partir da nova localização da Câmara.

Esta estratégia de implantação trata uma ampliação de uma estrutura pré-existente, que coloca questões delicadas para resolver. Pois a implantação do novo edifício não devia esconder a Casa da Quinta, mas também, assinalar o espaço mais privado da casa e o espaço mais público de edifício institucional. Está inserindo numa nova área urbana que ganha uma nova centralidade. Tem percursos e espaços hierárquicos com capacidade de retomar e refazer a ligação e a continuidade com a estrutura urbana existente. Observa-se uma topografia acentuada na diferenciação de patamares da Casa com a grande praça de chegada.

Pelas limitações de custo e de área deste edifício, com um programa de alguma dimensão, levou a que a sua volumetria fosse mais concentrada e com alguma altura, relacionando-se com o terreno e com a escala da Casa.⁷⁹ Optou-se por uma solução de respeito pela Casa, sendo esta a matriz ordenadora, e também por um volume paralelepípedo de quatro pisos⁸⁰, implantado atrás da casa e perpendicular à pendente do terreno criando assim uma relação de alturas onde o volume do nov bloco

⁷⁹ FERNANDES, Fátima, ed. lit. ; CANNATÀ, Michele, ed. lit. - Arquitectura portuguesa contemporânea: 1991-2001. 2001, p. 251.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 252.



Fig. 220 - Implantação da Câmara Municipal de Celorico de Basto

é minimizado, favorecendo o seu enquadramento, com garantia de se poder ver bem a Casa, elemento importante da caracterização do local e da sua história, o novo edifício anuncia o carácter institucional do conjunto, sem comprometer a escala mais íntima do volume da Casa.

O novo volume vai definir a frente de uma nova praça, lateral à casa, por meio de uma fachada com composição formal de uma métrica muito rigorosa, presente em muita da arquitectura portuguesa no meio rural, semelhante a um grande “sequeiro” tradicional, articulado com uma casa de quinta.⁸¹ Com a fachada principal em grelha quadriculada forrada a granito, emoldurando um plano recuado em vidro, proporciona um pano de fundo que não só marca a distinção, como também valoriza a casa existente, contrastando sem ofuscar e realçando o antigo solar. A fachada do topo Oeste é completamente cega, forrada a placagem de granito. A fachada Norte é mais escondida, tanto pelo terreno como pelo bosque plantado nessa zona. Destaca-se um volume ovalóide da caixa de escadas principal,⁸² rasgado por pequenas janelas horizontais, como um elemento gerador de curiosidade nesta fachada do edifício, proporcionando um importante significado do conjunto.

Este novo edifício tem uma imagem distinta da casa, contrastando pela sua imagem e pelos materiais. Esse contraste do próprio edifício, pelo tratamento das fachadas exterior, com o uso da cor nos espaços interiores, e pelas variações volumétricas e orgânica da caixa de escadas, cria uma variedade que envolve e caracteriza os diversos ambientes, afastando-se das posturas minimalistas tal como dos seus efeitos redutores.⁸³

O programa geral da Câmara distribui-se pelos dois edifícios. Por um lado a antiga Casa, com o espaço do presidente e vereadores. No novo edifício ficam os serviços técnicos e o atendimento ao público, que vai complementar o programa da Casa, com a organização dos diversos departamentos que são necessários à Câmara.

O edifício da casa sofreu algumas alterações pontuais, e é neste espaço que ficou destinado à Presidência e Vereação. É composto por uma planta em forma de “U”, com corpos de diversas épocas, na sequência do crescimento faseado do próprio edifício,

⁸¹ *Ibidem*, pp. 252-253.

⁸² *Ibidem*, p. 253.

⁸³ GARCIA, Isabel Penha, ed. lit.; SILVA, Raquel Henriques da; ESCOLANO, Victor Pérez - Carlos Guimarães, Luís Soares Carneiro, arquitectos: obras e projectos 1988-2003. 2004, p. 135.

Os Novos Paços do Concelho



Fig. 221 - Praça

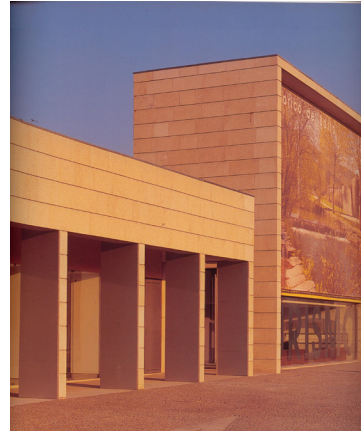


Fig. 222 - Posto de turismo



Fig. 223 - Escada de serviços



Fig. 224 - Antigo solar, área da presidência



Fig. 225 - Escada do público



Fig. 226 - Corredor de serviços



Fig. 227 - Alçado Poente



Fig. 228 - Praça



Fig. 229 - Entrada da Câmara Municipal

onde a ala voltada a Oeste constitui o núcleo inicial da casa, virada para o actual percurso de chegada à Quinta. Realizou-se um tratamento do espaço exterior ao reconstruir os jardins românticos do Solar.

O edifício da casa tem dois pisos, a entrada principal do lado nascente faz-se no piso superior, uma entrada que se interliga com a Sala de Actos. Neste espaço processam-se as reuniões do Executivo, secções relativas a concurso Públicos e actos similares. Não sendo um espaço grande será adequado e suficiente. Ainda neste piso fica a Presidência com ligação fácil ao gabinete dos vereadores, estes nos espaços da ala Oeste. Tem ainda uma sala na ala Sul, com um espírito e ambiência de sala de jantar, que liga à varanda-Loggia, com a função de espaço de espera ou de encontro informal. No extremo norte da ala oeste fica a antiga cozinha que conserva os móveis para manter a memória, e onde se faz, discretamente a ligação deste andar da Casa com o 2º andar do novo edifício.

O rés-do-chão da Casa, em parte enterrado, é uma zona menos nobre mas necessária, como espaço para realização de exposições de índole municipal. Neste piso, na zona em baixo da cozinha fica um conjunto de espaços equipados para refeitório, cozinha, espaços de apoio e sanitários, estabelecendo a relação entre estes espaços e a zona de jardim formal adjacente do lado oeste.

A distribuição do programa no novo edifício, que se destina à instalação dos diversos departamentos assim como ao atendimento do público, organiza-se em quatro pisos e dois núcleos onde estão as caixas de escada. Pela ausência de controlo de acesso público e privado, esta interface é feita junto dos acessos verticais concentrando o público no lado Oeste do edifício e com fácil acesso a partir da entrada. Por outro lado o outro acesso vertical, mais a Este, destina-se exclusivamente a funcionários ligando os vários departamentos como também faz a ligação dos serviços com a parte política e social da câmara, que se situa na Casa, criando relações rápidas entre a parte política e a parte de serviços, limitando o acesso ao público.

No rés-do-chão do novo edifício encontramos o espaço de recepção, onde se faz o controlo e direccionamento dos utentes, e à esquerda do balcão funciona o Gabinete de Atendimento ao Munícipe. Em frente à entrada fica a escada principal, ao lado de uma sala de espera ou de reuniões. No lado direito do corredor, num espaço mais fechado, fica o acesso à escada de serviço interno. Neste corredor ficam um conjunto

Os Novos Paços do Concelho

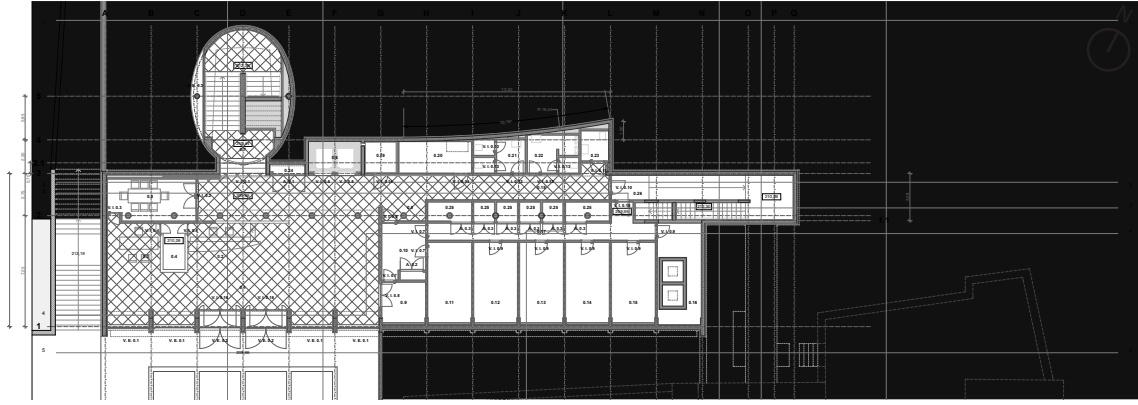


Fig. 230 - Planta do Piso 0

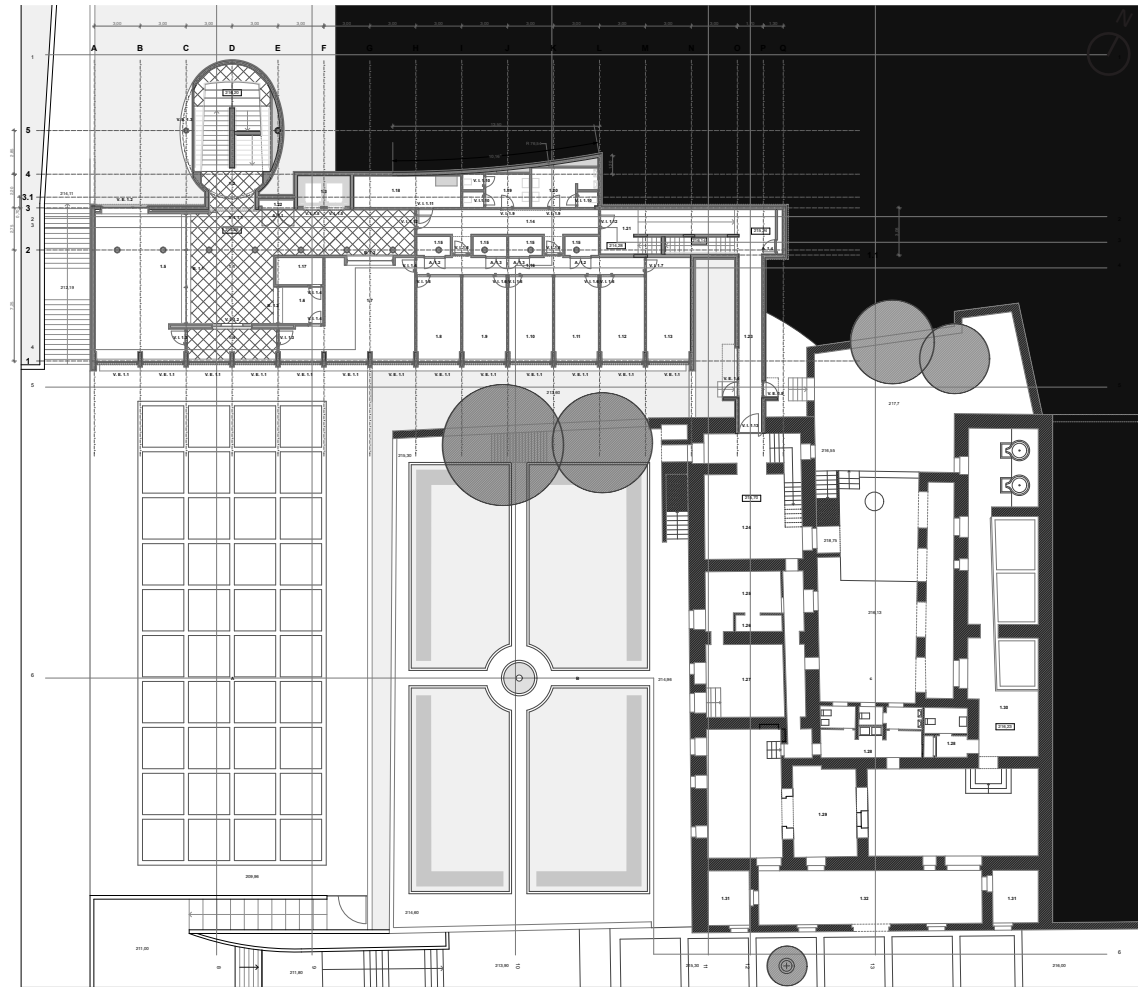


Fig. 231 - Planta do Piso 1

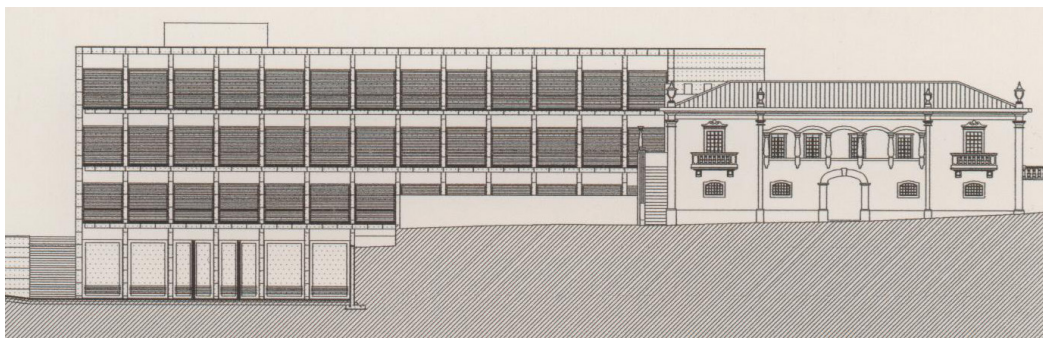


Fig. 232 - Alçaco Sul

de espaços de apoio, sem iluminação natural, pois estão enterrados. Aqui ficam os arquivos e compartimentos técnicos.

Com o critério de que, à medida que se vai subindo se vai recebendo menor número de utentes, o 1º andar é o de maior importância e o que receberá mais utentes. Assim, no 1º andar encontramos a Secretaria Geral e a Tesouraria, em frente às escadas principais. O resto deste piso é ocupado por um conjunto de gabinetes alinhados ao longo do corredor que vai ligar ao corredor da escadaria interna que faz a articulação com os restantes departamentos. Um sistema utilizado igualmente nos pisos superiores, hierarquizando o espaço interno dos serviços. Nestes corredores os armários divisórios ficam da altura das portas, não chegando até ao tecto, possibilitando uma iluminação natural, que de outra forma não era possível, permitindo uma utilização mais agradável.

No 2º andar ficam localizados os departamentos de Fiscalização e Licenciamento, bem como o Departamento de Obras Municipais, articulando com os utentes e entre si, como acontece com os restantes serviços, à semelhança do 1º andar.

No último andar, o 3º andar, pela natural necessidade de menos público, ficam colocados os Departamentos de actividades Sócio-Culturais e o Departamento de Planeamento e Projecto, composto por um conjunto de gabinetes relativamente independentes e com funções diversas.

A ligação deste novo edifício à Casa é feita pela escada de serviço no 1º e 2º andares que liga, respectivamente, ao rés-do-chão e ao 1º andar de Casa. Por serem os pisos de maior relação com a zona política, ligando os dois edifícios por um corredor exterior, sendo feito o acesso em dois pisos para possibilitar o acesso aos deficientes em ambos os pisos da Casa.

Além das duas entradas já referidas, uma voltada a Sul no rés-do-chão Poente do novo edifício, e a outra no piso superior, do lado Este da casa, existe ainda uma outra entrada destinada aos funcionários com acesso pelo parque de estacionamento reservado. O estacionamento dos funcionários fica no parque na parte mais a norte do terreno, já o estacionamento dos munícipes faz-se ao longo da Praça Cardeal Dom António Ribeiro.

Existem outros volumes destinados a galeria e posto de turismo, volumes de menores dimensões e diferente configuração formal. Este conjunto de edifícios

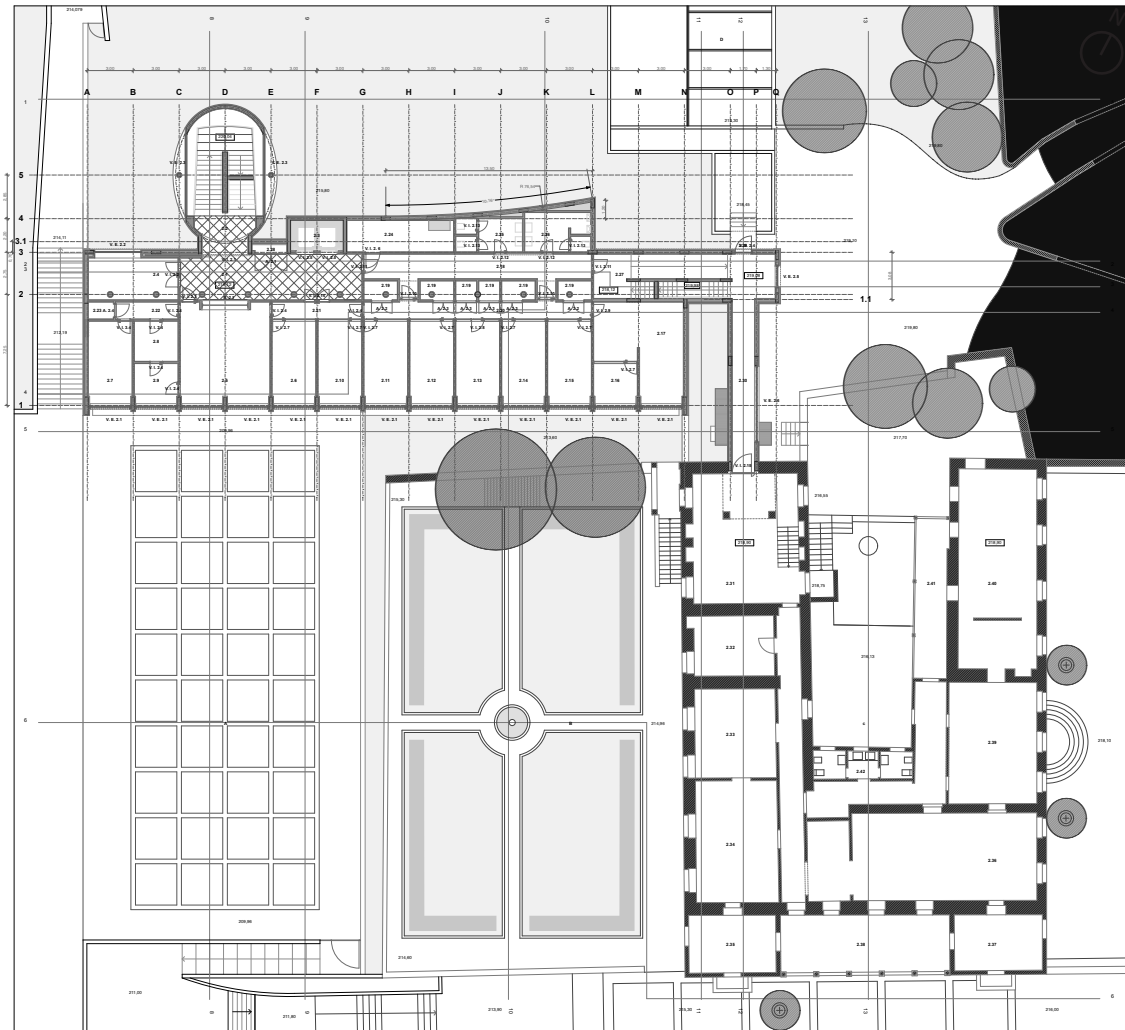


Fig. 233 - Planta do Piso 2

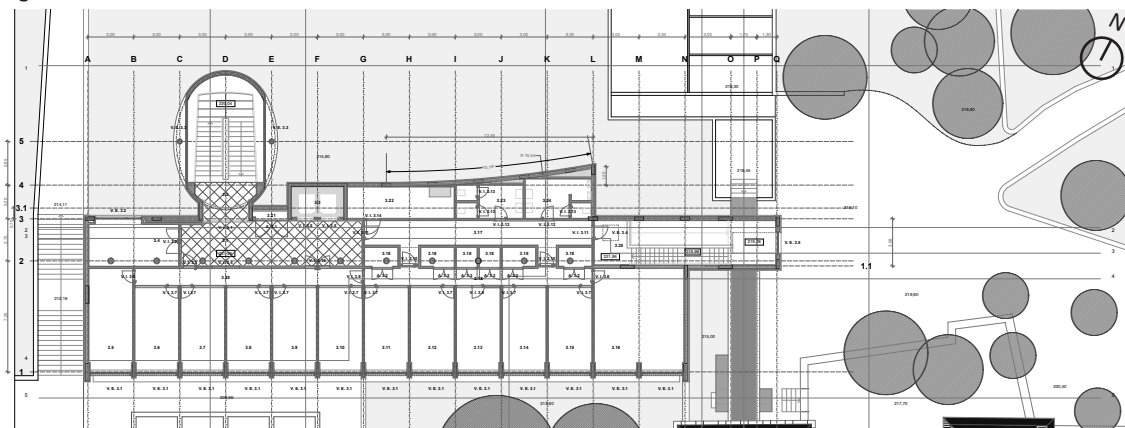


Fig. 234 - Planta do Piso 3

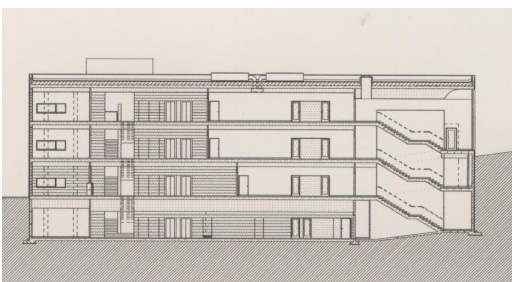


Fig. 235 - Corte longitudinal

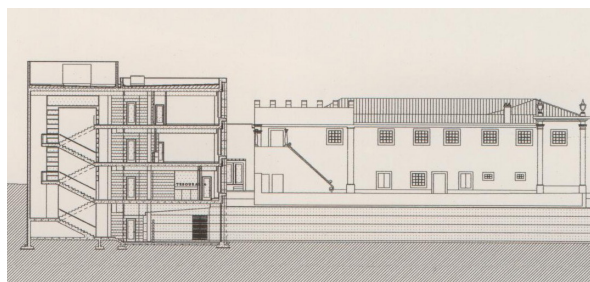


Fig. 236 - Corte transversal

propostos que fazem a encosta com o terreno da quinta, são elementos que definem a longa praça, que marca uma nova centralidade urbana.⁸⁴

Assim, o conjunto resulta da articulação do antigo Solar com o novo bloco e do espaço público necessário para este complexo, a partir de uma imagem própria, num novo parque e pólo urbano,⁸⁵ numa perspectiva onde os novos Paços do Concelho se inscrevem como peça principal, com o destaque merecido.

⁸⁴ GARCIA, Isabel Penha, ed. lit.; SILVA, Raquel Henriques da; ESCOLANO, Victor Pérez - Carlos Guimarães, Luís Soares Carneiro, arquitectos: obras e projectos 1988-2003. 2004, p. 135.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 135.



Fig. 237 - Câmara Municipal de Portalegre

Câmara Municipal de Portalegre

(Arq^o Sequeira Mendes, 2005)

O desafio da nova sede da Câmara Municipal de Portalegre foi colocado pela recuperação e reabilitação do antigo Colégio Jesuíta de S. Sebastião, e depois Real Fábrica de Lanifícios, para: centro de congressos, sede do executivo municipal, serviços municipais, galeria de exposições temporárias, posto de turismo e centro de monitorização ambiental. O projecto foi desenvolvido em Maio e Junho de 2003 pelo atelier Arquiespaço do arquitecto Fernando Sequeira Mendes e Jorge Catarino Tavares, cuja obra foi construída em 2005.

O projecto supera as fortes limitações de uma estrutura muito compartimentada. A reabilitação dá corpo a um enorme potencial de renovação, não só do próprio edifício, mas também do restante centro histórico, desempenhando a função de pólo identificador e dinamizador. Uma proposta, onde a ideia central, consiste num conceito que permita estabelecer uma conexão de continuidade imagética entre o velho colégio/fábrica de lanifícios e os novos Paços do Concelho de Portalegre.

O projecto foi articulado com as intervenções programadas para a envolvente, no âmbito do programa estratégico do programa POLIS, em particular no jardim adjacente ao edifício. Foi possível a renovação da frente de rua (Rua Guilherme Gomes Fernandes) num espaço enquadrado e articulado com o parque de estacionamento subterrâneo e o jardim. Reconfigurou-se as estruturas viárias, ao estabelecer percursos de ligação entre o centro histórico e as malhas urbanas mais recentes, numa base de revitalizar a cidade, procurando a requalificação do centro histórico e estabelecendo elementos de uma expansão coerente e consolidada.⁸⁶

O volume central do conjunto corresponde à antiga Igreja, construída entre os séculos XVI e XVII, que segue o modelo da Companhia de Jesus, com uma nave ampla de dois tramos (com capelas laterais comunicantes) e transepto, e um coro alto sobre a entrada. A fachada da antiga igreja apresenta três portas encimadas por dois níveis de três grandes janelas rectangulares. A Igreja estava irreconhecível no momento em que

⁸⁶ Reabilitação e Reconversão do Colégio de S. Sebastião e Real Fábrica de Lanifícios. Paços do Concelho de Portalegre. Disponível em: <http://europaconcorsi.com/projects/219056-reabilita-o-e-reconvers-o-do-col-gio-de-s-sebasti-o-e-real>



Fig. 238 - Implantação da Câmara Municipal de Portalegre

foi adquirida, mas segue a tipologia de igreja-caixa das igrejas jesuítas portuguesas. No outro volume encostado à igreja, para Oeste, fica o Antigo Colégio onde o acesso é diferenciado por um pórtico, segundo um desenho barroco, que dá para um hall de entrada. Um volume em forma de “L” que induz um espaço de claustro que não chegou a ser acabado. A estrutura espacial é marcada pela altura de 6,4 metros no andar inferior e de 5 metros no andar superior, com janelas grandes a rematar os topos, tinha espaços que devido ao mau estado e algumas demolições estavam completamente alterados.

Com a extinção da Companhia de Jesuítas estes edifícios foram adaptados a Real Fábrica de Lanifícios, por decisão do Marques de Pombal em 1771. As obras de adaptação alteraram bastante o antigo Colégio, e construindo-se a fábrica do lado Este. O edifício da fábrica desenvolve-se na continuidade da fachada da principal, com 50 metros de comprimento e com uma altura de três andares, com cerca de 11,5 metros de altura, e ainda uma largura de 18,3 metros, com paredes em alvenaria de pedra e uma estrutura em madeira. Também a igreja sofreu bastantes alterações neste período, com introdução de dois pisos intermédios, a demolição do coro e das torres sineiras, a remoção dos altares entre outras demolições que adulteraram substancialmente a construção,⁸⁷ e ainda o fecho dos arcos virados para o claustro, na fachada norte do colégio. Tem ainda uma série de construções recentes, de má qualidade, a que limitou a intervenção.

A reabilitação passou por uma análise interpretativa dos edifícios, por observação em pesquisa histórica e dos materiais. Para a restituição tipológica foi preciso a reintegração da estrutura da parede primitiva com o seu desenho original, como também a recuperação das unidades espaciais que caracterizam os edifícios.⁸⁸ Foram ainda eliminados compartimentos, loteamentos funcionais mais desfragmentados e elementos de má qualidade adicionados depois da construção, não perdendo a memória do antigo edifício. A segunda prioridade foi a aceitação de um programa funcional, a ajustar ao plano definido, ao corrigir e adaptar a solução de acordo com a análise dos edifícios, passando por um rigoroso levantamento arquitectónico.

⁸⁷ Memória descritiva Vol. 2, p. 1.

⁸⁸ Memória descritiva Vol. 1, p. 9.



Fig. 239 - Espaço do Auditório Municipal



Fig. 240 - Galeria de Exposições Temporárias



Fig. 241 - Corredor Escritórios do Executivo Municipal



Fig. 242 - Gabinete do Executivo Municipal



Fig. 243 - Área de Serviços Municipais

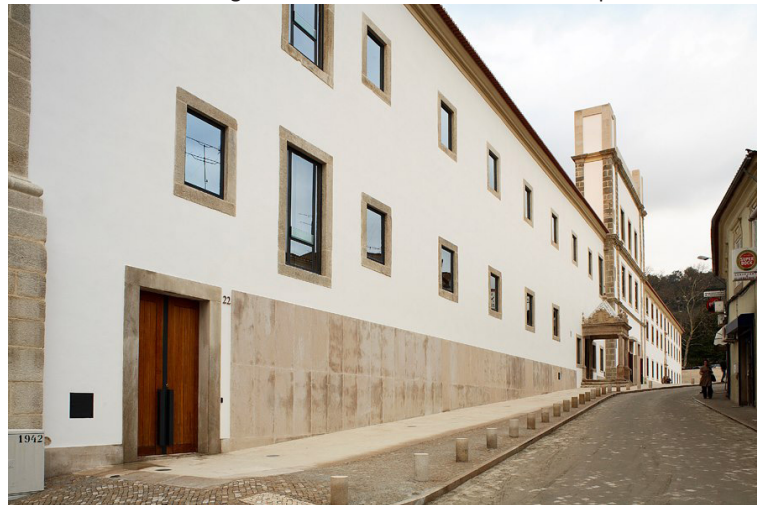


Fig. 244 - Fachada Sul



Fig. 245 - Pórtico de entrada



Fig. 246 - A Sala do Capítulo

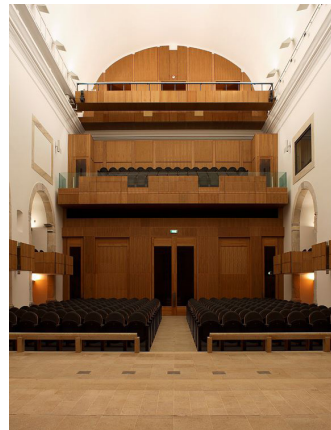


Fig. 247 - A Igreja transformada em Auditório Municipal

O primeiro fundamento da proposta consistia numa análise interpretativa dos dois edifícios, que orienta-se os princípios da intervenção. Com tudo isto, foi possível rever o espaço interno da igreja original partindo da semelhança com a Igreja do Colégio de Salvador, em Elvas, pois pensa-se que os dois colégios foram desenhados pelo mesmo autor Bartolomeu Dias.⁸⁹

Esta intervenção baseia-se também na reabilitação e restauração de elementos existentes com significado formal e documental, como o restauro dos frescos da igreja, o baixo-relevo no tecto. A porta da entrada do Colégio, que tinha sido retirada, foi recolocada.

A recuperação da estrutura da parede original dos edifícios facilitou a consolidação estrutural. Restauram-se os elementos construtivos com técnicas modernas para consolidar a estrutura, e utilizaram-se materiais leves, como na cobertura (de modo a evitar a utilização de treliças). A utilização de materiais, como o gesso branco, e madeiras, fez com que o projecto assumisse uma contemporaneidade formal dos elementos que foram utilizados, mas sempre coerente com a linguagem dos antigos elementos formais no Colégio dos Jesuítas e na nave industrial, procurando um discurso equilibrado no exercício do projecto integral.

Com outras características, realizou-se a intervenção na Real Fábrica de Lanifícios que tinha uma nave única, sem estrutura a dividir o espaço. Ao ter 18 metros de largura, este volume foi aberto no centro ganhando assim grande luminosidade através de uma longa clarabóia, que ilumina também os dois pontos de acesso vertical, com isto, ganha-se uma percepção da dimensão da nave, e sendo os elevadores totalmente em vidro, esta não é perturbada.

Este edifício é exclusivamente ocupado pelos serviços da Câmara, com uma divisão de espaço por divisórias que permitem a sua variação espacial, de acordo com as necessidades funcionais das actividades municipais.

No conjunto global, a ocupação proposta distribui da seguinte forma: no corpo da antiga igreja, de maneira a explorar a espacialidade original características formais, fica o Centro de Congresso assumindo uma unidade autónoma e independente do

⁸⁹ Monumentos : revista semestral de edifícios e monumentos. nº 28 (Dez 2008), p. 127.

Os Novos Paços do Concelho

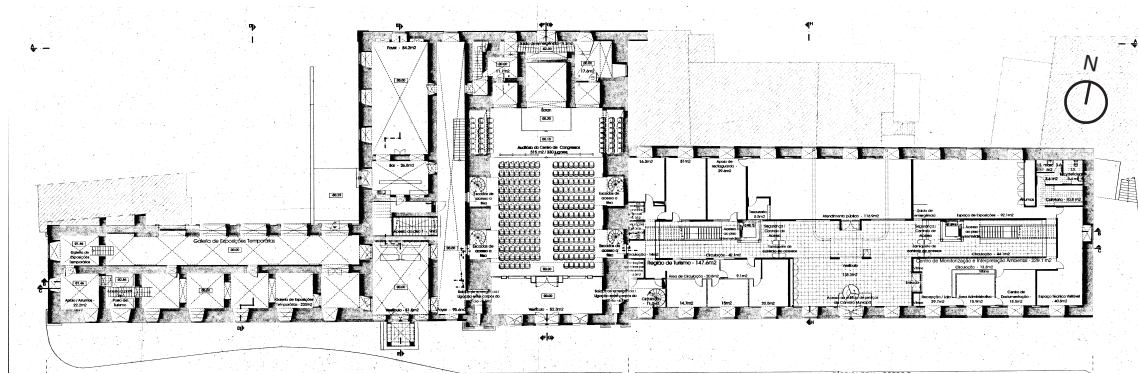


Fig. 248 - Planta do piso 0

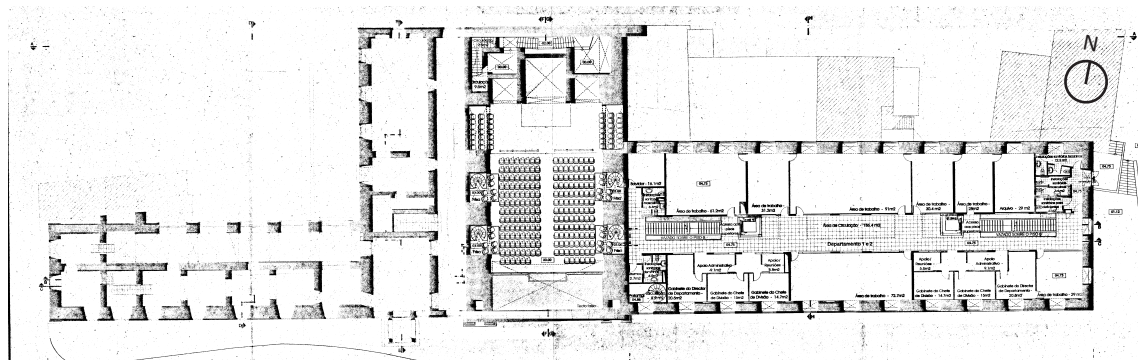


Fig. 249 - Planta do piso 1

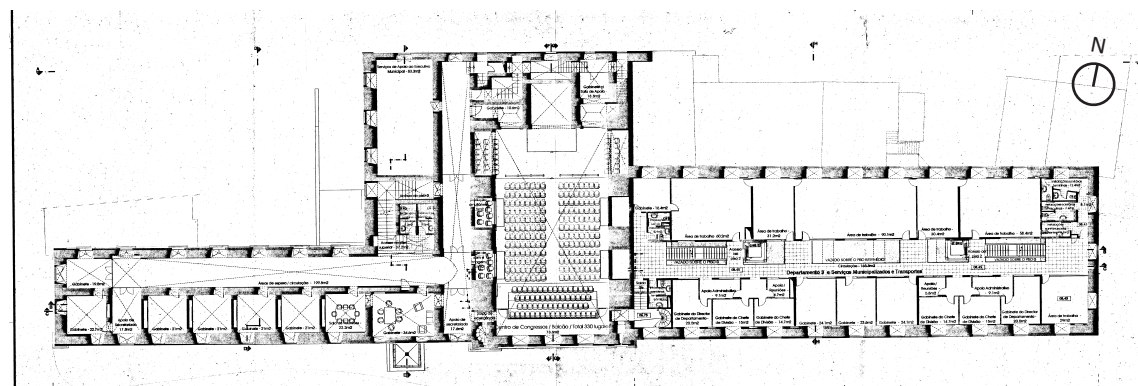


Fig. 250 - Planta do piso 2

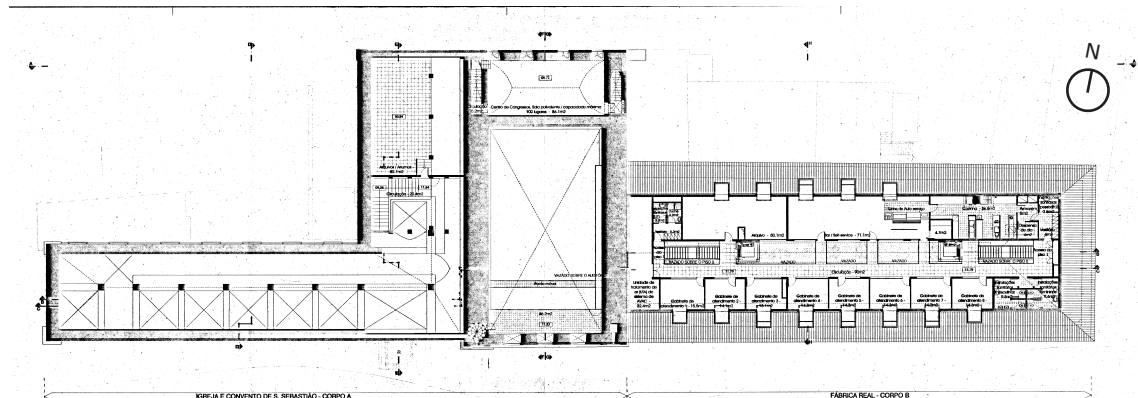


Fig. 251 - Planta do piso 2

conjunto, e simultaneamente articular relações funcionais com os restante serviços da Câmara.

Na zona do Colégio, no andar -1 fica o Posto de Turismo, infra-estruturas e sistemas de apoio, e área reservada a arrumos e arquivo, no limite oeste da proposta. No rés-do-chão com quase 7 metros de altura, oferece um espaço de grande qualidade, onde se adaptou este espaço a Galeria de Exposições Temporárias, articulado o seu funcionamento com o Posto de Turismo. O 1º andar ficou destinado aos Executivos Municipais e respectivos gabinetes de apoio, com os gabinetes ao longo do grande corredor de circulação, e com ligações horizontais que permitem uma articulação funcional dos serviços, interligando o Colégio e a Fábrica Real.

O corpo associado aos serviços da Câmara fica no edifício da antiga Fábrica de Lanifícios, com três pisos e sótão, este com grande área útil. Este corpo apresenta boas condições para se conter as instalações e serviços da Câmara, com 800m² de área aberta em cada piso, adaptando-se facilmente em termos estruturais. O acesso é feito pelo piso térreo por uma porta emoldurada, e onde estão instalados a recepção e o atendimento dos munícipes, bem como alguns serviços, e ainda num espaço autónomo o Centro de Monitorização Ambiental. Tem um espaço de exposições com janelas viradas para o interior terreno, juntamente com as instalações sanitárias e cafetaria que ficam neste topo Este do edifício. Nos pisos superiores estão instalados os diferentes departamentos que constituem os serviços Municipais e os Serviços Municipalizados e Transportes.

O 1º e 2º andar tem um corredor central de circulação, iluminado pelos vazios criados nos vários pisos, onde os gabinetes e salas de trabalho viram-se para Norte e Sul. Os espaços são mais compartimentados a Sul, onde normalmente ficam os gabinetes, e nos espaços mais amplos a Norte ficam as áreas de trabalho. Nos topos de cada andar do edifício ficam as instalações sanitárias.

No último andar, num espaço de sótão, a sul ficam os gabinetes de atendimento, numa distribuição mais uniforme e regular, e a norte um grande espaço de arquivo e uma área de bar e cozinha. O espaço de circulação é caracterizado com grandes vazados que permitem a entrada de luz para os pisos inferiores.

No conjunto, resulta um edifício unificado onde funcionam diferentes programas que podem funcionar individualmente ou em conjunto pelas suas ligações internas. Os 112,5 metros de comprimento da fachada, e área bruta aproximada de 7400m²,

Os Novos Paços do Concelho



Fig. 252 - Alçado Sul



Fig. 253 - Alçado Norte

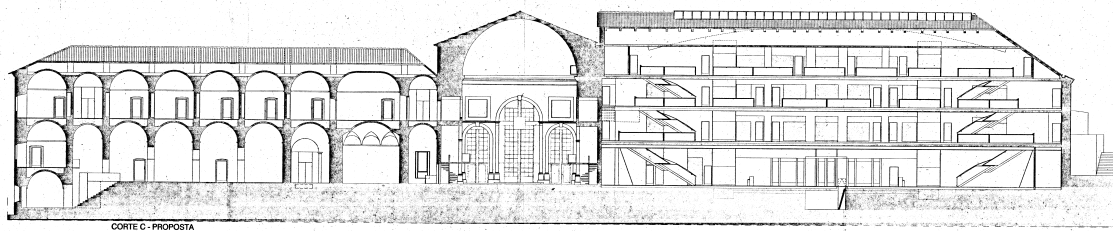


Fig. 254 - Corte longitudinal

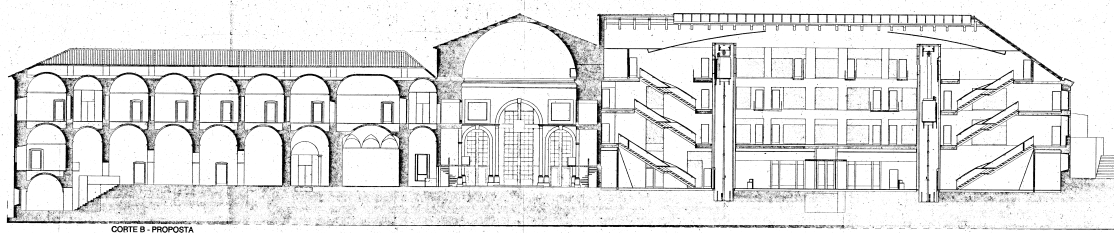


Fig. 255 - Corte longitudinal

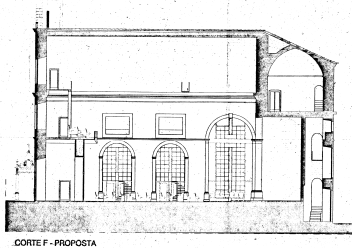


Fig. 256 - Corte transversal

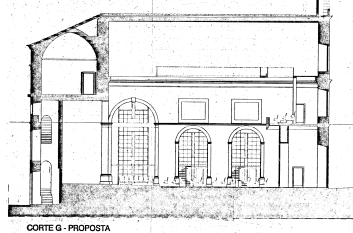


Fig. 257 - Corte transversal

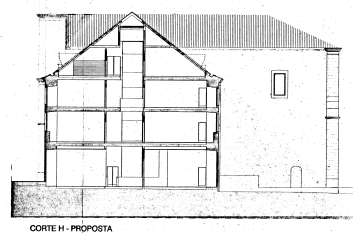


Fig. 258 - Corte transversal

conferem ao conjunto uma certa monumentalidade, numa recuperação de um edifício de valor arquitectónico significativo, juntando os serviços municipais num único local. O que antes estava disperso por uma dúzia de edifícios em diferentes pontos da cidade, proporcionando melhores condições de eficácia e conforto, traduzindo numa melhoria na qualidade dos serviços prestados aos munícipes e à cidade.

Requalificou-se uma área urbana em processo de decadência e abandono, reforçando a centralidade e dinamizando as actividades, no centro histórico. A partir de dois edifícios antigos da cidade, o Colégio-Igreja de jesuítas e a fábrica de Lanifícios, apresenta-se um equipamento que se compreende público e urbano, resultando uma obra de intervenção recente de uma reutilização, reabilitação e transformação, e que irá garantir novos usos em espaços qualificados. A sua localização central na estrutura urbana de Portalegre dá lugar a espaços colectivos, e um relação com outros equipamentos, desde átrios e circulação pública e espaços privados e áreas reservadas de trabalho. Por fim, pode-se entender esta ligação de antigo edifício de exercício de poder religioso com o novo edifício de poder concelhio.



Fig. 259 - Câmara Municipal de Albufeira,1987



Fig. 260 - Câmara Municipal de Ílhavo,1988



Fig. 261 - Câmara Municipal de Caldas da Rainha, 1992

O edifício e a obra - outros paços do concelho recentes

Dos vários concelhos observados nota-se uma grande disparidade entre eles, desde as áreas territoriais que variam ao longo do país, onde o Município de Odemira é o maior, com 1721 km², e o Município de São João da Madeira com apenas 8 km² é o menor. Em relação aos habitantes, o Município de Lisboa regista 547637 habitantes e o Município do Corvo apenas 430. No número de freguesias também se observa uma grande diferença desde o concelho de Barcelos com 89 freguesias e com apenas uma os Concelhos de Alpiarça, Barrancos, Porto Santo, S. Brás de Alportel e S. João da Madeira.⁹⁰

Das novas construções temos, por exemplo, o edifício da Câmara Municipal de **Albufeira** que foi projectado pelo arquitecto Manuel Francisco Cordeiro Ramos Chaves, e construído em 1987, um edifício autónomo do contexto em que se implanta, e que gerou polémica, não procurando estabelecer grandes relações com a envolvente. Um edifício que procura criar uma nova referência nas áreas de expansão urbana, mas que tem uma linguagem muito própria quase de ficção-científica. No interior é um edifício constituído por uma cave e quatro pisos, organizando-se com um espaço de chegada amplo e onde está inserida uma escada principal que liga todos os pisos.

A sede da Câmara Municipal de **Ílhavo**, de 1988, projectada pelo arquitecto José Paradela, integra-se num edifício que aglutina quatro corpos completamente distintos nas suas funções, com a Câmara Municipal, Conservatórias e Notariado, Agência da Caixa Geral de Depósitos e dois lotes de habitação colectiva, embora todos autónomos do ponto de vista construtivo. Tenta, no entanto, mostrar uma linguagem formal comum, para obter efeitos de escala do conjunto no seu alinhamento com a avenida. Um edifício construído em três pisos e onde a distribuição do programa permite orientar a maioria dos serviços para o interior do quarteirão.

A Câmara Municipal das **Caldas da Rainha**, dos arquitectos Virgínia Barbosa e Carlos Barbosa, iniciada na década de oitenta e concluída em 1992. Implanta-se numa zona central da cidade, junto a uma rotunda onde tem o edifício do tribunal e a igreja,

⁹⁰ CORREIA, Helena Afonso Rodrigues - Modernização e Valorização do Património Cultural Municipal: Confronto de estratégias na gestão dos Paços do Concelho de Portalegre e Sousel. 2013, p. 97.



Fig. 262 - Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, 1993



Fig. 263 - Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1997



Fig. 264 - Câmara Municipal do Cadaval, 1999

e vários equipamentos públicos em redor, e remata a rua que liga à estação ferroviária. Aloja vários serviços e departamentos da Câmara Municipal, onde uma parte do edifício é ocupada pela repartição das finanças. O edifício tem uma volumetria muito sólida em que é perceptível a marcação da estrutura nas fachadas, estas com uma linguagem uniforme, com um ar maciço e igualando a escala dos edifícios envolventes, tem 4 pisos e desenvolve-se em torno de pátio central ajardinado.

O caso de **Oliveira do Bairro**, de 1993, da arquitecta Ana Maria Parente, do GAT de Águeda, como responsável, localiza-se numa área periférica do centro da vila e futura área de expansão. Com volumetrias simples, adapta-se à topografia com uma plataforma que dá lugar a uma praça, um espaço aberto que estabelece ligações com futuras construções, com uma escadaria de chegada à praça constituindo um imenso espaço teatral. É um edifício com dois volumes, de formas rectangulares mais restritas, e um terceiro mais orgânico. O interior tem grandes átrios ao longo dos volumes de atendimento.

A sede da Câmara Municipal de **Paços de Ferreira**, do arquitecto Paulo Bettencourt, de 1997, é um edifício com uma escala disforme, nas relações de escala com a envolvente. Pretende criar uma nova centralidade ao implantar-se numa rotunda, onde a parede curva, procura uma escala maior, mais para o automóvel do que para o peão. Um edifício de dois volumes de diferentes alturas e que se ligam entre si, e que é marcado por uma composição de cor e textura diferente, entre a relação das cores suaves do mármore e o granito, com formas simples e puras. O interior muito transparente sente-se a dimensão da escala de cada espaço, com outras proporções para o utilizador.

O actual edifício dos Paços do Concelho do **Cadaval** foi projectado pela arquitecta Mafalda Cançado de Carvalho, e a sua construção terminou em 1999. Construído para dar resposta às exigências que a sede de um município do século XXI obriga, implanta-se numa zona nova e de expansão da vila, sabendo que a anterior sede do município estava instalada num edifício de habitação adaptado aos serviços, desde a década de 80. O edifício apresenta uma linguagem de um volume independente e autónomo na sua implantação e relação com o envolvente, com uma arquitectura com particular enfoque para a fachada principal, em que oculta a sua escala real, uma volumetria



Fig. 265 - Câmara Municipal de Lagoa, 2002



Fig. 266 - Câmara Municipal de Amarante, reab. 1988



Fig. 267 - Câmara Municipal de Odivelas, 1999



Fig. 268 - Câmara Municipal de Souzel, 2001

simples e compacta e de forma paralelepípedica, de 2 pisos, com um átrio central que distribui as divisórias à sua volta.

A Câmara Municipal de **Lagoa** do arquitecto João Durão com projecto de 2001 e construção de 2002, é uma construção que sobressai pela baixa cêrcea das edificações envolventes, aproximando-se à escala da urbanização a norte, de quatro pisos. Desenvolve-se em três pisos em torno da escada principal, como ponto central de referência, o seu exterior como um bloco maciço e onde sobressai o envidraçado curvo nas duas fachadas. Funciona em dois edifícios próximos onde se manteve a ocupação das antigas instalações com secções de atendimento mais sistemático do público.

No caso das reabilitações dos Paços do Concelho temos o projecto da Câmara de **Amarante**, com museu e biblioteca, do arquitecto Alcino Soutinho, de 1977-1988, é uma transformação do Convento de São Gonçalo, num processo que se iniciou antes de 1974. Os elementos novos surgem nos claustros, com uma ala que divide dois claustros, num volume de grande delicadeza de proporções. Uma intervenção que procura repor a lógica formal do convento, sem qualquer conflito com a construção existente. Um projecto de desenho de interiores onde o grande rigor está no desenho dos detalhes construtivos, e na sua escala com soluções inovadoras.⁹¹

Em **Odivelas**, dos arquitectos João Appleton e Isabel Domingues, de 1999, com a reabilitação da Casa da Quinta da Memória, que estava quase totalmente arridando, para sede do concelho de Odivelas, mantêm o carácter de casa “nobre” de Quinta, como solução de continuidade em relação ao já existente. Os materiais utilizados nos revestimentos foi de continuidade em relação ao existente permitindo uma coesão com o conjunto.⁹²

A Câmara Municipal de **Sousel**, do GAT de Évora cujo coordenador responsável foi Pedro Guilherme com projecto de 2001, uma ampliação do antigo edifício da Câmara com a aquisição de um prédio contínuo e que permitiu a ampliação das instalações e sua reabilitação, mantendo assim a mesma localização. De modo a juntar outros serviços que estavam divididos e falta de espaço para arquivo. Ao recusar-se a hipóteses de um edifício novo, privilegiou-se a centralidade e a aproximação a outros serviços públicos, onde prevaleceu a memória do local e do edifício. Não sendo uma arquitectura

⁹¹ ALMEIDA, Pedro Vieira de [et. al.] - Arquitectura do século XX : Portugal. 1997, p. 283.

⁹² Disponível em: <http://www.appletondomingos.pt/reabilitacao/quintamemoria.html>



Fig. 269 - Câmara Municipal de Armamar, 2002

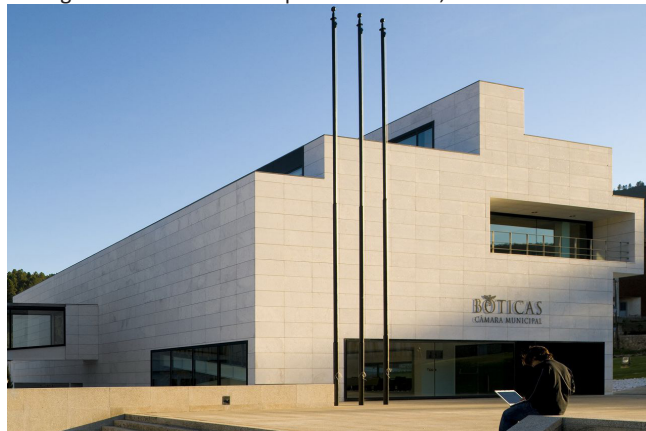


Fig. 270 - Câmara Municipal de Boticas, 2008



Fig. 271 Câmara Municipal de Ourém, 2009

monumental sobressai por se encontrar numa cota elevada. Manteve-se o desenho arquitectónico do edifício sede com uma volumetria que contempla o edifício existente e o corpo da nova construção. Constituído por dois pisos e um terceiro recuado, sobre a construção nova. No seu interior tem espaços amplos de trabalho.

O edifício da Câmara Municipal de **Armamar** dos arquitectos Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro, de 2002, é uma remodelação e ampliação de um edifício dos finais do século XIX. Devido ao espaço reduzido, este projecto sofreu uma compactação do programa. Na parte antiga do edifício fica o atendimento e funções mais representativas, e na parte ampliada ficam os serviços e áreas de circulação. Este novo corpo tem uma linguagem contrastante, que se reflecte tanto no exterior como no interior, e está virado para a paisagem e áreas de expansão da vila.⁹³

Exemplo interessante é a Câmara Municipal de **Boticas**, resulta de uma ampliação dos antigos Paços do Concelho, projectada pelo arquitecto António Belém Lima, concluída em 2008. Está implantada em paralelo e a alguma distância dos antigos paços, ligada apenas por um volume em ponte envidraçada. O seu interior é protagonizado por um grande átrio com pé direito triplo, com grande luminosidade. O atendimento é feito num ambiente amigável de relação deste grande átrio com um janelão com vista para o jardim. Tem uma rampa que vai dar ao espaço do Salão Nobre no piso 1. No último piso fica a ala política distribuído por um grande corredor partilhando o grande átrio. O espaço do gabinete do presidente é evidenciado no exterior por se prolongar em varanda para a praça municipal.⁹⁴

A ampliação da Câmara Municipal de **Ourém** de 2009, tem uma linguagem moderna, e tem como pano de fundo do antigo edifício da Câmara, que serve agora fins culturais. É uma construção de raiz no vasto espaço a nascente da antiga Câmara Municipal, disposta de modo a que o conjunto confira uma maior nobreza para a cidade, dinamizando o seu centro urbano. Tem uma linguagem arquitectónica contrastante com o antigo edifício, com um corpo principal de 3 pisos paralelo ao antigo, e um perpendicular de 2 pisos, objectos compactos e simples com uma linguagem moderna e funcional.

⁹³ GARCIA, Isabel Penha, ed. lit.; SILVA, Raquel Henriques da; ESCOLANO, Victor Pérez - Carlos Guimarães, Luís Soares Carneiro, arquitectos: obras e projectos 1988-2003. 2004, p. 159.

⁹⁴ Câmara Municipal de Boticas / Belém Lima Arquitectos. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/01-54800/camara-municipal-de-boticas-belem-lima-arquitectos>

No geral são projectados objectos que oferecem um espaço familiar edificado, contendo uma geometria que sobressai nas direcções, e dimensões da forma final. Em muitos dos casos procura-se uma imagem do edifício que se abre para o exterior, permitindo um fácil uso do piso térreo ao público em geral, e não apenas aos que utilizam os serviços. São edifícios com clareza nos acessos e permeabilidade entre os espaços urbanos que o edifício gera, com uma escala forte, que seja capaz de transformar a sede da Câmara Municipal num símbolo de ressurgimento da força e dignidade do poder local.

Os novos edifícios aparecem com um propósito muito simples, pela necessidade de um novo local de trabalho, com as perspectivas abertas pelo poder local com um dinamismo de múltiplas actividades e com a necessidade de prestar um melhor serviço aos munícipes.

Existe um experimentalismo na noção deste tipo de programa e de linguagem construtiva na modelação das qualidades construtivas do objecto arquitectónico, entre o irrealismo megalómano do figurativo e o provincianismo da gestão municipal, onde há vários tipos de projecto. Propostas como a Câmara Municipal de Albufeira, que deixam escapar uma linguagem arquitectónica fora de escala e completamente deslocadas dos contextos construtivos locais, como também, por exemplo, Carregal do Sal, Paços de Ferreira, Penalva do Castelo, Cadaval. Por outro lado, há edifícios que procuram promover novos centros cívicos modernos, normalmente associados a áreas de expansão urbana, (como é o caso das sedes das Câmaras Municipais de Oliveira do Bairro, Ílhavo, Lagos, Matosinhos) e há também sedes que procuram respeitar a história arquitectónica local promovendo a recuperação qualificada de edifícios com importância histórica.

O edifício dos Paços do Concelho é de certo modo a casa de todos os munícipes, na maioria das vezes um projecto arrojado na forma e no funcionamento, que gera polémica e controvérsia, com uma aposta na modernidade, audaz, procurando conciliar o estético e o funcional, mas com soluções bastantes dispares.

Ao longo dos vários edifícios das Câmaras Municipais encontramos propostas bastante diferentes e contraditórias na sua integração no contexto urbano. Desde obras que confrontam-se com respeito com o existente no local, com respeito à escala humana, exprimindo uma poética do volume, com uma volumetria conjunta das

superfícies e das articulações, organizadas por um conjunto de valores de harmonia e naturalidade, tanto nos seus espaços interiores quer nas soluções exteriores, e por outro lado existem edifícios que não criam estas relações. As Câmaras Municipais estão integradas em edifícios de inúmeros exemplares, uns de obras notáveis e outras de sem valor reconhecido, a valorização do edifício advém da sensibilidade patrimonial da população e dos seus representantes, e que irá valorizar o seu valor arquitectónico significativo. A partir deste equipamento pode-se observar a sensibilidade e decisões das autarquias, numa abordagem panorâmica do país.

A nova Câmara Municipal é muitas vezes uma intervenção de objecto pontual, criando o novo na cidade existente, questionando a arquitectura como projecto urbano. Ao construir na cidade tenta-se criar um equilíbrio, uma certa escala, na vontade de criar um centro cívico e de criar uma relação urbana, uma nova centralidade.

Várias são as intervenções que não se adequam às suas necessidades, apresentando conceitos megalómanos, desde a sua construção às técnicas utilizadas. Hoje em dia é necessário uma maior sustentabilidade dos próprios edifícios e dos espaços públicos, e assim ter um maior controlo dos custos despendidos. São características que se devem adequar e repensar na promoção destas iniciativas dos novos paços do concelho, e assim construir projectos adequados e que valorizem aspectos específicos do equipamento que se intervêm, contrariando a ideia de uma peça normalizada, com isto vai-se estimular o sector público e privado e valorizar este equipamento público de carácter social, importante na forma de devolver qualidade e identidade ao concelho.

Observamos problemas comuns em alguns edifícios desde problemas de escala, a sua implantação, ou a não valorização do património cultural do concelho, num cenário de novas construções que por vezes não dignificam a cultura arquitectónica feita em Portugal. Predomina a construção nova de novos equipamentos, desvalorizando edifícios de valor patrimonial, que estariam desocupados ou degradados. Esta construção de novos edifícios para os Paços do Concelho evidencia-se com maior relevância no Estado Novo e nos anos 80, edifícios que, em parte, têm um reconhecido valor patrimonial e promovem o nome dos seus arquitectos.

Considerações Finais

No desenrolar dos últimos séculos, o edifício dos paços do concelho passou por grandes transformações. Ao longo do tempo a história dos municípios e do poder local foi-se alterando, mostrando uma competência da influência local com força e capacidade de transformação dos contextos de vida das comunidades, num enquadramento das evoluções e transformações das estruturas representativas desse poder.

“O poder local foi muitas vezes uma “força” e o exercício de uma certa capacidade de desenvolvimento e de realizar obras públicas que transcendia a capacidade das estruturas administrativas locais e as diversas formas de representação jurídico-formal das comunidades locais.”⁹⁵

Este poder era feito por líderes emergentes dessas comunidades com influência nos centros de decisão da administração central, ou uma parte de elites locais ou ainda vários tipos de autoridades locais (como aconteceu, no Antigo Regime, com as ordenanças, os juízes de fora) que conferiram determinadas privilégios ao poder local não institucional que proporcionaram no antigo Regime e no liberalismo, na República ou mesmo no Estado Novo, uma capacidade de transformação, mudança e de serviço às populações que transcendia as câmaras municipais e a generalidade dos denominados “corpos administrativos”.⁹⁶

Uma história que se iniciou, numa primeira parte, no Antigo Regime, numa segunda parte, com a reforma administrativa de Mouzinho da Silveira e que terminou com a implantação do Estado Novo, com a organização económica-social corporativa, a partir de 1930, e com o Código Administrativo de 1936-1940. Finalmente o período do poder local democrático que se inicia com as primeiras eleições municipais em Dezembro de 1976, proporcionadas pela revolução de 25 de Abril de 1974. Quatro períodos distintos para a metodologia desta transformação das comunidades locais e do

⁹⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, ed. lit. - História dos Municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia. 1996, p. 8.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 8.

espaço urbano. A partir de 1976 os municípios adquirem uma autonomia, com competências definidas na sua capacidade de iniciativa.

O conjunto de casos de estudo foca-se num período importante correspondendo ao período que vai desde o 25 de Abril de 1974 aos dias de hoje. Escolheu-se este período pelo facto de os municípios terem maior poder local, e constitui uma realidade democrática emergente em cada concelho do país. Recuperaram uma consolidação representativa da democracia, conquistando novas competências e novas responsabilidades.

Numa análise da arquitectura e do poder local, ao longo destes anos de novos conceitos, num balanço dos caminhos seguidos pelo poder local e pelos arquitectos após o 25 de Abril de 1974, considerando os eventos, e centros de discussão, como questões de grande importância, podemos afirmar que, após um período de centralismo do poder administrativo, entre 1834 e 1974, o poder local ganha uma nova autonomia e uma nova capacidade de conduzir dinamismos locais.⁹⁷

Os paços do concelho, na sua maioria, estão inseridos em zonas privilegiadas pela centralidade territorial, ou em centros históricos, e vão dinamizar estes núcleos despovoados. Cria espaços atractivos e o tratamento do espaço público envolvente, e vários equipamentos em redor, regenerando o espaço urbano. Esta opção de concentrar os equipamentos públicos e privados nos centros das cidades, sendo zonas de com grande densidade constitutiva, vai contrariar o aumento das zonas devolutas e os problemas de insegurança.⁹⁸

Neste estudo verifica-se que o edifício da Câmara Municipal tem uma nova importância, através da renovação da imagem da cidade, das variadas características formais e funcionais. Pretendemos verificar o grau de originalidade e o nível de contaminação das linguagens num confronto de obras de várias gerações de arquitectos, numa leitura das várias orientações de pesquisa e experimentação, num território de uma infinidade de produtos e de formas variadas.

Na maioria são edifícios de três ou mais pisos, em que no piso térreo ficam os serviços de apoio e atendimento ao público, onde estão apenas funções ligadas aos

⁹⁷ *Ibidem*, p. 13.

⁹⁸ CORREIA, Helena Afonso Rodrigues - Modernização e Valorização do Património Cultural Municipal: Confronto de estratégias na gestão dos Paços do Concelho de Portalegre e Sousel. 2013, p. 136.

serviços que a câmara presta aos munícipes. Os pisos superiores são zonas mais nobres, onde normalmente fica o gabinete do presidente e dos vereadores.

Um dos elementos característicos na imagem do edifício da Câmara é, em alguns casos, o elemento da torre do relógio, como acontece em Vila Nova de Famalicão ou na Guarda, em referência aos antigos paços ou às igrejas. A placagem de pedra está presente na maioria dos edifícios do século XX.

Ao contrário dos paços medievais o espaço de mercado não tem a mesma relevância, deixando simplesmente de existir qualquer função de mercado no rés-do-chão, uma vez que o mercado municipal é um programa que se autonomizou no séc. XIX. Por sua vez o piso térreo é o espaço de informação dos serviços que o município dispõe, notando-se a presença de postos de turismo, como espaço de apoio ligado às actividades de relações públicas.

No exterior são adoptadas algumas variações consoante o programa e conceito do projecto, como por exemplo, os elementos em arcada que fazem de abrigo e de diferenciação de espaços na chegada ao edifício, exemplo disso são os Paços de Matosinhos, Águeda, São João da Madeira.

Nas propostas estudadas diferem-se os acessos de público geral e restrito, em que no piso térreo o acesso é livre, com áreas de secretarias e serviços que têm que contactar directamente com o público. Nos pisos superiores localizam-se os serviços de acessos restritos, dos serviços técnicos, contabilidade, vereação e a área do presidente.

É nos pisos superiores que normalmente se vão distribuindo as funções dos diversos departamentos, onde à medida que se vai subindo vai ganhando maior privacidade até à zona nobre onde fica o gabinete do presidente.

O piso do Salão Nobre varia muito, ficando na maioria no piso térreo e também no primeiro andar. O Salão Nobre é o compartimento público de maior dimensão, que acolhe as reuniões de assembleia que se realizam no edifício da câmara. Em vários casos foi transformado num grande auditório, que serve para sala de conferência ou de espectáculos para utilização pública da população, em alguns para além do Salão Nobre ainda existe uma sala de Assembleia com outra configuração.

Os espaços menores são na maioria gabinetes e salas de reuniões dos vários departamentos relacionados com a Câmara, com um acesso mais restrito à medida que se sobe. Como acontece nos edifícios que se distribuem na vertical, como é o caso de

São João da Madeira, Celorico de Basto, que tem na maioria mais de três pisos, como que um código organizacional do princípio de privacidade. Acompanhado dos espaços de serviços tem espaços de refeições, como um pequeno bar ou cantina, para uso dos funcionários.

Exteriormente, o modelo de repetição é também muito característico neste tipo de equipamento por se tratar de um objecto que funciona muito como um bloco de escritórios. A vontade de conferir ao edifício um simbolismo de nobreza, de poder e simultaneamente de transparência para o concelho é traduzido na sua arquitectura com uma certa monumentalidade, com elementos expressivos de variações de volumetrias, destacando-se pela sua função e utilização.

A centralidade do posicionamento do equipamento tem como fundamento melhor servir a população e facilitando assim o seu acesso. Este acesso é feito na maioria acompanhado por uma grande praça ou avenida que liberta todo o edifício da envolvente, colocando-se num espaço de destaque, como é evidente no edifício de São João da Madeira. Uma localização marcada pela posição de se mostrar, de ter visibilidade, como edifício “nobre” do concelho.

O acesso ao piso superior é feito através de uma escadaria em local de destaque numa zona central, como acontece na maioria destes casos de estudo, ou por um lado é feito através de rampa evidenciada no espaço de recepção, como na Câmara Municipal da Guarda, com uma rampa redonda, consoante as opções tomadas pelo arquitecto, na distribuição dos espaços interiores. Estes elementos acabam por ser decisivos na organização dessa distribuição e determinantes no desenho geral do edifício, onde por vezes aparece-nos como uma volumetria exterior, caracterizadora do projecto, é o caso de Celorico de Basto e Vila Nova de Famalicão onde o volume da caixa de escadas nos aparece como elemento exterior e de referência daquela obra, no espaço exterior de acesso ao edifício, e que acaba por ser o elemento marcante no alçado.

Os alçados deste tipo de equipamentos são muito variados predominando essencialmente a ideia de repetição de elementos, como as janelas, que são o reflexo dos espaços interiores e das suas plantas muito compartimentadas.

Dos nove casos estudados, inclui-se uma obra de referência do Estado Novo, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, essencial na leitura da arquitectura deste período. É de salientar a arquitectura do edifício dos Paços do Concelho de Matosinhos

como a obra de maior relevo do conjunto deste tipo de equipamento, como a obra de referência, não só deste grupo seleccionado, mas de toda a história contemporânea de edifícios concelhios, uma obra de valor arquitectónico internacional. Este período inicial do pós-1974 também tem outras obras marcantes na paisagem urbana da cidade, como os casos estudados de Guarda, São João da Madeira e Águeda, ou outros como Ílhavo, Oliveira do Bairro, Paços de Ferreira, Caldas da Rainha, Albufeira.

Dos restantes, os primeiros quatro casos estudados são de um período dos anos 80, e são projectados como novos centros “cívicos” dos concelhos, por uma geração de arquitectos nascidos nos anos 30-50, os últimos quatro casos do período do início do século XXI, com uma arquitectura de sustentabilidade, de uma maior plasticidade, onde na maioria são projectados por arquitectos mais novos, que vão ganhando algum nome pela arquitectura feita, onde o novo equipamento tem uma imagem de centro de negócios, semelhante a um edifício de escritórios.

As reabilitações apresentam características distintas, pois a sua concepção está inicialmente condicionada pela pré-existência, e que limitam os espaços. *“A reconversão funcional de estruturas contruídas e de grande valor patrimonial exigem do arquitecto uma manipulação das práticas construtivas que fundamente a ética do seu trabalho”*⁹⁹

As Câmaras Municipais de Celorico de Basto e de Portalegre demonstram isso mesmo, onde na primeira, acontece uma reabilitação de um solar, onde fica a parte mais nobre da Câmara, e uma ampliação com uma nova volumetria, onde estão os serviços dos departamentos, rematando uma longa praça com galerias e posto de turismo. No caso de Portalegre, o programa desenvolve-se em torno da pré-existência, uma igreja e colégio de Jesuítas do século XVII, e uma nave fabril construída no século XVIII.

Na recuperação e adaptação do edifício da antiga igreja-colégio de jesuítas e real fábrica lanifícios, propõe-se uma intervenção “cirúrgica” sobre as estruturas e espaços interiores do edifício, de modo a permitir uma articulação funcional do novo programa e ainda incorporar as infra-estruturas necessárias para o funcionamento da Câmara Municipal. Pretende-se unificar os espaços, anulando as várias ambiguidades das sucessivas alterações, de modo a reconquistar a neutralidade original dos vários espaços. Os núcleos dos vários corpos são formados por espaços amplos, e definem

⁹⁹ GRANDE, Nuno, ed. lit. - Obra aberta: Arquitectura em visita. 2004, p. 4.

áreas de acolhimento do público. Estas novas intervenções pretendem recuperar aspectos essenciais do carácter do edifício, e introduzindo linguagens decorrentes da utilização de novos materiais e valorizando aspectos da expressão original da construção. O edifício existente adquire uma nova leitura do interior e do exterior.

“Em quase todo o País, esta visão do problema do património arquitectónico, teve desenvolvimento prático a partir da década de 80 do século XX, com a criação dos Gabinetes Técnicos locais.”¹⁰⁰

Com este leque alargado de obras permite-se perceber a história e evolução da arquitectura portuguesa dos Paços do Concelho nestas décadas de convergência de gerações distintas a trabalhar sobre o mesmo problema, conciliando linguagens díspares de períodos distintos.

O objectivo do trabalho foi documentar os vários modelos construídos neste período, e mostrar a imagem da arquitectura concelhia desta época, como ícone autárquico dos munícipes de hoje, e mostrar a renovação da imagem deste tipo de equipamento público na imagem da cidade, com duas gerações na arquitectura portuguesa recente. Duas gerações, á qual se juntam oito casos num contexto urbano, encomendados a oito arquitectos para trabalhar à volta do tema dos Paços do Concelho. Certamente, apesar da distância que separa duas gerações, caminham naturalmente para uma limpidez e transparência das soluções arquitectónicas.

Nota-se a metamorfose das práticas e dos discursos no contexto da produção arquitectónica recente em Portugal, relativamente à promoção e divulgação da cultura contemporânea portuguesa constata-se uma estratégia de transferência, na apresentação dos projectos, e uma deslocação dos ideais arquitectónicos.

Ao focalizar na auto-representação, na relevância de sinais identitários e formas de expressão próprios, observa-se a diferença entre as duas gerações que emerge, não só através da atitude relativamente ao papel da comunicação, mas através de expressões de fundo que assumem vias radicalmente diferentes, entre o minimalismo conceptualmente enriquecido e um novo registo de diversidade.

A tese é assim um reflexo de novas atitudes e influências no operar e no conceptualizar da “poética” da arquitectura. Procura vincar a pertinência deste

¹⁰⁰ Arquitectura Ibérica: reabilitação. Nº 19, p. 5.

equipamento no final do século XX e início do século XXI em Portugal, a partir de um conjunto de temas, e sobre a sua evolução recente na nossa cultura. Para isso apresenta um universo separado, induzindo a produção deste equipamento, e do novo espaço edificado, definido por este período.

Bibliografia

2G Dossier-Portugal 2000-2005: 25 edifícios do século XXI. Ed. Gustavo Gili; 1ed. (2005) ISBN: 9788425219603

ALMEIDA, Pedro Vieira de [et. al.] - **Arquitectura do século XX : Portugal.** München ; New York : Prestel ; Frankfurt am Main : Deutsches Architektur-Museum ; Lisboa : Portugal-Frankfurt 97 : Centre Cultural de Belém, 1997. 352 p. (Architektur im 20.Jahrhundert ; 3). ISBN 3791319108

Architecti: revista de arquitectura e construção: periódico de arquitectura y construcción. Nº1 (Fev. 1989) Lisboa: Editora Trifório, 1989- v.

Arquitectura Ibérica: equipamentos. Nº 23 (Dez. 2007). Caleidoscópio, 2004. ISSN 1645-9415. ISBN 9789898129284

Arquitectura Ibérica: equipamentos. Nº 5 (Nov- Dez 2004). Caleidoscópio, 2004. ISSN 1645-9415. ISBN 9789898129284

Arquitectura Ibérica: reabilitação. Nº 11 (Nov- Dez 2005). Caleidoscópio, 2004. ISSN 1645-9415. ISBN 9789898129284

Arquitectura Ibérica: reabilitação. Nº 12 (Jan- Fev 2005). Caleidoscópio, 2004. ISSN 1645-9415. ISBN 9789898129284

Arquitectura Ibérica: reabilitação. Nº 19 (Mar. 2007). Caleidoscópio, 2004. ISSN 1645-9415. ISBN 9789898129284

Arquitectura Ibérica: tradição e sustentabilidade. Nº 7 (Mar-Abr 2005). Caleidoscópio, 2004. ISSN 1645-9415. ISBN 9789898129284

BYRNE, Gonçalo, ed. lit. - **Arquitectura contemporânea portuguesa XXI.** Parede : Monstera, D.L. 2006. 207 p. (Unibanco). ISBN 9899515302

CABRAL, Caroline Almeida Aragão - Casos de Câmara, (do séc. XV ao séc. XVIII): uma análise da evolução. Coimbra: [s.n.], 2003. 147 p. .Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da F.C.T. da Univ. de Coimbra, 2003.

CABRAL, Caroline Almeida Aragão - Casos de Câmara: quatro paços na consolidação de um modelo. Coimbra : [s.n.], 2012. [10], 95, [106] p. Disponível em WWW: URL:/10316/208239070. .Dissertação de mestrado integrado em Arquitectura,

apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Prof. Doutor Walter Rossa.

CAETANO, Carlos Manuel Ferreira. - As Casas da Câmara dos concelhos portugueses e a monumentalização do poder local: (séculos XIV a XVIII). Coimbra: [s.n.], 2011. 2 vol. Disponível em <http://run.unl.pt/handle/10362/7299> .Tese de doutoramento em História da Arte Moderna, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sob a orientação de Rafael de Faria Domingues Moreira.

CORREIA, Helena Afonso Rodrigues - Modernização e Valorização do Património Cultural Municipal: Confronto de estratégias na gestão dos Paços do Concelho de Portalegre e Sousel. Évora. 2013. Dissertação de Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, apresentada à Escola de Ciências Sociais do Departamento de História da Universidade de Évora, sob a orientação do Prof. Doutora Ana Cardoso de Matos. Disponível em:<
http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/9030/1/20130723_%20VERSAO%20FINAL_CD.pdf>

DUARTE, Ana Paula Oliveira. - Casas de Câmara - Inserção urbanística : nova centralidade urbana e poder municipal. Coimbra: [s.n.], 2004. 166 p. .Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da F.C.T. da Univ. de Coimbra, 2004.

FERNANDES, Eduardo Jorge Cabral dos Santos - A Escolha do Porto: contributos para a actualização de uma ideia de Escola, Tese de Doutoramento em Arquitectura. Julho de 2010. Disponível em:
http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/12009/1/TD_EduardoFernandes_Final.pdf

FERNANDES, Fátima, ed. lit. ; CANNATÀ, Michele, ed. lit. - **Arquitectura portuguesa contemporânea = Contemporary architecture in Portugal : 1991-2001**. 1ª ed. Porto : Asa Editores, 2001. 734 p. ISBN 9724127060

FERNANDEZ, Sergio - **Percurso : arquitectura portuguesa : 1930-1974**. 2ª ed. Porto : Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988. 207 p : il ; 20 cm.

FERNANDEZ, Sergio ; RAMALHO, Pedro - **Pedro Ramalho : projectos e obras de 1963 a 1995**. Porto : Associação dos Arquitectos Portugueses, Conselho Directivo

Regional do Norte, 1995. 96 p : principalmente il. (Monografias da arquitectura portuguesa). ISBN 9729594341

FONDATION POUR L'ARCHITECTURE, Bruxelles, ed. lit. - **Points de repère : architectures du Portugal** : 2. Bruxelles : [s.n], 1991. 350 p : il.

FÓRUM INTERNACIONAL DE URBANISMO, 1, Vila Real - **Novas arquitecturas versus arquitecturas tradicionais : que ambiente urbano? : Actas da Conferência no âmbito do 1º Fórum Internacional de Urbanismo**. Vila Real : UTAD : URBE, 2000. 59 p.

GADANHO, Pedro, ed. lit. ; PEREIRA, Luís Tavares, ed. lit. - **Metaflux : duas gerações na arquitectura portuguesa recente = two generations in recent portuguese architecture**. [S.l.] : Civilização Editora, cop. 2004. 215 p. ISBN 9722622250.

GARCIA, Isabel Penha, ed. lit. ; SILVA, Raquel Henriques da ; ESCOLANO, Victor Pérez - **Carlos Guimarães, Luís Soares Carneiro, arquitectos : obras e projectos 1988-2003**. 1ª ed. Porto : Asa, 2004. 254 p. ISBN 9724136302

GRANDE, Nuno, ed. lit. - **Obra aberta [Registo vídeo] : Arquitectura em visita**. Porto : Ordem dos Arquitectos, 2004. 1 disco (DVD) (1h 30m) : cor + 1 folheto (20 p. (Visitas Guiadas. 2003).

LACERDA, Manuel, ed. lit. ; SOROMENHO, Miguel, ed. lit. - **Arquitectura moderna portuguesa : 1920-1970**. Lisboa : IPPAR, cop. 2004. 391 p. (Património moderno). ISBN 9728736355

LACERDA, Manuel, ed. lit.; SOROMENHO, Miguel, ed. lit. - **Arquitectura moderna portuguesa: 1920-1970**. Lisboa: IPPAR, cop. 2004. 391 p. (Património moderno). ISBN 9728736355

MATOSINHOS. CÂMARA MUNICIPAL. ; ALMEIDA, Bernardo Pinto de ; GOMES, Paulo Varela - **Matosinhos : Paços do Concelho**. 1ª ed. Matosinhos : C.M, 1992. [61] p : muito il ; 36 cm.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, ed. lit. - **História dos Municípios e do poder local : dos finais da Idade Média à União Europeia**. 1ª ed. [Lisboa] : Círculo de Leitores, 1996. 591 p : il ; 28 cm. (Grandes Temas da Nossa História). ISBN 9724213005

Monumentos: revista semestral de edifícios e monumentos. Nº 28 (Dez. 2008) Lisboa: D.G.D.M.N., 1994- 32 cm.

NEVES, José Manuel das, ed. lit. - **João Paciência : since 1970**. Lisboa : Uzina Books, 2011. 414 p. ISBN 9789898456014

PEREIRA, Arménio da Assunção. [et. al.] - **No coração de Paços de Ferreira : novos Paços do Concelho : monumento ao móvel.** Paços de Ferreira : Câmara Municipal 1997. 57 p.

PORTAS, Nuno, ed. lit. ; MENDES, Manuel, ed. lit. - **Arquitectura portuguesa contemporânea : anos sessenta-anos oitenta.** Porto : Fundação de Serralves, 1991. 125 p : il ; 28 cm.

ROSETA, Helena ; AFONSO, João, ed. lit. - **IAPXX : inquérito à arquitectura do século XX em Portugal.** Lisboa : Ordem dos Arquitectos, D.L. 2006. 290 p. ISBN 9728897146

SILVA, José Custódio Vieira da - **Paços medievais portugueses.** 2ª. ed. Lisboa : IPPAR, 2002. 369 p. ISBN 9728736118

TOSTÕES, Ana - **Arquitectura portuguesa contemporânea.** [Lisboa] : Clube do Coleccionador dos Correios, 2008. 257, [1] p. ISBN 9789728968113

TOSTÕES, Ana, ed. lit. - **Teoria e crítica de arquitectura : século XX.** Lisboa : Ordem dos Arquitectos-Secção Regional Sul : Caleidoscópio, 2010. 1022 p. ISBN 9789896580650

TOSTÕES, Ana, ed. lit. - **Teoria e crítica de arquitectura : século XX.** Lisboa : Ordem dos Arquitectos-Secção Regional Sul : Caleidoscópio, 2010. 1022 p. ISBN 9789896580650

TRINDADE, Luísa - Urbanismo na composição de Portugal. Coimbra: [s.n.], 2009. 882 p. Disponível em WWW: URL:/10316/1352990700. .Tese de doutoramento em História (História da Arte), apresentada à Fac. de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orient. dos Profs. Doutores Pedro Dias e Walter Rossa.

Textos, artigos, entrevistas e sítios consultados na internet

Alves, Daniel. Lima, Nuno.Urbano, Pedro - Estado e Sociedade em Conflito: o Código de Martens Ferrão de 1867. Uma reforma administrativa efémera. FCSH: IHC - Documentos de conferências nacionais. 2011 - [consult. 06/09/2013]. Disponível em: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/4927/1/DanielAlves_NunoLima_PedroUrbano_2004_Estado_e_sociedade_em_conflito_o_Codigo_de_Martens_Ferrao_de_1867.pdf>

Câmara Municipal de Lagos [consult. 18/09/2013]. Disponível em:<<http://www.anteprojectos.com.pt/2001/12/13/edificio-sede-94/>>

Câmara Municipal de Lagos [consult. 18/09/2013]. Disponível em:<<http://www.construir.pt/2008/10/10/o-principio-do-fim/>>

Câmara Municipal de Lagos [consult. 18/09/2013]. Disponível em:<http://www.cm-lagos.pt/portal_autarquico/lagos/v_pt-PT/pagina_inicial/noticias/inauguracao_passos21>

Câmara Municipal de Portalegre [consult. 30/03/2013]. Disponível em:<<http://www.arquitectura.pt/forum/topic/8573-portalegre-requalificacao-do-colegio-e-igreja-de-sfrancisco-arquiespaco/>>

Câmara Municipal Do Seixal. [consult. 02/04/2013]. Disponível em:<<http://www.espacodearquitectura.com/index.php?id=60&pid=243>>

Câmara Municipal Do Seixal. [consult. 10/04/2013]. Disponível em:<<http://www.archdaily.com.br/br/01-5903/camara-municipal-de-seixal-nla-nuno-leonidas-arquitectos>>

Câmara Municipal Do Seixal. [consult. 10/04/2013]. Disponível em:<http://www.cm-seixal.pt/CMSEIXAL/CAMARA/PROJECTOS/08CM_ProMun_NovoEdificio.htm>

Coelho, Virgínia Aníbal - O espaço, o poder e o espaço do poder. No rasto do municipalismo: Portugal nos finais do antigo regime. Revista da FCSH -1998. [consult. 15/08/2013]. Disponível em: <<http://run.unl.pt/handle/10362/7424>>

Constituição da República Portuguesa. [consult. 02/12/2013]. Disponível em:<<http://dre.pt/util/pdfs/files/crp.pdf>>

Espaços Casas nº 96 Arq. Nuno Leóidas [registo vídeo]. [consult. 14/04/2013]. Disponível em:< <http://www.youtube.com/watch?v=94JwWNHVPzM>>

NLA-Nuno Leóidas, Arquitectos. [consult. 13/04/2013]. Disponível em:<http://www.nla.pt/files/nla_intro.pdf>

Paços do Concelho de Vila Nova de Famalicão: Percursos 1835-1961. Comemorações do cinquentenário da inauguração do edifício da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Arquivo Municipal Alberto Sampaio [consult. 09/10/2013]. Disponível em:<<http://www.vilanovadefamalicao.org/op/document/?co=1926&h=706b1>>

Serviços Centrais da autarquia qualificam serviço público [registo vídeo] [consult. 20/05/2013]. Disponível em:<<http://www.youtube.com/watch?v=yXLvj3lboxI>>

Trindade, Luísa (2012), Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços e poder na cidade tardo-medieval portuguesa, in Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo (org.), *Evolução da Paisagem urbana. Sociedade e economia*. Braga: CITCEM, 209-227. [consult. 30/09/2013]. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_Pa%E7os%20do%20Concelho%20-%20espa%E7os%20e%20poder%20na%20cidade%20tardo-medieval%20portuguesa.pdf>

Fontes das imagens

- Fig. 1-<http://fotos.sapo.pt/helderpedro/fotos/?uid=rCZTZIZTpYAs6J2KCZQB#normal>
- Fig. 2-<http://olharvianadocastelo.blogspot.pt/2010/07/viana-no-passado-e-no-presente.html>
- Fig. 3-http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Antiguo_Pazo_del_Consejo_Guimaraes.JPG
- Fig. 4-<http://www.panoramio.com/photo/13227994>
- Fig. 5-http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Caldas_da_Rainha_Antiga_Camara_.jpg
- Fig. 6-<http://confessium-mandrag.blogspot.pt/2011/06/nostalgia-lisboa-i.html>
- Fig. 7-
<http://www.liveinternet.ru/journalshowcomments.php?jpostid=175472664&journalid=762167&go=prev&categ=0>
- Fig. 8-<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1184859>
- Fig. 9-<http://opovofamalicensb.blogspot.pt/2012/04/divida-da-camara-desceu-126-milhoes-de.html>
- Fig. 10-http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:l_Congresso_Nacional_de_Arquitetura_1948.jpg
- Fig. 11-<http://en.wikipedia.org/wiki/File:SaynatsaloTownHall4.jpg>
- Fig. 12-<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1248779&page=2>
- Fig. 13-<http://www.panoramio.com/photo/27080403>
- Fig. 14-<http://www.cm-matosinhos.pt/pages/45>
- Fig. 15-<http://gloriaishizaka.blogspot.pt/2011/04/portugal-ilhavo.html>
- Fig. 16-Fotografia do autor
- Fig. 17-<http://www.verportugal.net/Castelo-Branco/Proenca-a-nova/Galeria>
- Fig. 18-<http://www.panoramio.com/photo/79632334>
- Fig. 19-<http://www.panoramio.com/photo/79632269>
- Fig. 20-<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=960486>
- Fig. 21-<http://lidyhart.blogspot.pt/2013/02/cartaxo-algumas-das-reliquias-ou.html>
- Fig. 22-<http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?id=6736>
- Fig. 23-<http://trintrincatrilhos.blogspot.pt/2011/06/s-da-rocha-cumpriu-se.html>
- Fig. 24-Desenho cedido pela Câmara Municipal de Albufeira
- Fig. 25-26-<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=197795&page=8>
- Fig. 27-<http://www.digitaldevizela.com/2014/01/consulta-de-psicologia-no-domicilio.html>

- Fig. 28-<http://jcmaia.blogspot.pt/2006/11/maia-passado-e-presente.html>
- Fig. 29-<http://www.panoramio.com/photo/29196773>
- Fig. 30-<http://wikimapia.org/13038585/pt/C%C3%A2mara-Municipal>
- Fig. 31-
http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pa%C3%A7os_do_Concelho_de_Pa%C3%A7os_de_Ferreira.jpg
- Fig. 32-<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=958528>
- Fig. 33-Desenho cedido pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira
- Fig. 34-<http://www.panoramio.com/photo/96374758>
- Fig. 35-http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Camara_municipal_da_Lourinh%C3%A3.JPG
- Fig. 36-<http://www.galeriaaberta.net/profiles/blogs/1-arte-expo-oliveira-do-bairro-1>
- Fig. 37-<http://www.panoramio.com/photo/7290887>
- Fig. 38-<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1248779&page=8>
- Fig. 39-<http://www.cm-sjm.pt/index.php?oid=12128&op=all>
- Fig. 40-<http://www.sulinformacao.pt/2012/03/camara-de-vrsa-recorre-de-%C2%ABdecisao-injusta%C2%BB-do-tribunal-de-contas-quanto-aos-tratamentos-em-cuba/camara-vrsa/>
- Fig. 41-<http://www.panoramio.com/photo/26431071>
- Fig. 42-<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1248779&page=8>
- Fig. 43-<http://www.flickr.com/photos/40376418@N05/5937595135>
- Fig. 44-45-<http://www.appletondomingos.pt/reabilitacao/quintamemoria.html>
- Fig. 46-<http://www.archdaily.com.br/br/01-54800/camara-municipal-de-boticas-belem-lima-arquitectos/nivel-4-3/>
- Fig. 47-<http://www.archdaily.com/167266/boticas-town-hall-belem-lima-architects/>
- Fig. 48-Fotografia do autor
- Fig. 49-<http://www.rcmafra.com/tag/camara-de-mafra/>
- Fig. 50-<http://naruaproducoes.blogspot.pt/2010/04/edificio-da-camara-municipal-de-lagos.html>
- Fig. 51-<http://comunidade.xl.pt/Record/blogs/bolanaarea/archive/2011/04/29/c-226-mara-de-matosinhos-compra-dois-est-225-dios.aspx>
- Fig. 52-<http://www.cm-sjm.pt/14254>
- Fig. 53-<http://bloguedominho.blogs.sapo.pt/1944816.html>
- Fig. 54-<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1248779&page=4>

Fig. 55-<http://arquitecturafotos.blogspot.pt/2009/04/camara-municipal-de-matosinhos.html>

Fig. 56-<http://arquitecturafotos.blogspot.pt/2009/04/camara-municipal-de-matosinhos.html>

Fig. 57-<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=390793>

Fig. 58-<http://rio-maior-cidadania.blogspot.pt/2010/11/concelho-de-rio-maior-e-sua-historia.html>

Fig. 59-<https://ssl.panoramio.com/photo/11909395>

Fig. 60-<https://maps.google.com/>

Fig. 61-Planta cedida pela Câmara Municipal de Caldas da Rainha

Fig. 62-<http://www.espacodearquitectura.com/index.php?id=60&pid=243>

Fig. 63-<http://www.cm-matosinhos.pt/pages/45>

Fig. 64-GARCIA, Isabel Penha, ed. lit. ; SILVA, Raquel Henriques da ; ESCOLANO, Víctor Pérez - Carlos Guimarães, Luís Soares Carneiro, arquitectos : obras e projectos 1988-2003. 1ª ed. Porto : Asa, 2004.p. 163

Fig. 65-<http://www.archdaily.com.br/br/01-5903/camara-municipal-de-seixal-nla-nuno-leonidas-arquitectos/1316111695-1315929581-cmseixal-116-2-1000x667/>

Fig. 66-<http://www.cm-portosanto.com/pages/iframe-municipio.asp?idSubSec=184>

Fig. 67-<http://valongodovouga.blogs.sapo.pt/23849.html>

Fig. 68-<http://agueda21.wordpress.com/2009/02/16/apresentacao-publica-da-agenda-21-local-de-agueda/>

Fig. 69-Desenho do autor

Fig. 70-Tabela feita pelo autor

Fig. 71-<http://davidepinheiro.blogspot.pt/>

Fig. 72-<http://www.bing.com/maps/>

Fig. 73-74-75-Desenho cedido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Fig. 76-Fotografia cedida pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Fig. 77-<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=971174>

Fig. 78-<http://culturafamaliao.blogspot.pt/2011/06/momentos-comemoracoes-do-cinquentenario.html>

Fig. 79-http://www.mapav.com/braga/vila_nova_de_famaliao/vila_nova_de_famaliao/

Fig. 80-<http://www.panoramio.com/photo/721629>

Fig. 81-82-83-84-85-Desenho cedido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Fig. 86-<http://www.panoramio.com/photo/7601945>

- Fig. 87-88-89-Fotografia cedida pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
- Fig. 90-<http://culturafamalicao.blogspot.pt/2011/06/momentos-comemoracoes-do-cinquentenario.html>
- Fig. 91-<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1248779&page=10>
- Fig. 92-<http://www.bing.com/maps/>
- Fig. 93-FERNANDEZ, Sergio - Pedro Ramalho : projectos e obras de 1963 a 1995 / textos de Sergio Fernandez e Pedro Ramalho ; fot. de Luís Ferreira Alves. Porto : Associação dos Arquitectos Portugueses, Conselho Directivo Regional do Norte, 1995.p. 51
- Fig. 94-Ibidem, p. 53
- Fig. 95-Fotografia do autor
- Fig. 96-<http://gloriaishizaka.blogspot.pt/2010/11/portugal-agueda-capital-das-duas-rodas.html>
- Fig. 97-98-99-Fotografia do autor
- Fig. 100-101-102-103-104-105-Desenho cedido pela Câmara Municipal de Águeda
- Fig. 106-107-108-109-110-111-112-Fotografia do autor
- Fig. 113-http://www.cm-matosinhos.pt/pages/482?image_gallery_id=28
- Fig. 114-<http://www.bing.com/maps/>
- Fig. 115-Architécti: revista de arquitectura e construção: periódico de arquitectura y construcción. Lisboa : Editora Trifório, 1989- . nº1 (Fev. 1989)p. III
- Fig. 116-http://www.cm-matosinhos.pt/pages/242?news_id=2755
- Fig. 117-Architécti: revista de arquitectura e construção: periódico de arquitectura y construcción. Lisboa : Editora Trifório, 1989- . nº1 (Fev. 1989)p. IV
- Fig. 118-MATOSINHOS. CÂMARA MUNICIPAL. ; ALMEIDA, Bernardo Pinto de ; GOMES, Paulo Varela - Matosinhos : Paços do Concelho. 1992.p. 9
- Fig. 119- Ibidem, p. 12
- Fig. 120- Ibidem, p. 21
- Fig. 121- Ibidem, p. 15
- Fig. 122-Architécti: revista de arquitectura e construção: periódico de arquitectura y construcción. Lisboa : Editora Trifório, 1989- . nº1 (Fev. 1989)p. V
- Fig. 123-MATOSINHOS. CÂMARA MUNICIPAL. ; ALMEIDA, Bernardo Pinto de ; GOMES, Paulo Varela - Matosinhos : Paços do Concelho. 1992.p. 33
- Fig. 124-Architécti: revista de arquitectura e construção: periódico de arquitectura y construcción. Lisboa : Editora Trifório, 1989- . nº1 (Fev. 1989)p. XI e XII
- Fig. 125- Ibidem, p. XI e XII

Fig. 126- Ibidem, p. IX e X

Fig. 127-MATOSINHOS. CÂMARA MUNICIPAL. ; ALMEIDA, Bernardo Pinto de ; GOMES, Paulo Varela - Matosinhos : Paços do Concelho. 1992.p.31

Fig. 128- Ibidem, p. 42

Fig. 129- Ibidem

Fig. 130-Architécti: revista de arquitectura e construção: periódico de arquitectura y construcción. Lisboa : Editora Trifório, 1989- . nº1 (Fev. 1989)p. VI

Fig. 131-MATOSINHOS. CÂMARA MUNICIPAL. ; ALMEIDA, Bernardo Pinto de ; GOMES, Paulo Varela - Matosinhos : Paços do Concelho. 1992.

Fig. 132-Architécti: revista de arquitectura e construção: periódico de arquitectura y construcción. Lisboa : Editora Trifório, 1989- . nº1 (Fev. 1989)

Fig. 133-MATOSINHOS. CÂMARA MUNICIPAL. ; ALMEIDA, Bernardo Pinto de ; GOMES, Paulo Varela - Matosinhos : Paços do Concelho. 1992.

Fig. 134-Architécti: revista de arquitectura e construção: periódico de arquitectura y construcción. Lisboa : Editora Trifório, 1989- . nº1 (Fev. 1989)p. IX e X

Fig. 135- Ibidem, p. XI e XII

Fig. 136- Ibidem, p. 21

Fig. 137-Fotografia do autor

Fig. 138-<http://www.bing.com/maps/>

Fig. 139-<https://pt-pt.facebook.com/photo.php?fbid=515171438535667&set=a.347186515334161.95927.156446741074807&type=1&theater>

Fig. 140-141-142-143-144-145-146-Fotografia do autor

Fig. 147-148-149-150-151-152-153-154-Desenho cedido pela Câmara Municipal de São João da Madeira

Fig. 155-157-158-Desenho do autor

Fig. 156-imagem cedida pela Biblioteca de São João da Madeira

Fig. 159-Fotografia do autor

Fig. 160-<http://www.bing.com/maps/>

Fig. 161-<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1248779>

Fig. 162-163-164-165-166-Fotografia do autor

Fig. 167-168-169-170-171-Desenho do autor

Fig. 173-http://www.joaopaciencia.com/institucional/camara_municipal_guarda/vw03.html

Fig. 174-http://www.joaopaciencia.com/institucional/camara_municipal_guarda/vw02.html

Fig. 175-176-177-178-Fotografia do autor

Fig. 179-<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1248779&page=4>

Fig. 180-<http://www.bing.com/maps/>

Fig. 181-<http://www.sulinformacao.pt/2012/11/plano-e-orcamento-para-2013-camara-de-lagos-lanca-derrama/>

Fig. 182-183-184-http://guiasdearquitectura.com/listagem_produtos

Fig. 185-Fotografia cedida pela Câmara Municipal de Lagos

Fig. 186-<http://fototecalagos.blogspot.pt/2011/09/edificio-pacos-do-concelho-sec-xxi.html>

Fig. 187-<http://www.algarveexpress.pt/?p=6057>

Fig. 188-Fotografia cedida pela Câmara Municipal de Lagos

Fig. 189-190-191-192-193-194-195-196-197-198-Desenho cedido pelo atelier PROGITAPE

Fig. 199-<http://www.aasarchitecture.com/2013/06/Seixal-City-Hall-Nuno-Leonidas-Arquitectos.html>

Fig. 200-<http://www.bing.com/maps/>

Fig. 201-202-203-204-205-206-207-208-209-<http://www.archdaily.com.br/br/01-5903/camara-municipal-de-seixal-nla-nuno-leonidas-arquitectos>

Fig. 210-211-213-214-215-216-217-218-Desenho cedido pela Câmara Municipal do Seixal

Fig. 219-<http://www.marcoensefm.com/noticias/celorico-de-basto-aprovada-alteracao-parcial-do-pdm/>

Fig. 220-<http://www.bing.com/maps/>

Fig. 221-<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1056533>

Fig. 222-GARCIA, Isabel Penha, ed. lit. ; SILVA, Raquel Henriques da ; ESCOLANO, Víctor Pérez - Carlos Guimarães, Luís Soares Carneiro, arquitectos : obras e projectos 1988-2003. 1ª ed. Porto : Asa, 2004.p. 153

Fig. 223-Ibidem, p. 149

Fig. 224-<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=975030>

Fig. 225-GARCIA, Isabel Penha, ed. lit. ; SILVA, Raquel Henriques da ; ESCOLANO, Víctor Pérez - Carlos Guimarães, Luís Soares Carneiro, arquitectos : obras e projectos 1988-2003. 1ª ed. Porto : Asa, 2004.p. 144

Fig. 226- Ibidem, p. 139

Fig. 227- Ibidem, p. 134

Fig. 228-<http://celoricodebasto.no.sapo.pt/index2.htm>

Fig. 229-GARCIA, Isabel Penha, ed. lit. ; SILVA, Raquel Henriques da ; ESCOLANO, Victor Pérez - Carlos Guimarães, Luís Soares Carneiro, arquitectos : obras e projectos 1988-2003. 1ª ed. Porto : Asa, 2004.p.148

Fig. 230-231-233-234-Desenho cedido pelo atelier Luis Soares Carneiro

Fig. 232-GARCIA, Isabel Penha, ed. lit. ; SILVA, Raquel Henriques da ; ESCOLANO, Victor Pérez - Carlos Guimarães, Luís Soares Carneiro, arquitectos : obras e projectos 1988-2003. 1ª ed. Porto : Asa, 2004.p. 147

Fig. 235- Ibidem, p. 146

Fig. 236- Ibidem, p. 146

Fig. 237-http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Portalegre-Sede_Camara_Municipal.jpg

Fig. 238-<http://www.bing.com/maps/>

Fig. 239-Fotografia cedida pela Câmara Municipal de Portalegre

Fig. 240-241-242-243-244-246-<http://europaconcorsi.com/projects/219056-reabilita-o-e-reconvers-o-do-col-gio-de-s-sebasti-o-e-real>

Fig. 245-<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1248779>

Fig. 247-

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=481115698598616&set=a.481114961932023.107829.479002472143272&type=3&theater>

Fig. 248-249-250-251-252-253-254-255-256-257-258-Desenho cedido pelo Câmara Municipal de Portalegre

Fig. 259-<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=66446531>

Fig. 260-<http://www.cm-ilhavo.pt/pages/483>

Fig. 261-<http://www.flickr.com/photos/ccdrc/5926731729/>

Fig. 262-Fotografia do autor

Fig. 263-<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=958528>

Fig. 264-Fotografia cedida pela Câmara Municipal de Cadaval

Fig. 265-Fotografia cedida pela Câmara Municipal de Lagoa

Fig. 266-<http://fotos.sapo.pt/manoliveira/fotos/?uid=ldlgm4zzFI4t5rLoflhr#grande>

Fig. 267-<http://www.panoramio.com/photo/64318896>

Fig. 268-<https://maps.google.com/>

Fig. 269-<http://www.panoramio.com/photo/89417528>

Fig. 270-<http://archtendencias.com.br/arquitetura/ampliacao-dos-pacos-do-concelho-de-boticas-belem-lima-arquitectos>

Fig. 271-<http://fotos.sapo.pt/carlosabgomes/fotos/?uid=zpdblzytYR6ccukbjZRS>

Anexos

Anexo 1

Texto descritivo sobre o edifício da Câmara Municipal de São João da Madeira, pelo arquitecto António Dias (texto enviado por mail pelo arquitecto)

O Edifício dos Paços do Concelho de S. João da Madeira

O edifício dos Paços do Concelho situa-se num terreno adjacente à estrada Nacional de ligação entre S. João da Madeira e Vale de Cambra, no qual se localiza também o edifício do palácio de Justiça. Ambos foram encomendados ao Arquitecto Adalberto Dias, que os fez desenvolver e estudar pelos seus dois filhos, ambos arquitectos, ficando a Câmara Municipal a cargo do António Dias e o Palácio da Justiça a cargo do seu irmão mais novo, o Arquitecto Adalberto Dias. O plano de pormenor foi elaborado pelo Arquitecto Adalberto Dias (pai), obedecendo aos seguintes princípios e critérios.

O edifício dos Paços do Concelho localizar-se-ia e implantar-se-ia numa posição perpendicular à Estrada nacional, provido de um corpo mais alto (torre) adjacente à estrada de forma a tornar visível o edifício a partir do Centro Histórico, e um corpo mais baixo, de dominante horizontal fazendo um ângulo recto com o edifício do Tribunal, este situado no ponto mais afastado da estrada de forma a que os dois edifícios formassem uma praça nobre e simbólica do novo espírito municipal democrático. Esta praça foi pensada pelo Arq. Adalberto também como a realização dos ideais da ODAM (Organização dos Arquitectos Modernos), de que foi participante e organizador, na linha de pensamento dos ensinamentos do Movimento Moderno. Lamentavelmente o que acabou por ser feito a este nível não tem nada a ver com o que foi estudado, tendo a praça sido projectada por um Paisagista com o resultado desastroso e Kitch que está à vista, tudo plantado de candeeirinhos e com uma casa de lavoura no seu miolo.

No que respeita ao edifício , o seu programa foi desenvolvido e distribuído da seguinte forma:

Na torre, na qual se situa a entrada principal e o salão nobre no piso imediatamente superior, localizam-se os serviços técnicos. No corpo horizontal foram

situados o Auditório, a Assembleia Municipal e os gabinetes da Presidência, Secretaria e Vereação. No piso térreo deste corpo localiza-se a Repartição de Finanças. Este corpo é rematado por uma caixa de escadas com elevador, com uma volumetria destacada e visível de modo a servir de contraponto á torre no extremo oposto.

Os materiais usados no exterior foram o granito róseo flamejado, no envasamento formado pelo piso da entrada e a pedra de Ançã bujardada nos pisos restantes, no revestimento dos panos de fachada e o alumínio anodizado a bronze nas áreas envidraçadas.

A linguagem arquitectónica realiza uma síntese entre o expressionismo de um Mendelsohn e um historicismo de um Frank Lloyd Wright, patente no edifício de escritórios, a Larkin Company Administration Building de 1904, sem olvidar os princípios do Racionalismo.

